

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	4
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	11
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	12
1.5 Principais clientes	13
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	14
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	15
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	16
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	17
1.10 Informações de sociedade de economia mista	19
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	20
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	21
1.13 Acordos de acionistas	22
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	23
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	24
1.16 Outras informações relevantes	25
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	28
2.2 Resultados operacional e financeiro	40
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	41
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	42
2.5 Medições não contábeis	43
2.6 Eventos subsequentes as DFs	44
2.7 Destinação de resultados	45
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	48
2.10 Planos de negócios	49
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	51
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	52
3.2 Acompanhamento das projeções	53

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	54
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	84
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	85
4.4 Processos não sigilosos relevantes	88
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	89
4.6 Processos sigilosos relevantes	90
4.7 Outras contingências relevantes	91
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	92
5.2 Descrição dos controles internos	93
5.3 Programa de integridade	95
5.4 Alterações significativas	101
5.5 Outras informações relevantes	102
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	103
6.3 Distribuição de capital	191
6.4 Participação em sociedades	192
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	193
6.6 Outras informações relevantes	197
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	198
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	201
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	202
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	203
7.4 Composição dos comitês	207
7.5 Relações familiares	208
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	209
7.7 Acordos/seguros de administradores	210
7.8 Outras informações relevantes	211
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	212

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	213
8.3 Remuneração variável	217
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	218
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	219
8.6 Outorga de opções de compra de ações	220
8.7 Opções em aberto	221
8.8 Opções exercidas e ações entregues	222
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	223
8.10 Outorga de ações	224
8.11 Ações entregues	225
8.12 Precificação das ações/opções	226
8.13 Participações detidas por órgão	227
8.14 Planos de previdência	228
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	229
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	230
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	231
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	232
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	233
8.20 Outras informações relevantes	235
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	237
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	239
9.4 Outras informações relevantes	240
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	241
10.1 Descrição dos recursos humanos	242
10.2 Alterações relevantes	243
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	244
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	245
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	246
10.5 Outras informações relevantes	247
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	248
11.2 Transações com partes relacionadas	249
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	265
11.3 Outras informações relevantes	270
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	271
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	272
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	273
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	274
12.5 Mercados de negociação no Brasil	275
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	276
12.7 Títulos emitidos no exterior	277
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	278
12.9 Outras informações relevantes	279
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	284
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	285
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	291

1.1 Histórico do emissor

1.1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. ("Motiva Pantanal" ou "Companhia") foi constituída em 21 de janeiro de 2014, sendo subsidiária integral da Companhia de Participações em Concessões ("CPC"), controlada direta da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva").

Em 20 de dezembro de 2013, a CPC, controladora direta da Companhia, foi declarada vencedora do processo de licitação da BR-163 (lote 6), em decorrência do leilão objeto do Edital de Concessão nº 005/2013 ("Concessão"). Com essa conquista, a Companhia ficou responsável por administrar 845,9 quilômetros de rodovia ligando Mundo Novo (cidade em Mato Grosso do Sul, próximo à divisa com o Estado do Paraná e a fronteira com o Paraguai) até Sonora, na divisa do mesmo estado com o Estado do Mato Grosso ("Contrato de Concessão"). O prazo de Concessão é de 30 anos a partir da assunção da Rodovia BR-163/MS, que ocorreu 30 dias após a assinatura do Contrato de Concessão, isto é, em 11 de abril de 2014.

Segundo o seu Estatuto Social, a Companhia tem como objeto social específico e exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), em decorrência do Leilão objeto da Concessão.

A Companhia implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Nos primeiros 12 meses de Concessão, foram executados os denominados "Trabalhos iniciais", que consistem em obras e serviços de recuperação imprescindíveis à operação do Sistema Rodoviário nas estruturas de pavimento, sinalização, elementos de proteção e segurança, obras de arte especiais, sistema de drenagem e obras de arte correntes, terraplenos e estruturas de contenção, canteiro central e faixa de domínio.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no Contrato de Concessão, a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de Concessão e a implantação de nove praças de pedágio. As obras de duplicação dos trechos prioritários baseiam-se nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem: (i) na supressão de vegetação nativa; (ii) realocação da população; (iii) impacto em unidades de conservação; (iv) impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; e (v) não realizar intervenções em áreas de preservação permanente. A duplicação dos primeiros 90 km e as nove praças de pedágio foram concluídas em agosto de 2015.

Em 03 de fevereiro de 2016, a Companhia foi registrada, perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), como uma companhia aberta, categoria "B".

Após o recebimento da Licença Ambiental de Instalação das Obras de Ampliação de Capacidade e Melhorias que foi disponibilizada à Companhia, no dia 12 de abril de 2016, foi possível iniciar a implantação de mais trechos de duplicação, que foram concluídos em abril de 2018, totalizando 150,4 km duplicados.

1.1 Histórico do emissor

Os demais trechos da duplicação, assim como implantação de vias marginais, viadutos e passagens inferiores, interconexões, retornos em desnível, passarelas, correções de traçados, e melhorias em acessos, deverão ser executados em até 48 meses, a contar da expedição do licenciamento, excluindo-se os trechos descritos nas condicionantes 2.1, 2.2 e 2.3, que permanecem bloqueados para execução de obras.

Após a qualificação da Companhia no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI para fins de relicitação, em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT (“1º Aditivo”). O presente Aditivo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da Concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao Empreendimento. A Companhia também continuou executando obras na BR-163/MS, autorizadas pela Licença de Operação nº 1.508/2019.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (“2º Aditivo”). Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Aditivo foi celebrado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação.

Em 01 de dezembro de 2022, mediante Assembleia Geral Extraordinária, a CPC reduziu seu capital, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, transferindo o investimento detido na Companhia para sua controladora direta Motiva. Desta forma, o controle acionário direto da Companhia passou a ser detido pela Motiva.

Em 09 de março de 2023, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela Companhia com a União, por intermédio da ANTT (“3º Aditivo”). O 3º Aditivo tem por objetivo prorrogar, por 24 meses, a vigência do 1º Aditivo. Com a assinatura do 3º Aditivo, o período de relicitação se estenderá até março de 2025.

Em 14 de agosto de 2023, a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que indicou o percentual positivo de 16,82%.

Em 14 de junho de 2024, foi aprovado o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio (TBP), conforme Decisão SUROD nº 254, de 06 de junho, de 2024, com aplicação de variação do IPCA de 3,69%.

Em 11 de março de 2025, foi celebrado o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, firmado pela Companhia com a União, por intermédio da ANTT (“4º Aditivo”). Este aditivo prorroga a vigência, se estendendo até o início da vigência de um novo termo aditivo de modernização do Contrato de Concessão, ou até a efetiva implementação da solução consensual alcançada no âmbito do Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão - Plenário do Tribunal de Contas da União nº. 2.434/2024. Durante a vigência deste 4º Termo Aditivo, a Companhia continuará a prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração na rodovia.

Em 22 de abril de 2025, foi celebrado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Edital nº 005/2013), prevendo a implantação de 38 novos radares na BR-163/MS, com impacto estimado de R\$ 2,95 milhões, a ser considerado no reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

1.1 Histórico do emissor

Em 22 de maio de 2025, foi celebrado o primeiro leilão de otimização de Contrato de Concessão rodoviária federal BR-163/MS. Conduzido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e pelo Ministério dos Transportes, o leilão ocorreu na sede da B3, em São Paulo. Após vencer o certame sem concorrência, a controladora Motiva, seguirá à frente da operação do trecho de 847,2 quilômetros, com um contrato otimizado e vigência de 29 anos.

Em 3 de junho de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União a decisão Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres (SUROD) Nº 150 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), aprovando o reajuste com base na variação do IPCA, entre o período de abril de 2024 a abril de 2025, o Reajuste das Tarifas de Pedágio, no percentual positivo de 5,53%, entrando em vigor a partir da zero hora do dia 14 de junho de 2025.

Em 1º de agosto de 2025, foi assinado o 6º Termo Aditivo, referente ao processo competitivo nº 01/2025, que trata da modernização do Contrato de Concessão da Rodovia Federal BR-163/MS, no trecho compreendido entre a divisa com o estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná. O instrumento, celebrado entre a Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., antes denominada "CCR MSVia" agora "Motiva Pantanal", e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT estabelece novas obrigações de investimentos de ampliação de capacidade, melhorias e serviços estruturais bem como novas diretrizes para a prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção na infraestrutura rodoviária, o referido aditivo assegura ainda a continuidade da prestação do serviço pelo prazo de 29 anos, em conformidade com o Acórdão Plenário – TCU n.º 2.434/2024 do Tribunal de Contas da União.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2.1. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

Panorama geral

A Companhia, com sede localizada em Campo Grande/MSI, possui como objeto social, conforme explicitado no item 1.1 deste Formulário de Referência, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do Contrato de Concessão. A Companhia é a única concessionária autorizada a operar a rodovia BR-163/MS, sendo que lhe foi outorgado o direito de explorá-la e operá-la a partir da celebração do Contrato de Concessão, realizada no ano de 2014.

O Sistema Rodoviário, objeto da Concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,9 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Estado do Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão e passa por 21 cidades inteiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O mapa a seguir mostra a localização do sistema rodoviário administrado pela Companhia:



Contrato de Concessão

O Poder Concedente atribuiu mediante contrato assinado em 12 de março de 2014, a exploração do sistema rodoviário sob regime de concessão por 30 anos.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Direitos decorrentes do Contrato de Concessão

a) Uso dos bens vinculados à concessão

A Companhia tem o direito de usar os bens pertencentes ao Poder Concedente necessários à prestação dos serviços contemplados no Contrato de Concessão, incluindo o sistema rodoviário e todos os bens vinculados à operação e manutenção transferidos à Companhia e bens adquiridos, arrendados ou locados ao longo do prazo da Concessão. No último ano da Concessão, a Companhia não poderá alienar quaisquer bens sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

b) Cobrança de pedágio

A principal remuneração da Companhia advém do recebimento da tarifa de pedágio. A cobrança do pedágio foi autorizada após o cumprimento dos requisitos contratuais que consistiam na: (i) conclusão dos trabalhos iniciais, conforme descrito no item 1.1 deste Formulário de Referência; (ii) implantação da duplicação de pelo menos 10% da extensão total da rodovia BR-163/MS; (iii) implantação das praças de pedágio; (iv) constituição de capital social mínimo de R\$307.000.000,00; (v) entrega do programa de redução de acidentes; e (vi) cadastro do passivo ambiental. Tal autorização ocorreu em 4 de setembro de 2015 e a cobrança iniciou-se em 14 de setembro de 2015.

c) Outras fontes de receita

De acordo com o Contrato de Concessão, outras fontes de receita podem complementar a cobrança do pedágio, através da utilização ou exploração da faixa de domínio do sistema rodoviário. Uma parcela destas receitas, denominadas extraordinárias, será revertida à modicidade tarifária anualmente, no momento da revisão da tarifa de pedágio.

Obrigações decorrentes do Contrato de Concessão

A Companhia possui diversas obrigações nos termos do Contrato de Concessão. As principais são:

a) A Companhia é responsável por obter as licenças, permissões e autorizações necessárias ao pleno exercício das atividades da Companhia, a exemplo da autorização nos termos da Portaria nº 288/MT/MMA para as obras prioritárias de duplicação, licença prévia e licença de instalação das obras em trechos urbanos, cumprimento das condicionantes ambientais já existentes ou que vierem a ser exigidas pelos órgãos ambientais. Observa-se que o Poder Concedente deverá obter a licença prévia e de instalação das obras de ampliação de capacidade e melhorias, elaborar o inventário florestal e os planos básicos ambientais;

b) A Companhia é responsável por manter a integridade da faixa de domínio do Sistema Rodoviário, inclusive adotando as providências necessárias à sua desocupação se e quando invadida por terceiros;

c) A Companhia deve executar as obras e serviços necessários ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão, atendendo integralmente aos parâmetros de desempenho, escopo e parâmetros técnicos contidos no PER (Plano de Exploração da Rodovia);

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

d) A Companhia deve manter em favor do Poder Concedente a garantia de execução contratual durante todo o prazo da Concessão. Além disso, a Companhia deve contratar e manter seguro abrangendo os riscos relativos ao desempenho de todas as atividades compreendidas pela Concessão, sujeito a condições estabelecidas pelo Poder Concedente; e

e) A Companhia deve manter o capital social mínimo de R\$307.000.000,00 durante o prazo de Concessão.

Descumprimento

O não cumprimento das cláusulas contidas no Contrato de Concessão implicará na aplicação das penalidades previstas nos instrumentos e demais dispositivos legais e regulamentares da ANTT.

Pela inexecução parcial ou total do Contrato de Concessão, a ANTT poderá, se garantida prévia defesa, aplicar à Companhia as seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão do direito de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública Federal; e/ou (iv) caducidade. Na aplicação das sanções, será observada regulamentação da ANTT quanto à graduação da gravidade das infrações.

Equilíbrio Econômico-Financeiro

A Companhia e o Poder Concedente estabeleceram através do Contrato de Concessão um equilíbrio entre os encargos da Companhia e a retribuição que lhe assistiria durante o prazo da Concessão. Nos termos do Contrato de Concessão e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme alterada ("Lei das Licitações"), se ocorrerem eventos que alterem esse equilíbrio, as partes devem tomar medidas para restabelecê-lo.

Na hipótese de desequilíbrio, tanto o Poder Concedente quanto a Companhia têm o direito de buscar a recomposição respeitadas as condições estabelecidas no Contrato de Concessão.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pode ocorrer através das seguintes formas: (i) aumento ou redução da tarifa de pedágio; (ii) pagamento à Companhia pelo Poder Concedente, do valor correspondente aos investimentos, custos, ou despesas adicionais que tenham ocorrido, levando-se em consideração o fluxo de caixa marginal; (iii) modificação de obrigações contratuais da Companhia; (iv) estabelecimento ou remoção de cabines de bloqueio, bem como alteração da localização de praças de pedágio; e (v) extensão do prazo contratual.

Tarifas de Pedágio

As tarifas de pedágio cobradas são baseadas em categorias de veículos, aplicando-se um determinado fator multiplicador da tarifa básica por categoria do veículo. A classificação é feita de acordo com o número de eixos do veículo, sendo que um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado. As tarifas são calculadas a partir do trecho de cobertura entre praças de pedágio e são aplicados arredondamentos com múltiplos de 10 centavos.

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente pela seguinte fórmula:

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

$$\text{Tarifa de pedágio} = \text{TCP} \times \text{Tarifa básica de pedágio} \times (1 - D - Q) \times (\text{IRT} - X) + C$$

Sendo:

TCP: trecho de cobertura da praça.

Tarifa básica de pedágio: tarifa quilométrica de R\$0,05133. A tarifa vencedora do leilão objeto do edital de concessão nº 005/2013 era de R\$0,04381 e foi alterada para R\$0,05133 através da 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária disposta na resolução nº 5.183 de 12 de setembro 2016, após a inclusão de retornos em nível na BR-163/MS, isenção da cobrança do pedágio de eixos suspensos e modificação da tolerância máxima dos limites de peso bruto transmitido por eixos de pesagem dos veículos de carga. Tais investimentos e a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015 ("Lei dos Caminhoneiros") não estavam no PER (Plano de Exploração da Rodovia).

D: Fator D – redutor ou incrementador da tarifa básica de pedágio, utilizado como mecanismo de aplicação do desconto de desequilíbrio relativo ao não atendimento aos parâmetros de desempenho, às obras de ampliação de capacidade e de manutenção do nível de serviço, ou como acréscimo de reequilíbrio no caso de antecipação na entrega de obras.

Q: Fator Q – redutor ou incrementador da tarifa básica de pedágio, utilizado como mecanismo de aplicação de desconto por não atendimento aos indicadores de qualidades previstos em Contrato de Concessão, tais como indicador de disponibilidade da rodovia ou indicador do nível de acidentes com vítimas na rodovia, ou como acréscimo em razão do atendimento desses mesmos indicadores.

IRT: índice de reajuste da tarifa conforme variação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

X: Fator X – redutor do reajuste da tarifa de pedágio, cujo valor será 0 até o final do 5º ano da Concessão. Será revisto quinquenalmente pela ANTT com base em estudos por ela realizados, de modo a contemplar a projeção de ganhos de produtividade do setor rodoviário brasileiro.

C: Fator C – redutor ou incrementador da tarifa básica de pedágio, utilizado como mecanismo de reequilíbrio do contrato aplicável sobre eventos que gerem impactos exclusivamente na receita e nas verbas contratuais, tais como arredondamento da tarifa de pedágio, aplicação das receitas extraordinárias na modicidade tarifária, não utilização das verbas utilizadas para segurança e recursos para desenvolvimento tecnológico.

A tarifa de pedágio teve seu primeiro reajuste contratual na data do início da cobrança de pedágio, o que ocorreu em 14 de setembro de 2015. A partir de então, o dia 14 de setembro será a data-base para os próximos reajustes.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no Contrato de Concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções nº 4.700 de 13 de maio de 2015 e nº 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a ANTT e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão após isenção da

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei dos Caminhoneiros.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução nº 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 700 de 11 de setembro de 2018, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão.

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação nº 1.025 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do Contrato de Concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

Nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022 não ocorreu o reajuste tarifário conforme regras do Contrato de Concessão, devido a suspensão dos efeitos da deliberação nº 1.025 de 26 de novembro de 2019, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral.

Em 13 de março de 2023, foi assinado o 3º Aditivo ao Contrato, de modo que a tarifa calculada prevista na subcláusula 4.2 do 3º Aditivo será revisada considerando o ajuste dos eixos suspensos apurados no 1º Ano Relicitação (14 de junho de 2021 a 13 de junho de 2022), bem como a incidência do Fator D e o Reajuste percebido no período compreendido entre fevereiro de 2021 e junho de 2022.

Em 14 de agosto de 2023, a Diretoria Colegiada da ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio ("TBP"), correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), que indicou o percentual positivo de 16,82%. Esta deliberação entrou em vigor a partir da zero hora do dia 18 de agosto de 2023.

Em 14 de junho de 2024, foi aprovado o reajuste da TBP, conforme Decisão SUROD nº 254, de 06 de junho, de 2024, com aplicação de variação do IPCA de 3,69%.

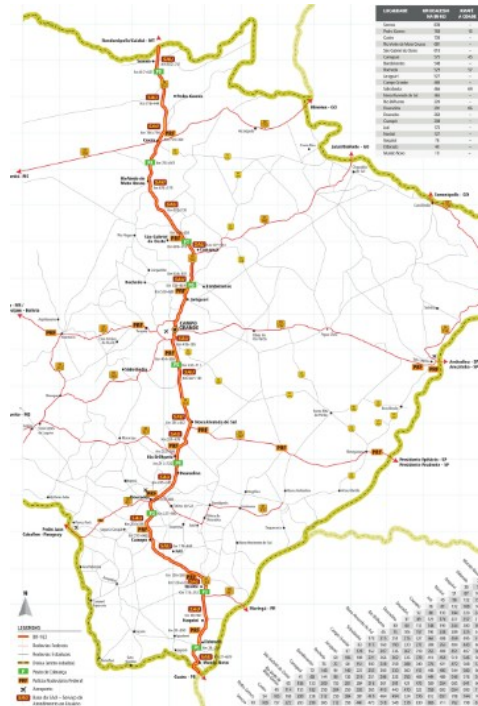
Em 3 de junho de 2025, foi publicado no Diário Oficial da União a decisão Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres (SUROD) Nº 150 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), aprovando o reajuste com base na variação do IPCA, entre o período de abril de 2024 a abril de 2025, o Reajuste das Tarifas de Pedágio, no percentual positivo de 5,53%, entrando em vigor a partir da zero hora do dia 14 de junho de 2025.

Atendimento ao usuário

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A partir do dia 11 de outubro de 2014, a Companhia disponibilizou o serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais na BR-163/MS.

No mapa abaixo temos destacado a localização das bases operacionais e praças de pedágio ao longo da rodovia:



No decorrer do ano de 2025, foram registradas 90.202 ocorrências, bem como 74.027 registros atendimentos de usuários por meio do serviço 0800 (Chatbot).

Abaixo destacamos os acionamentos dos recursos operacionais da concessionária:

- 4.447 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate;
- 30.828 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados; e
- 90.202 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais.

Segurança no Trânsito

Na BR-163/MS, a Companhia tem promovido campanhas educativas, medidas de engenharia viária e ações coercitivas desde 2014, além de intervenções específicas durante feriados prolongados e eventos como o Maio Amarelo e a Semana Nacional do Trânsito. Adicionalmente, são realizadas Micro Ações, uma inovação implementada em 2019, que consistem em intervenções rápidas realizadas pelas equipes de atendimento em pontos críticos ao longo da

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

rodovia. Também são conduzidas palestras em empresas próximas, postos de serviços, comunidades e escolas, com suporte de sistemas inteligentes (ITS), incluindo o PMV (painéis de mensagens fixos e móveis) para divulgação de mensagens educativas em tempo real e o CFTV (circuito fechado de TV) para monitoramento da via, contribuindo para uma gestão mais eficaz das ações preventivas, aumento da segurança viária e otimização dos recursos. Todas essas iniciativas visam conscientizar a população sobre a importância da redução de acidentes.

No exercício de 2024 foram registrados 1.760 acidentes, em 2025 houve uma redução no número de acidentes, onde registrados foram 1.758 acidentes no período. Comparando o número de vítimas fatais com 2013 quando a rodovia não era concessionada houve uma redução de 29%.

Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças à nossa Companhia, nossos negócios e condição financeira estão relacionados a concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada.

Para mais informações, vide itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- (a) produtos e serviços comercializados**
- (b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor**
- (c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor**

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B", conforme Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 80**").

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

- (a) características do processo de produção**
- (b) características do processo de distribuição**
- (c) características dos mercados de atuação, em especial:**
 - (i) participação em cada um dos mercados**
 - (ii) condições de competição nos mercados**
- (d) eventual sazonalidade**
- (e) principais insumos e matérias primas, informando:**
 - (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**
 - (ii) eventual dependência de poucos fornecedores**
 - (iii) eventual volatilidade em seus preços**

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

1.5 Principais clientes

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

(ii) em favor de partidos políticos

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia informa que não realiza quaisquer doações ou contribuições financeiras, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, em favor de partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, bem como veda a realização de doações e/ou patrocínios para partidos e/ou candidatos políticos, agentes públicos ou pessoas físicas, a título de contribuição para campanha eleitoral em nome de qualquer empresa do Grupo Motiva, conforme previsões constantes do Código de Conduta Ética do Grupo Motiva.

O Código de Conduta Ética do Grupo Motiva pode ser encontrado na íntegra na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm>) e no site de Relações com Investidores da motiva (<https://ri.motiva.com.br/>) na aba "ESG", "Governança" e no ícone "Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos".

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade**
- b) a metodologia seguida na elaboração das informações sociais e ambientais**
- c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso**
- d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado**
- e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor**
- f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor**
- g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas**
- h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas**
- i) explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG; a não adoção de matriz de materialidade; (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG e (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas; (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; e (vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa.**

Por ser uma das controladas da Motiva, holding que administra as informações ASG de todo o grupo econômico da Motiva, grande parte das informações e diretrizes ambientais, sociais e de governança ("ASG") adotadas pela Motiva Pantanal são aquelas apresentadas no Relatório de Sustentabilidade da Motiva, documento publicado anualmente que inclui informações econômico-financeiras ASG, requeridas por este item 1.9. Da mesma forma, a Companhia monitora, em conjunto com a Motiva e todas as suas controladas, suas emissões de gases do efeito estufa ("GEE") de acordo com a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Por meio dessa iniciativa, a Companhia objetiva dar transparência sobre a sustentabilidade e, compartilhar as estratégias para ampliar e gerir sua infraestrutura de mobilidade, fortalecendo o diálogo e prestação de contas com seus stakeholders. A edição mais recente do Relatório de Sustentabilidade do Grupo Motiva está disponível nos websites da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e no site de Relação com Investidores (<https://ri.ccr.com.br/>), na aba "ESG", no ícone "Relatórios Anuais e Sustentabilidade" e, por fim, "Relatórios", ou clicando diretamente em <https://arquivos.motiva.com.br/relatorios/ri2025/>.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Assim, embora a Motiva Pantanal não divulgue, de forma individualizada informações ASG em relatório anual ou em outro documento específico para essa finalidade, a Companhia esclarece que adota as diretrizes e práticas estabelecidas pelo grupo econômico ao qual pertence. Ainda que não haja relatório individual, é elaborado inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), o qual está disponível em: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/1956>. Dessa forma, para mais informações ASG da Companhia, e para acessar as informações requeridas por este item 1.9, de forma consolidada para a Motiva e suas controladas, vide o item 1.16 deste Formulário de Referência.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor:

(a) interesse público que justificou sua criação

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

(i) os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

(ii) quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

(iii) estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não houve a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal dos negócios da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital
1.12.1 - Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, visto que a Companhia não realizou operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.13 Acordos de acionistas
1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Não aplicável, visto que a Companhia não celebrou, extinguiu ou modificou qualquer acordo de acionistas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, visto que não ocorreram alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, uma vez que não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia com terceiros, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Companhia ressalta que é uma sociedade de propósito específico e, portanto, não tem controladas, nos termos do artigo 243 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações.

1.16 Outras informações relevantes

Informações adicionais ao item 1.9 do Formulário de Referência:

Em complemento ao item 1.9 deste Formulário de Referência, a Companhia apresenta abaixo as informações relacionadas ao Relatório de Sustentabilidade 2025 da Motiva:

a) se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

As informações ASG da Companhia são divulgadas anualmente por meio do Relatório de Sustentabilidade da Motiva, disponibilizado nas versões completa e resumo executivo, acessíveis nos websites da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e no site de Relação com Investidores (<https://ri.motiva.com.br/>), na aba “ESG”, no ícone “Relatórios Anuais e Sustentabilidade” e, por fim, “Relatórios”, ou clicando diretamente em <https://arquivos.motiva.com.br/relatorios/ri2025/>. O Relatório de Sustentabilidade referente ao exercício de 2025 foi publicado em fevereiro de 2026.

b) a metodologia seguida na elaboração das informações sociais e ambientais

O Relatório de Sustentabilidade 2025 foi elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI Standards 2021) e incorporou indicadores setoriais da Sustainability Accounting Standards Board (SASB), contemplando os seguintes setores: Infrastructure – Engineering & Construction Services; Transportation – Road Transportation; e Services – Professional & Commercial Services. O Relatório também considerou os princípios decorrentes do compromisso do Grupo Motiva com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com o Pacto Global da ONU.

Sua elaboração ocorreu em um contexto de preparação para as mudanças no marco normativo brasileiro, em especial a Resolução nº 193/23 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que instituiu no país as normas de divulgação de informações de sustentabilidade (IFRS S1 e IFRS S2). Nesse contexto, o documento se caracteriza como um relatório de transição para a futura adoção dessas normas. O documento foi submetido à asseguuração limitada por auditor independente.

c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações financeiras e não financeiras constantes do Relatório de Sustentabilidade 2025 foram submetidas à asseguuração limitada conduzida pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade 2025 pode ser acessado nos websites da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e no site de Relação com Investidores (<https://ri.motiva.com.br/>), na aba “ESG”, no ícone “Relatórios Anuais e Sustentabilidade” e, por fim, “Relatórios”, ou clicando diretamente em <https://arquivos.motiva.com.br/relatorios/ri2025/>.

e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Para o Relatório de Sustentabilidade 2025, o Grupo Motiva considerou a materialidade financeira dos riscos e oportunidades, as dependências, os impactos e a cadeia de valor de suas operações.

1.16 Outras informações relevantes

Os temas materiais identificados são: Cadeia de Valor; Estratégia Climática; Governança, Ética e Compliance; Capital Humano; Saúde e Segurança Ocupacional; Relações Governamentais; Desenvolvimento Socioeconômico; e Confiabilidade Operacional & Experiência do Cliente.

Neste contexto, os indicadores prioritários acompanhados trimestralmente são:

- Planos de adaptação para 100% dos ativos com riscos significativos;
- Energia 100% renovável nas operações até 2025;
- Neutralidade carbônica (Escopo 1) até 2035;
- Redução de 59% das emissões de Escopos 1 e 2 até 2033 (baseline 2019, SBTi);
- Redução de 27% das emissões de Escopo 3 até 2033 (baseline 2019, SBTi);
- Compromisso com o No Net Loss;
- 100% dos fornecedores aderentes ao programa de contratações sustentáveis da Motiva;
- 1 bilhão em investimentos direcionados a iniciativas sociais e culturais até 2035;
- Índice de engajamento > 90 pontos;
- Representatividade de gênero e raça na liderança e na organização;
- Governança padrão internacional;
- Taxa de frequência de acidentes colaboradores (TFCA) < 1 para colaboradores até 2030 e para prestadores de serviço até 2035

f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Desde 2011, a Motiva é signatária da Pacto Global da ONU, por meio da Rede Brasileira, e mantém alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas. O Relatório de Sustentabilidade 2025 considera tais objetivos, tendo sido identificados como materiais para o Grupo Motiva os seguintes ODS: 3 (Saúde e Bem-Estar); 5 (Igualdade de Gênero); 7 (Energia Acessível e Limpa); 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico); 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura); 10 (Redução das Desigualdades); 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); 12 (Consumo e Produção Responsáveis); 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima); 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes); e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).

g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade 2025 considera recomendações internacionalmente reconhecidas relacionadas à divulgação de informações climáticas, incluindo aquelas da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), no contexto do processo de transição para adoção das normas emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) e aprovadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). Desde 2021, os riscos relacionados às mudanças climáticas estão integrados à Matriz de Riscos Corporativos do Grupo Motiva, contemplando riscos físicos e de transição.

h) se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

O Grupo Motiva realiza o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), adotando abordagem baseada no controle operacional, conforme as diretrizes do GHG Protocol. O inventário contempla emissões dos escopos 1, 2 e 3, sendo publicado desde 2012 na plataforma do Registro Público de Emissões, com verificação por entidade externa independente.

1.16 Outras informações relevantes

Informações adicionais podem ser acessadas em <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/estatistica/estatistica-participantes/1956> e no Relatório de Sustentabilidade 2025, página 61.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Neste item 2.1, os Diretores da Companhia trazem sua visão e percepção sobre os negócios, atividades e desempenho da Companhia, e levam em consideração as informações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Para informações mais detalhadas sobre o assunto, sugerimos a leitura, em conjunto, de nossas demonstrações financeiras, destacadamente a referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, disponíveis nos websites da Companhia¹ e da CVM (gov.br/cvm).

Para fins dessa Seção 2 do Formulário de Referência, vale destacar que:

- Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas desta seção 2 do Formulário de Referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação a receita operacional líquida para os exercícios indicados, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis, exceto quando indicado de outra forma.
- As demonstrações financeiras, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos, exceto quando mencionado, estão em reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Todas as informações apresentadas nesta Seção 2 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria informa que a Companhia é responsável pela concessão da rodovia BR-163/MS, com extensão total de 845,4 quilômetros, integralmente inserida no Estado do Mato Grosso do Sul.

O Contrato de Concessão original estabelece que o trecho concedido deve ser totalmente duplicado a partir da data de expedição da Licença de Instalação e concluído em até 48 meses, conforme descrito no Plano de Exploração Rodoviário, objeto do Edital de Concessão nº 005/2013. O projeto é intensivo em capital, sendo que os 5 primeiros anos da concessão concentraram um volume de investimentos superior a 60% do volume total previsto para os 30 anos de concessão.

As condições de financiamento ofertadas pelo Governo Federal e apresentadas pela ANTT, em 04 de dezembro de 2013, previamente às licitações da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais (Fase III) do Programa de Investimentos em Logística (PIL), por meio da Carta Pública ("**Carta de Apoio**"), emitida pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, foram essenciais para a viabilidade do projeto.

Referente ao Plano de Investimentos, a Diretoria da Companhia informa que a expedição da Licença de Instalação deveria ter ocorrido em 12 meses contados da data da assunção da Concessão pela Companhia, conforme pactuado no Contrato de Concessão. Ocorre que, em razão de fatos supervenientes, imprevisíveis e alheios à esfera de responsabilidade da Companhia, o Contrato não teve seu regular desenvolvimento, sendo que a Licença de Instalação foi transferida para a titularidade da Companhia somente em abril de 2016, com 12 meses de atraso sobre o prazo anteriormente previsto. Além disso, a Licença de Instalação não liberou o início imediato das obras da rodovia, sendo que diversos segmentos ficaram bloqueados, fragmentando as

¹ No site de Relações com Investidores da Companhia <https://rodovias.motiva.com.br/pantanal/sobre/relacoes-com-investidores/>, na seção "Demonstrações Financeiras" clique em "Demonstrações Financeiras 2025".

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

frentes de obras, exigindo, ainda, complementações de estudos ambientais. A fragmentação dos trechos liberados acabou por ocasionar relevantes impactos à regular execução das obras, com expressivos e imprevistos custos adicionais à Companhia.

As condições macroeconômicas também sofreram alterações drásticas, sendo que o contexto atual é bastante distinto daquele existente à época da licitação, ocorrida em 2013, em que se verificou um crescimento na economia brasileira (PIB) de 2,3% e uma inflação oficial de 5,91%, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com taxa de juros baixa e com tendência de queda. Nos últimos anos, especialmente a partir do final de 2014 e no decorrer dos anos de 2015, 2016 e 2017, o cenário econômico-financeiro do País se transformou drasticamente, em razão da aguda crise política e econômica em curso, superando quaisquer previsões e expectativas, inclusive do próprio Governo Federal. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou situação de emergência em saúde pública de importância internacional, que foi acompanhada pela Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) e do reconhecimento de calamidade pública no Brasil. As autoridades brasileiras passaram a adotar medidas mais severas para evitar a contaminação ou a propagação do vírus, entre elas a restrição excepcional e temporária de entrada e saída do País, impactando o fluxo de usuários nas praças de pedágio da Companhia e impondo perdas financeiras que são reportadas semanalmente no site da Companhia, aos acionistas e ao mercado em geral.

Em relação à TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), índice parâmetro dos financiamentos promovidos pelo BNDES, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aumentou sucessivamente, ao final de 2015, saindo do patamar de 5,0% ao ano para 7,5% ao ano, representando um acréscimo de 50% em relação à TJLP vigente em 2014. Além disso, o financiamento ofertado não atendeu ao previsto na Carta de Apoio, em volume e em condições, além de ter sido contingenciado à performance do projeto.

A queda dos indicadores financeiros e operacionais refletiram em significativa diminuição da geração de caixa livre da Companhia, resultando em uma menor participação dos credores no financiamento dos investimentos da Companhia, tendo em vista que os desembolsos dos financiamentos contratados estão condicionados à performance operacional do projeto.

A Diretoria da Companhia informa que diante do cenário macroeconômico, solicitou à ANTT os correspondentes ajustes contratuais necessários à concessão, de forma a viabilizar o seu projeto econômico-financeiro, tendo em vista que a continuidade da execução do Plano de Investimentos inicialmente propostos pode vir a se tornar inviável no atual contexto econômico, dada a ineficiente geração de caixa da Companhia e as dificuldades e custos adicionais causados pela alteração das condições de financiamento em relação ao conhecido por ocasião da licitação e pelo atraso e liberação parcial e fracionada da Licença de Instalação, obrigação do Poder Concedente solicitando à ANTT a suspensão, provisória, de suas obrigações de realização de investimentos, enquanto as partes discutem a realidade contratual; mantendo todos os demais compromissos de manutenção, conservação e monitoração da rodovia e atendimento aos usuários.

Em 22 de maio de 2025, foi realizada a sessão pública do processo competitivo, na qual foi confirmada a manutenção da Motiva no controle acionário direto da Companhia, bem como o primeiro leilão de otimização do contrato de concessão da BR-163/MS, conduzido pela ANTT e pelo Ministério dos Transportes, na sede da B3, em São Paulo; sem a apresentação de concorrentes, a controladora Motiva sagrou-se vencedora do certame, permanecendo à frente da operação do trecho de 847,2 quilômetros. Com o cumprimento das condições precedentes, foi

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

celebrado, em 1º de agosto de 2025, o Termo Aditivo nº 006/2025, que moderniza o contrato de concessão e estabelece sua vigência por mais 29 anos a partir da assinatura, assegurando a continuidade da prestação do serviço público.

Resultados Operacionais

A Diretoria informa que 57,6% da receita bruta da Companhia é resultante da cobrança de pedágio, sendo o restante proveniente da exploração da faixa de domínio, implantação e manutenção de vias de acesso a estabelecimentos comerciais e direito do uso de faixa de domínio.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía, R\$ 193.920 mil em caixa e equivalentes, enquanto a sua receita líquida totalizou R\$ 730.483 mil.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 558.246 mil.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizava R\$ 609.835 mil e a dívida líquida (financiamentos deduzidos de caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R\$ 466.012 mil.

Adicionalmente, a estrutura do endividamento da Companhia (consistente da soma dos financiamentos no passivo circulante e não circulante) se encontrava, em 31 de dezembro de 2025, 7,79% no passivo circulante, totalizando o valor de R\$ 51.390 mil.

Considerando o cenário descrito, marcado pela celebração do termo aditivo que assegura a continuidade da concessão, estabelece novas obrigações e diretrizes de investimento, bem como pelo reajuste tarifário autorizado pela ANTT.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 está descrita na tabela a seguir:

Fontes de recursos para investimentos (Em R\$ milhares)	31/12/2025
Capital de Terceiros ¹	659.932
Capital Próprio ²	609.835
Total	1.269.767

¹ Capital de Terceiros corresponde à soma das linhas financiamentos dos grupos do passivo circulante e não circulante.

² Capital Próprio corresponde à soma das linhas de capital social e prejuízos acumulados.

Sobre o padrão de financiamento de suas operações, a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de endividamento reflete a menor participação dos credores no financiamento dos investimentos da Companhia e a baixa geração de caixa, levando a necessidade de acessar recursos de seus acionistas por meio de aportes de capital social.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui, até o momento, recursos de capital suficientes para honrar seus compromissos financeiros assumidos. Com a assinatura do Termo Aditivo nº 006/2025, que trata da modernização do Contrato de Concessão da Rodovia Federal BR-163/MS, foram estabelecidas novas diretrizes operacionais e de investimento, viabilizando a implementação do plano de negócios da Companhia e o cumprimento de suas obrigações de curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2025, o perfil de endividamento da Companhia era de longo prazo, sendo

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

que o saldo da dívida, composto por financiamentos e custos de transação, era de R\$ 659.932 mil.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Segue abaixo o saldo dos financiamentos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (detalhados no item 2.1(f) (i) abaixo):

Instituições Financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a) (a)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	2025	
BNDES – FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2328%	17.013	Março de 2039	520.141	(b) (c) (d)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	2.598	Março de 2039	99.124	(b) (c) (d)
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	2.671	Março de 2039	40.667	(b) (c) (d)
Total geral					<u>659.932</u>	
Circulante					51.390	
Financiamentos					51.549	
Custos de transação					-1.159	
Não Circulante					608.542	
Financiamentos					615.739	
Custos de transação					-7.197	

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.

(b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;

(c) Garantia real; e

(d) 100% aval/fiança corporativa da Motiva.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2025
Valores em R\$ mil	
2027	50.264
2028	50.264

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2029	50.264
2030	50.264
2031 em diante	414.683
(-) Custos de Transação	(7.197)
Total	608.542

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Como mencionado no item "d" acima, a Companhia informa que a principal fonte de financiamento utilizada no exercício social encerrado em 2025 foram os empréstimos contratados junto ao BNDES e a Caixa Econômica Federal.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 14 de março de 2016, foi assinado o contrato de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$2.109.915 mil, com vencimento em 15 de março de 2039. O valor do financiamento está dividido em dezoito subcréditos, incluindo o subcrédito social "S" no valor de R\$11.542 mil, destinado à aprovação dos projetos sociais no âmbito da comunidade pelo BNDES.

Sobre a dívida incide juros de TJLP + 2,0% a.a., exceção essa feita ao subcrédito social, sobre o qual incidirá apenas a TJLP. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão pagos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

Em 15 de abril 2016, foi realizado o primeiro desembolso deste contrato, no valor de R\$587.039 mil, que liquidou o empréstimo ponte, junto a este mesmo banco, sendo que R\$543.201 mil correspondem ao subcrédito "A" e R\$43.838 mil ao subcrédito "R1".

Em 10 de março de 2017, foi recebido o segundo desembolso deste contrato, no valor de R\$74.950 mil, sendo que R\$22.389 mil correspondem ao subcrédito "A" e R\$52.561 mil ao subcrédito "R1".

Sendo assim, os subcréditos "A" e "R1" foram sacados integralmente pela Companhia.

Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FINISA (Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) e mediante repasse ("**Repasse**") de recursos do BNDES, nos valores de R\$527.288 mil e R\$210.000 mil, respectivamente, com vencimento em 15 de março de 2039.

Sobre os dois contratos incidirão juros de TJLP + 2,0% ao ano. O principal será pago em 231 prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de janeiro de 2020. Os juros serão exigidos trimestralmente nos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, e mensalmente a partir da data de vencimento da primeira prestação de principal.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do FINISA no valor bruto de R\$103.800 mil e no dia 18 de outubro, R\$43.250 mil, do Repasse.

Em 10 de março de 2017, foi realizado o segundo desembolso do FINISA, no valor de R\$22.909 mil e no dia 15 de março foi realizado o segundo desembolso do Repasse, no valor de R\$9.545 mil.

A Companhia ofereceu em garantia a cessão fiduciária, até a final liquidação de todas as

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

obrigações por ela assumidas perante o BNDES e a Caixa Econômica Federal, de: (i) todos os direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes da exploração da rodovia BR-163/MS, incluindo, mas sem limitação, as receitas de pedágio e demais receitas acessórias, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro contratadas nos termos do contrato de concessão; e (ii) todos os direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do contrato de concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, revogação ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção das relações constantes no item "i" acima, a Companhia não mantém atualmente outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Sobre o padrão de financiamento de suas operações, a Diretoria entende que a atual estrutura de endividamento da Companhia reflete a menor participação dos credores no financiamento dos investimentos da Companhia e com a baixa geração de caixa, levando a necessidade de acessar recursos de seus acionistas por meio de aportes de capital social. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Seguem abaixo as restrições impostas à Companhia em virtude dos financiamentos por ela contratados. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros listados abaixo.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0893.1

A Companhia tem a obrigação de não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o percentual de que trata o parágrafo 2º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, até o implemento do evento *Completion* que está condicionado à ocorrência cumulativa dos seguintes requisitos:

- a) Conclusão de todas as obras de ampliação de capacidade previstas no item 3.2.1.1 do PER, comprovada por meio da apresentação de documento formal emitido pela ANTT, correspondentes às obras de duplicação da rodovia BR-163/MS;
- b) Adimplência da emissora, acionistas e demais empresas integrantes do seu grupo econômico com o sistema BNDES e CAIXA;
- c) Adimplência da emissora e dos acionistas junto ao Poder Concedente em relação às obrigações previstas no contrato de concessão;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- d) Estar com as contas reservas integralmente preenchidas;
- e) Apresentar relação Patrimônio Líquido e Ativo Total maior ou igual a 0,2;
- f) Aplicação e comprovação da utilização de 100% dos valores do contrato liberados;
- g) Apresentar Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,2, por 1 ano civil, a partir de 01 de janeiro de 2021, em que:

ICSD = Geração de Caixa da Atividade / Serviço da Dívida, onde:

Geração de caixa	Serviço da dívida	EBITDA ajustado
(+) EBITDA ajustado	(+) Amortização de principal	(+) Lucro bruto*
(-) Imposto de renda pago	(+) Pagamento de juros	(-) Despesas operacionais
(-) Contribuição social paga		(+) Depreciação e amortização
		(+) Provisão de manutenção
		*Lucro bruto desconsidera receitas e custos de construção

- h) Apresentar Índice de Cobertura "Manutenção" sobre o Serviço da Dívida (ICSD) igual ou superior a 1,0, por 1 ano civil a partir de 01 de janeiro de 2021 em que:

ICSD = (Geração de Caixa da Atividade + Realização de Provisão de Manutenção) / Serviço da Dívida

Além disso, a Companhia tem a obrigação de não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio quando a relação Patrimônio Líquido e Ativo Total (PL/AT) for inferior a 20%, ou quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) for inferior a 1,2, de acordo com a fórmula já mencionada anteriormente.

A Companhia não deve conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures, partes beneficiárias ou qualquer outro valor mobiliário, nem assumir novas dívidas e mútuos, sem prévia autorização do BNDES, com ressalva para emissão(ões) de debêntures, no valor mínimo de R\$100.000 mil e máximo de R\$220.000 mil, devendo os recursos captados terem as seguintes condições:

- a) Prazo de emissão: até 31/12/2018;
- b) *Duration* mínima de 7 anos;
- c) Taxa mínima de juros: IPCA + 10% ou 2,6% acima da NTN-B₂₀₂₄, o que for menor;
- d) O BNDES poderá reavaliar essas condições, notadamente o valor máximo e a taxa máxima de juros, em cenário de adversidade de mercado.

A Motiva, até o *completion total*, conforme estabelecido no contrato de financiamento, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Caixa Econômica Federal

- Contrato 469.258-20 – Contrato de financiamento com recursos do FINISA (Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento)

As restrições deste contrato são as mesmas do contrato 15.2.0893.1, mencionadas anteriormente.

- Contrato 469.259-34 – Contrato de abertura de crédito com a Caixa Econômica Federal mediante repasse de recursos do BNDES

As restrições deste contrato são as mesmas do contrato 15.2.0893.1, mencionadas anteriormente.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

BNDES

Em 15 de abril de 2016, teve início o financiamento de longo prazo firmado junto ao BNDES, no montante de R\$2.109.915 mil, dos quais R\$587.039 mil foram liberados nesta mesma data, o que representa um percentual de 27,8% de recursos utilizados para o pagamento do empréstimo ponte. Em 10 de março de 2017, foi recebido o segundo desembolso deste contrato, no valor de R\$74.950 mil.

A Companhia declara que, em 31 de dezembro de 2025, 31,4% do total contratado com o BNDES foi desembolsado.

Caixa Econômica Federal

Em 12 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal, com recursos do FINISA (Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) e mediante repasse de recursos do BNDES, nos valores de R\$527.288 mil e R\$210.000 mil, respectivamente, com vencimento em 15 de março de 2039.

Em 07 de outubro de 2016, foi realizado o primeiro desembolso do FINISA no valor bruto de R\$103.800 mil e no dia 18 de outubro, R\$43.250 mil, do Repasse.

Em 10 de março de 2017, foi realizado o segundo desembolso do FINISA, no valor de R\$22.909 mil e no dia 15 de março foi realizado o segundo desembolso do Repasse, no valor de R\$9.545 mil.

A Companhia declara que, em 31 de dezembro de 2025, 24% do total contratado com a CAIXA através do programa FINISA foi desembolsado e que 25,1% do total contratado mediante repasse do BNDES foi desembolsado.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Resultados e variações percentuais

Demonstrações de Resultado

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os resultados aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

Demonstrações de Resultado

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	2025	AV	2024	AV	AH 2025/2024
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Receita operacional líquida	730.483	130,9	272.239	-72,3	168
Custos dos serviços prestados	(518.131)	-92,8	(357.685)	95,0	-45
Resultado bruto	212.352	38	(85.446)	22,7	349
Despesas gerais e administrativas	(56.189)	-10,1	(132.264)	35,1	58
Resultado antes do resultado financeiro	156.163	28	(217.710)	57,8	172
Resultado financeiro	(47.535)	-8,5	(158.888)	42,2	70
Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	108.628	19,5	(376.598)	100,0	129
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	449.618	80,54	62	0,0	725090
Lucro do exercício	558.246	100	(376.536)	100,0	248

Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados aumentaram 45% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, alcançando o valor de R\$ -518.131 mil, devido principalmente a retomada imediata das obras.

Resultado bruto

Como resultado do exposto acima, o resultado bruto da Companhia aumentou 349%, passando de R\$ -85.446 mil no exercício social encerrado 31 de dezembro de 2024 para R\$ 212.352 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, em função do aumento da receita operacional, incluindo a receita de construção.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram em 58% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, alcançando o valor de R\$ -56.189 mil, essa redução decorre, principalmente, da reversão líquida de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e contratuais, bem como da não recorrência da estimativa de perdas registrada no exercício anterior, além da menor despesa de depreciação e amortização administrativa no período.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia apresentou melhora significativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, alcançando R\$ -47.535 mil, frente a R\$ -158.888 mil em 2024. Essa variação decorre, principalmente, da não recorrência da atualização monetária, pelo IPCA, do excedente tarifário registrada no exercício anterior, após a repactuação contratual, bem como da redução das despesas financeiras. Adicionalmente, o maior volume de caixa aplicado contribuiu para o aumento das receitas financeiras no período.

Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Como resultado do exposto acima, o resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia apresentou melhora significativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, passando de um prejuízo de R\$ -376.598 mil para um lucro de R\$ 108.628 mil.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

Como resultado das variações citadas acima, o imposto de renda e a contribuição social apresentaram aumento relevante no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, passando de R\$ 62 mil para R\$ 449.618 mil, acompanhando a reversão do resultado operacional da Companhia.

Prejuízo do exercício

Como resultado dos fatores expostos anteriormente, a Companhia reverteu o prejuízo registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, de R\$ -376.536 mil, para um lucro de R\$ 558.246 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, refletindo a melhora do desempenho operacional e financeiro no período.

Receita operacional líquida

	2025	AV	2024	AV	AH
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	2025/2024
					(%)
Receitas de pedágio	442.990	60,6	229.276	84,2	93,2
Receitas de contrato de construção	316.093	43,3	11.124	4,1	2741,5
Outras Receitas (a)	10.316	1,4	9.688	3,6	6,5
Receita bruta	769.399	105,3	302.928	111,3	154
Impostos sobre receitas	(38.916)	5,3	(30.607)	-11,2	-27,1
Devoluções e abatimentos	0	0	(82)	0	100
Deduções da receita bruta	38.916	-5,3	(30.689)	-11,3	-26,8
Receita líquida	730.483	130,9	272.239	-72,3	168,3

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Receita de pedágio: A receita de pedágio totalizou R\$ 442.990 mil em 2025, representando um aumento de 93,2% em relação a 2024, explicado pelos efeitos da repactuação contratual e não contabilização do excedente tarifário e pelo reajuste tarifário aplicado no período.

Receita de construção: Em 2025, a receita de construção totalizou R\$ 316.093 mil, representando um aumento expressivo em relação a 2024, quando somou R\$ 11.124 mil, em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

decorrência da retomada das obras de ampliação de capacidade, faixas adicionais e restauração do pavimento, conforme previsto na repactuação do Contrato de Concessão.

Receitas acessórias: Referem-se às receitas provenientes do uso da faixa de domínio, incluindo a utilização por adutoras, redes de energia elétrica, redes de fibra óptica, propaganda e outras atividades acessórias. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, essas receitas totalizaram R\$ 10.316 mil, apresentando leve crescimento em relação a 2024, em função, principalmente, dos reajustes contratuais aplicados aos contratos de uso da faixa de domínio.

Fluxo de Caixa

Comentários sobre alterações significativas verificáveis na comparação entre os resultados aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024

Fluxo de Caixa

(Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

	2025	AV	2024	AV	AH 2025/2024
	(R\$ mil)	(%)	(R\$ mil)	(%)	(%)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	558.246	406,2	(376.536)	1065,5	248,3
Varição nos ativos e passivos	75.132	54,7	310.626	-879	-75,8
Aumento/redução dos ativos	(21.290)	-15,5	308.981	-874,4	-106,9
Aumento/redução dos passivos	96.442	70,2	1.645	-4,7	5761,5
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	263.939	192,1	96.313	-272,5	174
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(391.884)	-285,2	(26.058)	73,7	-1403,9
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(391.884)	-285,2	(26.058)	73,7	-1403,9
Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa	137.421	100	(35.338)	100	488,9
Demonstração do aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	56.499	41,1	91.837	-259,9	-38,5
No início do exercício	56.499	41,1	91.837	-259,9	-38,5
No fim do exercício	193.920	141,1	56.499	-159,9	243,2

Varição nos ativos e passivos

Em 2025, após o lucro líquido apurado no período, a Companhia apresentou aumento dos ativos, decorrente, principalmente, da elevação do caixa, do reconhecimento de créditos tributários diferidos e do crescimento dos ativos relacionados aos investimentos. As variações nos passivos refletem, sobretudo, o aumento de fornecedores e obrigações vinculadas à execução das obras e aos faturamentos de partes relacionadas.

Caixa Líquido usado nas atividades de investimentos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As adições ao ativo intangível aumentaram de R\$ -11.592 mil em 2024 para R\$ -352.830 mil em 2025, em decorrência da retomada das obras de ampliação de capacidade e demais investimentos previstos na repactuação do Contrato de Concessão. Em razão desse movimento, o caixa líquido usado nas atividades de investimentos elevou-se de R\$ -26.058 mil em 2024 para R\$ -391.884 mil em 2025.

Caixa Líquido usado nas atividades de financiamentos

Em 2025, as atividades de financiamento apresentaram geração líquida de caixa de R\$ 265.366 mil, revertendo o consumo observado em 2024, quando totalizou R\$ -105.593 mil. Essa variação decorre, principalmente, da integralização de capital realizada no exercício, parcialmente compensada pelos pagamentos de principal e juros dos financiamentos.

Aumento/redução de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentaram aumento no exercício, passando de R\$ 56.499 mil em 2024 para R\$ 193.920 mil, em função da geração de caixa operacional e da integralização de capital no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultados Operacionais e Financeiros:

a. resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Diretoria informa que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 97,7% da receita da Companhia adveio da cobrança de pedágio nas rodovias que opera, desconsiderado o valor de receita de construção (ICPC R1). Em menor proporção, a receita da Companhia é composta por outras receitas, sendo essas: propaganda na faixa de domínio, manutenção de vias de acesso e receitas relativas ao direito do uso de faixa de domínio.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia continua mantendo a prestação de serviços ao usuário conforme obrigação assumida desde o início da sua operação. Os principais fatores que afetam o resultado operacional são o número e classes de veículos pedagiados, isto é, veículos comerciais e passeio, impactada sensivelmente pela situação econômica regional e nacional.

Adicionalmente, o desempenho operacional foi influenciado pelos efeitos da repactuação do Contrato de Concessão, que permitiram o reconhecimento integral das receitas tarifárias, bem como pela retomada das obras de ampliação de capacidade, com reflexos no aumento da receita de construção conforme previsto na ICPC 01 (R1). O chamado “efeito calendário” também impactou as receitas de pedágio, uma vez que a quantidade de dias úteis e feriados afeta diretamente o volume de tráfego e o número de veículos equivalentes registrados no período.

b. variações das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Como mencionado no subitem anterior, a receita da Companhia advém substancialmente da cobrança de pedágios nas rodovias. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, 97,7% da receita operacional líquida, desconsiderada a receita de construção foi proveniente da cobrança de tarifas de pedágio.

Os principais fatores que influenciam nossa receita operacional bruta são: (i) o número de veículos que contribuem para os pedágios instalados na rodovia que administramos; e (ii) o valor das tarifas dos pedágios reajustadas pela inflação, de acordo com o IPCA, estabelecido no respectivo contrato de concessão:

- IPCA; e
- Combinação de diversos índices que medem a variação do preço de determinados insumos e produtos da indústria de construção.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro

O IPCA consiste na principal taxa indexadora presente no plano de negócios da Companhia tendo em vista que a maior parte dos seus custos é reajustada por este índice.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Comentários dos Diretores sobre mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não aplicável, visto que não houve mudança nas práticas contábeis adotadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não aplicável, visto que não houve ressalva, tampouco ênfase, na opinião dos auditores sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos e Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, pois não ocorreu a introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia, durante o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável, pois não ocorreu constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia, durante o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, visto que não houve operações ou eventos não usuais durante o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Medições Não Contábeis

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Comentários dos Diretores sobre a destinação dos resultados sociais:

	2025
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>A retenção de lucros da Companhia é regulada pelos artigos 193 e 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>"), bem como pelos artigos 27 e seguintes do Estatuto Social da Companhia.</p> <p>Nos termos da legislação aplicável, do lucro líquido apurado em cada exercício social, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.</p> <p>Após a constituição da reserva legal e a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas, o lucro remanescente poderá ser retido pela Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral, com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
a.i. Valores das Retenções de Lucros	<p>Não houve constituição de reservas de retenção de lucros no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista a apuração de prejuízo no referido exercício, ficando prejudicada a deliberação sobre a destinação de resultados, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 2026.</p>
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>Não aplicável, em razão da apuração de prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.</p>
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, é assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de dividendo obrigatório anual correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do referido artigo.</p> <p>A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta dos lucros apurados nesses balanços, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes em balanço anual ou semestral.</p> <p>Os dividendos, inclusive os intermediários, e os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados serão imputados ao dividendo obrigatório. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição prescreverão em</p>

2.7 Destinação de resultados

	2025
	favor da Companhia.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>As disposições sobre periodicidade da distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social são as seguintes:</p> <p>(i) Dividendo obrigatório: anualmente, após a aprovação das demonstrações financeiras pela Assembleia Geral Ordinária; e</p> <p>(ii) Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio: em períodos inferiores ao exercício social, conforme deliberação do Conselho de Administração.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Descrição de itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia: (a) ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos; e (b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, em especial: (a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia; (b). natureza e o propósito da operação; (c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que não há itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de Negócios

a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia investiu o montante de R\$ 394.496 mil em obras, equipamentos e veículos, com destaque para a retomada das obras de ampliação de capacidade da rodovia, incluindo duplicações, faixas adicionais e restauração do pavimento, em conformidade com as obrigações estabelecidas na repactuação do Contrato de Concessão. Adicionalmente, foram realizados investimentos na aquisição de equipamentos e veículos operacionais e administrativos, necessários para o suporte à execução das obras e à manutenção do nível de serviço exigido contratualmente.

Os investimentos previstos estão alinhados às diretrizes e ao cronograma estabelecidos no contrato de concessão modernizado, abrangendo a continuidade das obras e melhorias operacionais previstas para os próximos exercícios.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Além de recursos sob a forma de capital próprio, captamos recursos por meio de financiamentos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, o saldo devedor dos financiamentos da Companhia era de R\$ 659.932 mil. Para mais informações acerca dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia, vide item 2.1.f.i deste Formulário de Referência.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não aplicável, uma vez que na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, pois não foram realizadas aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois não há novos produtos ou serviços.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia possui oportunidades em seu plano de negócios relacionadas a questões Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), alinhadas às diretrizes estratégicas do Grupo e às obrigações regulatórias da concessão. No exercício de 2025, a Companhia avançou na implementação de sua agenda ASG por meio de iniciativas estruturadas nas frentes ambiental, social e de governança. Na dimensão ambiental, destacam-se ações de gestão de resíduos, com elevada destinação para reciclagem e reutilização, bem como iniciativas voltadas à redução de

2.10 Planos de negócios

emissões e eficiência operacional. No âmbito social, a Companhia manteve o foco na segurança viária e no atendimento aos usuários, além de investimentos no desenvolvimento e capacitação de colaboradores. Em governança, foram reforçadas as práticas de gestão de riscos, transparência e integração de critérios ASG à estratégia corporativa. A Companhia acompanha indicadores relacionados a essas frentes, incluindo gestão de resíduos, segurança operacional e pessoas, com metas alinhadas à sua estratégia de sustentabilidade.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1.1 Projeções divulgadas e premissas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções e estimativas, conforme faculdade prevista no artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2. Acompanhamento e Alterações das Projeções Divulgadas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga projeções e estimativas, conforme faculdade prevista no artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4. Fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos.

Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que conhecemos e que acreditamos em poder afetar a Companhia adversamente de forma relevante.

Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou que a Companhia considere atualmente irrelevantes também poderão nos afetar adversamente. Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou nos negócios futuros da Companhia, bem como no preço dos seus valores mobiliários. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

(a) Emissor

Valores de Capital Expenditure ("CAPEX") acima do planejado, podem afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A capacidade da Companhia de: (i) concluir os investimentos exigidos pelos contratos de concessão dentro dos prazos e custos pactuados; (ii) assumir novos projetos a serem reequilibrados nos contratos existentes; e (iii) conquistar ou adquirir novas concessões, está sujeita a flutuações decorrentes de mudanças no cenário macroeconômico, como inflação e câmbio, além de fatores mercadológicos relacionados aos setores de construção civil, bem como ao cumprimento das exigências regulatórias e contratuais do Poder Concedente e/ou a viabilidade de atender aos prazos para atividades essenciais à fluidez da obra, como a obtenção de licenciamentos ambientais, remoção de interferências, achados arqueológicos, desapropriação, reassentamento de

4.1 Descrição dos fatores de risco

populações vulneráveis e interdependência com os empreendimentos geridos por terceiros ou pelo próprio Poder Público.

A capacidade de execução da Companhia também pode ser impactada pela falta de insumos e matéria prima, escassez de empresas especializadas em engenharia, condições climáticas adversas, aumento dos custos de mão de obra e de insumos relevantes para o negócio da Companhia (ex.: cimento asfáltico, aço, concreto etc.), pelas variações das quantidades dos projetos provocadas por condições geotécnicas e topográficas, bem como pela capacidade de cumprimento dos prazos e qualidade pelos seus contratados. Adicionalmente, exposições a vandalismo, furtos de materiais e equipamentos e manifestações de lindeiros também representam desafios. Além disso, incompatibilidades na condição dos ativos recebidos e não conformidades nos investimentos realizados pela gestão anterior podem, ainda, comprometer a capacidade de investimento da Companhia.

Esses fatores podem impactar os valores de CAPEX dos planos de negócios, comprometer o cumprimento das condições de financiamento e das obrigações dos Contratos de Concessão, além de afetar a receita (ex.: aplicação de fatores de reajuste contratual que reduzem o valor da tarifa ou atraso na entrega de ampliações que trariam um aumento no número de veículos) e os resultados planejados. Embora alguns desses impactos sejam passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro, podem influenciar de maneira desfavorável o orçamento planejado e, conseqüentemente, a evolução dos projetos. Além disso, tais desafios podem demandar recursos adicionais e afetar a segurança da operação e a reputação da Companhia, caso não sejam solucionados em tempo hábil. Devido às concentrações de investimentos obrigatórios nos anos iniciais da concessão, pequenas variações de CAPEX podem ter grande impacto no Valor Presente Líquido ("VPL") do negócio.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao aumento das taxas de juros, uma vez que financia parte de suas operações.

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que parte de suas obrigações financeiras em Reais está atrelada a taxas flutuantes. Caso o Governo Federal venha a aumentar as taxas de juros ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo desta taxa, os encargos pagos em suas dívidas aumentarão, afetando adversamente a sua condição financeira. Ademais, outra parte relevante do endividamento da Companhia denominado em Reais é reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPC-A"), incluindo os novos contratos de BNDES, que são baseados na Taxa de Longo Prazo ("TLP"). Da mesma forma, as obrigações financeiras da Companhia também estão sujeitas à inflação, impactada entre outros fatores, pela Cotação do Dólar. Para mais informações sobre a volatilidade do Real frente ao Dólar, veja neste item 4.1, alínea (g) "A alta volatilidade do Real em relação ao Dólar pode resultar em mudanças significativas nos resultados da Companhia, em razão das obrigações denominadas em Dólar e aumentar o seu custo de captação de recursos".

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive de redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio, bem como sua política fiscal poderão desencadear no aumento da inflação, o que aumentaria as receitas dos negócios, porém tonariam os financiamentos indexados ao IPC-A mais caros.

Por outro lado, uma alta significativa na taxa de juros interna com a finalidade de conter o aumento da inflação pode ter um efeito adverso na capacidade de pagamento da Companhia, impactando diretamente o custo financeiro da Companhia, acarretando, deste modo, em um lucro líquido menor.

Qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia em decorrência do aumento do custo financeiro poderá afetar a capacidade de pagamento da sua dívida e o seu lucro líquido.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis à Companhia em processos judiciais ou administrativos poderão afetá-la de forma adversa.

A Companhia é parte em diversos processos nas esferas judicial, arbitral e administrativa, incluindo ações indenizatórias, trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Os respectivos resultados são incertos e podem ser desfavoráveis aos seus interesses, gerando impactos financeiros.

A Companhia é parte em processos administrativos regulatórios perante as Agências Reguladoras discutindo o cumprimento dos contratos de concessão que podem gerar reequilíbrios econômico-financeiros em favor do Poder Concedente. Esses reequilíbrios contratuais poderão gerar a obrigação de promover reduções tarifárias ou a diminuição dos prazos de vigência das concessões, o aumento de investimentos, o pagamento de quantias ao Poder Concedente ou a combinação das alternativas anteriores. Decisões adversas nesses processos podem afetar financeiramente a Companhia.

Existem processos classificados com chance de perda provável e outros cuja expectativa de desfecho adverso é possível ou remoto. Tais avaliações estão baseadas nos fatos e fundamentos jurídicos, precedentes e outras circunstâncias que podem resultar em reavaliações. As seções 4.4 a 4.6 deste Formulário de Referência fazem alusão a processos considerados relevantes individualmente, ou em seu conjunto, independentemente da avaliação da chance de perda. Não há como garantir que tais processos serão julgados favoravelmente à Companhia, ou, ainda, que os valores provisionados sejam suficientes para a cobertura dos valores decorrentes de eventuais condenações. Tampouco há como garantir que novas ações não serão ajuizadas contra a Companhia. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, a Companhia constitui provisões contábeis apenas para processos que apresentam probabilidade de perda provável. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem da Companhia ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

Além disso, um ou mais administradores ou ex-administradores da Companhia, ou a própria Companhia podem vir a ser partes em processos judiciais e administrativos, cuja instauração e/ou resultados possam afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal ou de improbidade administrativa, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia, em se tratando de administradores, ou, até mesmo, afetando a capacidade da Companhia de celebrar novos contratos com a administração pública, a qual poderá ser restringida em caso de uma decisão judicial desfavorável, em definitivo no âmbito de tais processos e, eventualmente, ensejar a condenação a pagamento de multas e reparação de danos causados ao erário público, o que poderá gerar efeito material adverso sobre os negócios da Companhia.

Para mais informações sobre os processos individualmente ou em seu conjunto relevantes da Companhia, vide seção 4.4 a 4.6 deste Formulário de Referência.

Para mais informações sobre os processos individualmente ou em seu conjunto relevantes da Companhia, vide seção 4.4 a 4.6 deste Formulário de Referência.

O nível de endividamento da Companhia ou o rebaixamento da classificação de crédito da Companhia podem afetar adversamente sua capacidade de refinanciar seu endividamento existente ou captar recursos adicionais para financiar suas operações, limitar sua capacidade de reagir a mudanças na economia ou nos seus setores de atuação e impedi-la de cumprir com suas obrigações previstas em seus instrumentos de dívida.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da Dívida Bruta da Companhia era de R\$ 659.931 mil, sendo que, na mesma data, o ativo circulante e não circulante era de R\$ 1.460.068 mil. Para mais

4.1 Descrição dos fatores de risco

informações sobre o endividamento da Companhia, veja item 2.1, alíneas (d), (e) e (f) deste Formulário de Referência. O índice de alavancagem da Companhia pode apresentar consequências relevantes, incluindo:

- aumento da vulnerabilidade da Companhia a desacelerações ou mudanças adversas em geral nas condições econômicas, setoriais ou competitivas e mudanças adversas na regulamentação governamental;
- redução da capacidade da Companhia de utilizar seus fluxos de caixa para financiar suas operações, despesas de capital e oportunidades futuras de negócio em razão de sua necessidade de dedicar parcela substancial de seus fluxos de caixa das atividades operacionais ao pagamento de principal e juros remuneratórios de seu endividamento;
- exposição da Companhia a risco de mercado, associados ao aumento das taxas de juros, na medida em que parte relevante de seus empréstimos e financiamentos é contratada a taxas de juros flutuantes;
- limitação da capacidade da Companhia de realizar aquisições estratégicas ou necessidade de realizar desinvestimentos estratégicos e/ou não estratégicos;
- limitação da capacidade da Companhia de obter financiamento adicional para, entre outros, capital de giro, despesas de capital, recompras de ações, desenvolvimento de produtos e serviços, exigências decorrentes do serviço da dívida, aquisições e propósitos corporativos; e
- limitação da capacidade da Companhia de se adequar às mudanças nas condições de mercado, posicionando-a em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes menos alavancados.

A Companhia pode vir a contratar empréstimos e/ou financiamentos adicionais no futuro, inclusive onerando em garantia uma parcela substancial de seus ativos, o que pode intensificar os correspondentes riscos a que está atualmente exposta. Além disso, caso uma parcela substancial dos seus ativos esteja onerada em favor de determinados credores, a Companhia pode não dispor de ativos suficientes para satisfazer integralmente os créditos de seus credores quirografários na eventualidade de sua insolvência, falência ou liquidação.

À medida que continue implementando sua estratégia de expansão e modernização, a Companhia acredita ter que contratar dívidas adicionais no futuro. A Companhia não pode garantir que sua capacidade de geração de receitas de suas operações evoluirá de forma proporcional ao aumento do seu endividamento e que será suficiente para atender suas obrigações financeiras estabelecidas em seus instrumentos de dívida, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e situação financeira.

Adicionalmente, qualquer rebaixamento da classificação de risco da Motiva, controladora da Companhia (*rating*), o custo de seus empréstimos e/ou financiamentos existentes, sua capacidade de contratar empréstimos e/ou financiamentos no futuro ou o custo para contratá-los podem ser adversamente afetados, o que pode dificultar ou encarecer o financiamento de suas operações ou o refinanciamento de suas obrigações financeiras e, conseqüentemente, afetar sua situação financeira e resultados operacionais. Além disso, a classificação de risco da Companhia é sensível à classificação de risco do Brasil e à classificação de risco do acionista majoritário. Para mais informações sobre o risco de rebaixamento da classificação de risco do Brasil, veja neste item 4.1, alínea (g) "*Qualquer outro rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderia afetar adversamente o preço de negociação das ações de emissão da Companhia*".

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nos termos de seus contratos financeiros, a Companhia está sujeita a obrigações específicas, bem como restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais.

A Companhia é parte em diversos contratos financeiros que impõem à Companhia o cumprimento de obrigações, pecuniárias ou não, cujo descumprimento, se não sanado, implica em inadimplemento. Embora algumas dessas obrigações estejam vinculadas ao atingimento ou manutenção de determinados índices financeiros, o não atingimento por si só pode não representar necessariamente um descumprimento, mas sim impor uma restrição, que, se violada, resulta no inadimplemento. Qualquer inadimplemento que não seja sanado ou cujos efeitos sejam sustados por seus respectivos credores pode resultar na declaração de vencimento antecipado da respectiva dívida. Em alguns casos, quando o contrato financeiro imputa obrigações a garantidoras, anuentes ou outras partes que não a emissora ou tomadora, pode ser impactada pelo vencimento antecipado de outros contratos financeiros. Dentre as restrições trazidas pelos contratos, cita-se a distribuição de dividendos ou pagamentos a partes relacionadas se um determinado índice financeiro não for observado. Também vale mencionar as eventuais restrições à capacidade da Companhia de contrair dívidas adicionais, o que poderia limitar a readequação do seu perfil de endividamento, caso um cenário econômico mais favorável se apresente. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, ver item 2.1, "f" deste Formulário de Referência. Ainda, para mais informações sobre cláusulas de inadimplemento cruzado e vencimento antecipado cruzado, veja neste item 4.1, alínea (a) "*Determinados contratos de financiamento e de garantia celebrados pela Companhia possuem cláusulas de inadimplemento cruzado (cross default) e vencimento antecipado cruzado (cross acceleration)*".

Término antecipado da Concessão. O Contrato de Concessão da Companhia não prevê renovação de seu prazo contratual.

Em caso de descumprimento do Contrato de Concessão ou da legislação aplicável, a Companhia está sujeita à caducidade da Concessão do Sistema Rodoviário, ou seja, a Concessão poderá ser extinta por decretos do Poder Concedente, após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

O parágrafo 6º do Artigo 38 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 ("Lei de Concessões"), dispõe que, declarada a caducidade da Concessão, não resultará ao Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária. Ademais, não há garantia de que as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da Concessão, os debenturistas receberão o pagamento dos direitos emergentes da Concessão.

Além disso, o Contrato de Concessão da Companhia não prevê renovação ou prorrogação de seu prazo contratual. Cabe única e exclusivamente ao Poder Concedente a prerrogativa de optar pelo aumento do prazo da concessão como forma de reequilibrar os desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes da inclusão de novas obrigações não previstas originariamente no Contrato de Concessão, não sendo a extensão de prazo a única forma de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão (i.e., o aumento do valor das tarifas de pedágio ou o pagamento direto pelo erário público). Especificamente para as parcerias público-privadas regidas pela Lei nº 11.079, de 2004, o prazo máximo dos respectivos contratos de concessão é de 35 anos, incluídas eventuais prorrogações.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Portanto, na hipótese de término do Contrato de Concessão, no prazo contratualmente previsto, os bens da concessão, que constituem grande parte dos ativos utilizados nas operações da Companhia, serão revertidos ao Poder Concedente.

Parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à sua concessão, os quais não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Uma parte significativa dos bens da Companhia está vinculada à sua concessão. Esses bens não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da legislação atualmente em vigor. Essa limitação pode reduzir significativamente os valores disponíveis aos acionistas da Companhia em caso de liquidação, além de poderem ter um efeito negativo na capacidade da Companhia de obter financiamentos, uma vez que restringe as formas de garantias a serem eventualmente oferecidas pela Companhia para tais financiamentos de forma a obter melhores condições comerciais e viabilizar tais operações, e afetar o negócio e a condição financeira da Companhia.

Os controles internos da Companhia poderão ser insuficientes para evitar ou detectar todas as violações da legislação aplicável ou das suas políticas internas por seus colaboradores e administradores, além disso, a Companhia pode ser impactada substancialmente por violações ao seu Código de Conduta, à Lei Anticorrupção e a leis semelhantes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os controles internos e procedimentos de conformidade da Companhia podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas inapropriadas, fraudes ou violações da legislação e regulamentos aplicáveis ou políticas internas voltados à prevenção e combate à corrupção, por parte de seus colaboradores e membros da sua administração ou assegurar que todos atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei nº 14.133/2021 ("Lei de Licitações"), a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), o Decreto nº 12.304/2024, o Decreto nº 11.129/2022, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002 e o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"). Adicionalmente, referidos procedimentos podem não ser suficientes para prevenir ou detectar ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos que possam afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia.

O descumprimento do Código de Conduta Ética e da legislação anticorrupção aplicável por diretores, administradores e colaboradores da Companhia, pode expô-la às sanções previstas nesses normativos. Dessa forma, as diretrizes de Compliance do Grupo Motiva podem não ser suficientes para prevenir ou detectar práticas inapropriadas, fraudes ou violações à lei por qualquer colaborador, membro de sua administração ou por terceiro que atue em nome dessas partes, em seu interesse ou benefício, além disso, no futuro, pode-se identificar falhas no cumprimento às leis, regulações ou controles internos aplicáveis, o que poderá resultar em multas e/ou outras sanções e impactar negativamente a sua reputação, sua condição financeira e objetivos estratégicos.

A Lei Anticorrupção introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante ao Foreign Corrupt Practice Act ("FCPA") dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à administração pública.

Ainda, a Companhia pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à legislação e à regulamentação anticorrupção por seu acionista controlador e seus vinculados, que, nesse caso, poderiam afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condição financeira e resultados operacionais, ou a cotação de mercado de suas ações de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, no Brasil ou no exterior, contra a Administração da Companhia, funcionários ou terceiros atuando em seu nome, interesse ou benefício, podem resultar em (i) multas, sanções e indenizações nas esferas administrativa, cível e penal; (ii) perda dos benefícios ilicitamente obtidos, bem como de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária; (iii) confisco de ativos que representem vantagem direta ou indiretamente obtida da infração; (iv) dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita; (v) proibição ou suspensão das atividades; (vi) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (vii) responsabilização individual criminal dos membros de sua administração, funcionários e representantes; e/ou (viii) publicação extraordinária da decisão condenatória. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio para os titulares de ações ordinárias de sua emissão.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos acionistas, em cada exercício social, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório que representa 25% do lucro líquido anual ajustado do exercício social anterior, apurado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio ("JCP"), nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Além disso, determinados contratos financeiros celebrados pela Companhia vedam a distribuição e/ou pagamento de dividendos, JCP ou quaisquer outras distribuições de lucros, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social vigente à época de sua respectiva celebração, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações, pecuniárias ou não pecuniárias, ou caso a Companhia não atinja determinados *covenants* financeiros previstos explicitamente em cada instrumento financeiro. Para mais detalhes sobre contratos financeiros, vide itens 2.1 e 12.3 deste Formulário de Referência. Na hipótese da ocorrência desses eventos, os titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, ou poderão receber apenas o montante dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o caso.

Além disso, mudanças legislativas e alterações na tributação incidente ao nível da Companhia e de seu acionista podem impactar o montante eventualmente distribuído ao acionista. Neste contexto, os JCP estavam sujeitos ao Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") de 15%. Entretanto, esse cenário foi alterado a partir de 2026.

A Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025 ("LC nº 224/2025"), alterou a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para aumentar, a partir de 01 de janeiro de 2026, a alíquota do IRRF para 17,5% na data do pagamento ou do crédito ao acionista da Companhia.

Por fim, novas normas fiscais podem ser editadas, alterando novamente o regime de tributação sobre dividendos e JCP, inclusive com efeitos retroativos ou majoração de alíquotas, o que pode impactar negativamente o valor dos proventos distribuídos ao acionista da Companhia.

Interrupções das operações ou degradação da qualidade dos serviços poderão ter efeito adverso sobre os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A operação da Companhia requer uso intensivo de complexas tecnologias, sistemas informatizados e recursos operacionais, os quais estão sujeitos a fatores de risco endógenos e exógenos, que poderão acarretar dificuldades operacionais e interrupções não previstas em suas operações. Estes eventos incluem acidentes, quebra ou falha de equipamentos ou processos, desempenho abaixo de níveis esperados de disponibilidade e eficiência dos ativos e catástrofes como explosões, incêndios, eventos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares, os quais podem afetar as receitas que a Companhia auferir em decorrência da operação e manutenção de suas instalações relacionadas aos serviços, ou ainda reduzir a demanda dos usuários.

A Companhia pode ser alvo de tentativas de ameaças cibernéticas no futuro, as quais podem afetar adversamente os seus negócios.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode estar sujeita a fraudes e roubos em potencial por criminosos virtuais, que estão se tornando cada vez mais sofisticados. Potencializados pelo aumento do uso de automações e incremento da inteligência artificial, estes criminosos buscam obter acesso não autorizado ou explorar pontos fracos que possam existir nos sistemas da Companhia. O monitoramento e desenvolvimento das redes e infraestrutura de tecnologia da informação para prevenir, detectar e tratar os riscos de acesso não autorizado, uso indevido do ambiente de tecnologia, vírus de computador e outras ameaças que podem ter um impacto na segurança, podem não ser eficazes para proteger a Companhia contra eventuais ataques cibernéticos e outras violações relacionadas aos seus sistemas de tecnologia da informação. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação, podem gerar um efeito adverso sobre os negócios, resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia armazena informações confidenciais em seus sistemas de tecnologia da informação, incluindo informações relacionadas aos seus negócios. Se os servidores da Companhia ou de terceiros nos quais os dados da Companhia eventualmente possam ser armazenados forem objeto de invasão física ou eletrônica, vírus de computador ou outras ameaças cibernéticas, as informações confidenciais poderão ser roubadas ou destruídas.

Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indevida, perda, divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos fornecedores ou clientes da Companhia, pode: (i) sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais; (ii) ter um impacto negativo na reputação da Companhia; (iii) expor a Companhia à responsabilidade perante seus fornecedores, clientes, terceiros ou autoridades públicas; e (iv) gerar prejuízos financeiros relacionados à recuperação de dados, reparação de sistemas comprometidos.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”), que entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 (exceto pelos dispositivos sobre sanções administrativas, que entraram em vigor somente em 1º de agosto de 2021), transformou a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada. A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais (em ambiente eletrônico ou físico) e, entre outros direitos, prevê requisitos para obtenção de consentimento, obrigações relativas a incidentes de segurança e vazamentos, transferências de dados, bem como a criação da Agência Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), que é responsável pela fiscalização, promoção, divulgação, regulação, estabelecimento de diretrizes e aplicação da lei.

Caso a Companhia ou prestadores de serviços não estejam em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão ser responsabilizadas pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que eventualmente causar, ou ser responsabilizada solidariamente pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que eventualmente forem causados por qualquer de suas controladas. Adicionalmente, poderá sofrer sanções administrativas, quais sejam (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa de até 2% do faturamento (excluídos os tributos) da sociedade infratora, do seu grupo ou conglomerado no Brasil, conforme apurado no mais recente exercício social, limitada a R\$ 50,0 milhões por violação; (iii) multa diária, limitada a R\$ 50,0 milhões por violação; (iv) divulgação da violação; (v) bloqueio ou eliminação dos dados pessoais a que se refere a violação; (vi) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a violação por até seis meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pela sociedade infratora; (vii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração por até seis meses, prorrogável por igual período; e (viii) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, sendo que tais sanções administrativas também

4.1 Descrição dos fatores de risco

podem resultar em danos reputacionais para a Companhia, diante da relevância do tema e a depender da magnitude do descumprimento.

É importante mencionar que, as sanções administrativas da LGPD se tornaram aplicáveis pela ANPD em agosto de 2021 e há a aplicação de sanções administrativas estabelecidas em outras leis que tratam de questões de privacidade e proteção de dados, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet. Essas sanções administrativas podem ser aplicadas por outras autoridades públicas, como o Ministério Público e órgãos de proteção ao consumidor. A Companhia também está sujeita à responsabilização na esfera cível por violação a essas leis.

Com o ambiente tecnológico em constante evolução, a Companhia ainda pode ser alvo de ameaças que são potencializadas pelo aumento do uso de automações e incremento da inteligência artificial, onde as ferramentas que utilizam esta tecnologia podem captar dados nelas inseridos para integrar a sua própria base de dados generativa e violar dados da Companhia, fornecedores, clientes, terceiros e autoridades públicas. Eventos adversos deste tipo podem acarretar falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e, além das penalidades regulatórias, poderão afetar negativamente a reputação, os resultados e o valor de suas ações.

Assim, falhas na observância dos dispositivos da LGPD e na garantia de proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e parceiros de negócio podem acarretar multas elevadas, divulgação da conduta infratora para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base e até a suspensão de suas atividades, bem como afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, além do risco de tais operações não serem devidamente identificadas e tratadas.

A Companhia mantém negócios e operações financeiras com partes relacionadas, que podem gerar conflitos de interesses. Nesse cenário, as partes relacionadas poderão ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia, causando um efeito adverso em seus resultados.

Adicionalmente, as operações comerciais e financeiras realizadas entre a Companhia e suas afiliadas, mesmo se celebradas em condições de mercado, poderão potencialmente criar ou resultar em conflito de interesses. Além disso, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

Cabe destacar, ainda, que tais transações devem ser proveitosas, transparentes e equitativas, ou seja, devem ser contratadas em bases justas e em condições de mercado, de acordo com o interesse da Companhia, sendo refletida nos relatórios e divulgadas de acordo com a legislação vigente e a política de transações com partes relacionadas da Motiva. Eventual falha no processo de transações com partes relacionadas, incluindo a identificação, realização, tratamento e divulgação de tais transações, pode afetar negativamente a condição econômica e financeira da Companhia, bem como sua reputação assim como ocasionar a abertura de procedimentos fiscalizatórios pelos órgãos reguladores.

A Companhia não consegue garantir que as políticas e práticas de partes relacionadas (descritas no item 11.1 deste Formulário de Referência) serão plenamente eficazes para assegurar que situações de potencial conflito de interesse serão executadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, e que as transações serão devidamente identificadas e tratadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

As situações de conflito de interesses com partes relacionadas poderão causar um impacto adverso nos negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira e seus valores mobiliários.

A Companhia está sujeita a perdas não cobertas pelos seguros contratados e dificuldades para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre seus negócios.

A Companhia está sujeita à ocorrência de eventos não segurados, como caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades, bem como a danos maiores do que os limites de cobertura previstos em suas apólices (eventos extraordinários). Além disso, a quantificação da exposição de risco nas cláusulas contratuais com as seguradoras pode ser inadequada ou insuficiente, podendo resultar em reembolso da seguradora menor do que o esperado.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não segurados ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer impactos financeiros para recompor e/ou recuperar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer ou impactar os valores do OPEX (*Operational Expenditure*) e CAPEX (*Capital Expenditure*) previstos em seus planos de negócios. Mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, pois nem sempre é possível reparar o dano nas mesmas condições anteriores ao sinistro (base para ressarcimento da Seguradora), o que poderá afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocá-la em uma situação de risco, dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares, pois depende do cenário no mercado nacional e internacional, bem como da sua sinistralidade e do mercado. Adicionalmente, poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro. Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais da Companhia podem ser adversamente afetados.

A Companhia baseou-se em estimativas e premissas na preparação de suas demonstrações contábeis e quaisquer mudanças nessas estimativas e premissas podem ter efeito material adverso sobre os resultados da Companhia.

Na preparação das demonstrações contábeis da Companhia, foram utilizadas estimativas e premissas baseadas no histórico de experiências e perspectivas futuras e em outros fatores. Tais estimativas e premissas estão sujeitas a incertezas significativas, as quais fogem do controle da Companhia. Caso qualquer dessas estimativas e premissas sofram mudanças ou se mostrem incorretas, os resultados da Companhia podem ser afetados de maneira adversa e significativa.

Determinados contratos de financiamento e de garantia celebrados pela Companhia possuem cláusulas de inadimplemento cruzado (cross default) e vencimento antecipado cruzado (cross acceleration).

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross default*) e vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*) previstas em seus contratos de financiamento e de garantia.

O inadimplemento de determinadas obrigações relevantes assumidas pela Companhia no âmbito de contratos de financiamento e de garantia pode causar um evento de descumprimento e, conseqüentemente, a declaração de vencimento antecipado de determinados contratos de financiamento (*cross default*). Ademais, a declaração de vencimento antecipado de determinados contratos de financiamento e garantia nos quais a Companhia figura como parte pode causar a declaração do vencimento antecipado dos demais contratos de financiamento que possuem cláusula de inadimplemento cruzado (*cross acceleration*). Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, veja item 2.1, "f" deste Formulário de Referência.

O vencimento antecipado de qualquer dos contratos de financiamento da Companhia pode afetar sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante em seus negócios e na sua situação financeira, inclusive prejudicando e/ou encarecendo a contratação de novos financiamentos para fazer frente ao seu plano de negócios.

(b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos poderão afetar a Motiva de forma adversa.

A Motiva e suas controladas, sendo uma delas a Companhia, são partes em diversos processos nas esferas judicial, arbitral e administrativa, incluindo ações indenizatórias, trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Os resultados podem ser desfavoráveis aos interesses da Motiva, o que pode afetar financeiramente a Motiva e suas controladas, o que inclui a Companhia.

As controladas da Motiva, incluindo a Companhia, são partes em processos administrativos regulatórios perante as Agências Reguladoras discutindo o cumprimento dos contratos de concessão que podem gerar reequilíbrios econômico-financeiros em favor dos Poderes Concedentes. Esses reequilíbrios contratuais em desfavor das controladas da Motiva poderão gerar a obrigação de promover reduções tarifárias ou a diminuição dos prazos de vigência das concessões, o aumento de investimentos, o pagamento de quantias ao Poder Concedente ou a combinação das alternativas anteriores. Decisões adversas nesses processos podem afetar financeiramente a Motiva e, conseqüentemente, a Companhia.

Existem processos classificados com chance de perda provável e outros cuja expectativa de desfecho adverso é possível ou remoto. Tais avaliações estão baseadas nos fatos e fundamentos jurídicos, precedentes e outras circunstâncias que podem resultar em reavaliações. Os itens 4.4 a 4.6 do Formulário de Referência da Motiva fazem alusão a processos considerados relevantes individualmente, ou em seu conjunto, independentemente da avaliação da chance de perda. Não há como garantir que tais processos serão julgados favoravelmente à Motiva e/ou suas controladas, ou, ainda, que os valores provisionados sejam suficientes para a cobertura dos valores decorrentes de eventuais condenações. Tampouco há como garantir que novas ações não serão ajuizadas contra a Motiva e/ou suas Motiva. Adicionalmente, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, a Motiva constitui provisões contábeis apenas para processos que apresentam probabilidade de perda provável. Decisões contrárias aos interesses da Motiva e/ou de suas controladas que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem da Motiva e/ou de suas controladas ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito relevante adverso nos negócios da Motiva e/ou de suas controladas, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Alguns dos ex-administradores da Motiva, algumas de suas controladas e a própria Motiva e Companhia são e/ou foram parte em processos judiciais, inclusive relativos à improbidade administrativa e, da mesma forma, um ou mais administradores ou ex-administradores da Motiva, ou a própria Motiva podem vir a ser partes em processos judiciais e administrativos, cuja instauração e/ou resultados possam afetá-los negativamente, especialmente se forem processos de natureza criminal ou de improbidade administrativa, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Motiva, em se tratando de administradores, ou, até mesmo, afetando a capacidade da Motiva de celebrar novos contratos com a administração pública, a qual poderá ser restringida em caso de uma decisão judicial desfavorável, em definitivo no âmbito de tais processos e, eventualmente, ensejar a condenação a pagamento de multas e reparação de danos causados ao erário público, o que poderá gerar efeito material adverso sobre os negócios da Motiva e/ou sua reputação, direta ou indiretamente.

Para mais informações sobre os processos individualmente ou em seu conjunto relevantes da Motiva, vide itens 4.4 a 4.6 do Formulário de Referência da Motiva. Para mais informações sobre os processos individuais da Companhia, vide itens 4.4 a 4.6 deste Formulário de Referência.

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses da própria Companhia.

Como parte de um grupo econômico (Grupo Motiva), a Companhia contrata, com frequência, com as suas partes relacionadas, inclusive com o seu acionista controlador. O acionista controlador da Companhia tem poderes para, entre outras deliberações, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e, exceto por situações específicas previstas em lei e observada a disciplina do conflito de interesses no exercício do direito de voto, determinar o resultado de qualquer deliberação que exija aprovação de acionistas, tais como nas reorganizações societárias, alienações, parcerias e época do pagamento de quaisquer benefícios futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, parcerias, buscar financiamentos ou outras operações que poderão estar em conflito com os interesses da Companhia e, mesmo em tais casos, o interesse do acionista controlador da Companhia poderá prevalecer.

(c) suas controladas e coligadas

A Companhia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, não tem controladas e/ou coligadas, nos termos do artigo 243 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações. Diante disso, não possui fatores de risco relacionados a controladas e coligadas.

(d) seus administradores

A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado para sucessão pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia depende significativamente da capacidade, experiência e qualificação profissional da sua administração e demais empregados para a implementação de sua estratégia nos setores de atuação. A eventual perda dos seus principais executivos, bem como qualquer dificuldade em atrair, reter e repor tempestivamente profissionais qualificados pode causar efeito adverso sobre os resultados operacionais e a situação financeira, econômica e patrimonial da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os empregados-chave também poderão optar por deixar seu emprego por diversos motivos, inclusive motivos que estão fora do controle da Companhia. A Companhia não pode garantir que, no caso de desligamento de empregados-chave, será capaz de recrutar outras pessoas com experiência e capacidade similares ao custo equivalente. Caso não seja capaz de atrair ou manter empregados-chave e administrá-los com êxito, seu negócio, situação financeira, resultados operacionais e posição de competitividade poderão ser adversamente afetados.

(e) seus fornecedores

A Companhia terceiriza uma parcela de suas atividades.

A Companhia terceiriza algumas atividades, podendo responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados nestas atividades.

A eventual queda na qualidade ou descontinuidade da prestação de serviços por diversas empresas poderá afetar a qualidade e continuidade dos negócios da Companhia. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, o resultado e a imagem da Companhia poderão ser impactados adversamente.

Com relação aos fornecedores nas construções, a Companhia pode incorrer em custos de construção maiores do que o esperado e que podem afetar negativamente sua condição financeira e resultados operacionais, considerando a capacidade: (i) de concluir adequadamente as construções inacabadas e futuros projetos exigidos pelo Contrato de Concessão; (ii) de assumir projetos acessórios na concessão existente; e (iii) de renovar a Concessão existente, que estão sujeitas a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito, a inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados e interrupções resultantes de problemas não previstos.

A Companhia está exposta a possíveis riscos na medida em que seus Fornecedores, Prestadores de Serviços e Terceiros, possuam ou venham a possuir problemas relacionados aos crimes de corrupção ou fraude junto ao setor público sem que a Companhia possua conhecimento.

Os Fornecedores, Prestadores de Serviços e Terceiros que apresentarem risco alto e médio (classificação baseada nos tipos de serviço prestados), antes de firmarem relação comercial com as empresas da Motiva, incluindo a Companhia, são objeto de avaliação de risco relacionado à corrupção.

A prática de gestão de riscos da Companhia não é isenta de eventuais falhas, o que pode acarretar prejuízos operacionais, financeiros ou reputacionais.

(f) seus clientes

Na data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia entende que está exposta aos riscos abaixo, além dos riscos relacionados que já foram tratados neste item 4.1, cuja fonte primária sejam seus usuários de rodovias, os quais, quando trazidos para a realidade da Companhia, desempenham o papel de seus clientes. Nesse sentido, em relação a estes riscos, veja neste item 4.1, alínea (m) "*A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e de passageiros que podem afetar de forma adversa seus negócios, condição financeira e seus resultados operacionais*".

4.1 Descrição dos fatores de risco

O público pode reagir negativamente à cobrança de tarifas e aos reajustes periódicos de tarifas.

A cobrança de tarifas e seus reajustes periódicos são aspectos essenciais para garantir a sustentabilidade dos contratos de concessão, possibilitando investimentos contínuos na infraestrutura, segurança e qualidade dos serviços prestados aos usuários. No entanto, a Companhia compreende que esses ajustes podem gerar percepções negativas por parte do público, especialmente em momentos de pressão econômica.

A cobrança de tarifa é um tema que recebe muita atenção da população, dos meios de comunicação e do Poder Público e, apesar de sua ampliação em todo o território nacional a partir da formalização de novos contratos de concessão, ainda gera reações adversas dos usuários, inclusive com protestos organizados direcionados à Companhia, na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas, mantê-las sem reajuste ou isentar sua cobrança.

Esses protestos e manifestações podem influenciar as decisões das autoridades concedentes e/ou legislativas, no tocante à política tarifária por elas adotada e, conseqüentemente, impactar a receita da Companhia, comprometendo os seus resultados operacionais.

(g) setores da economia nos quais o emissor atue

Esforços governamentais para combater a inflação podem retardar o crescimento da economia brasileira e gerar um efeito negativo nos negócios da Companhia.

Ao longo de sua história, o Brasil registrou periodicamente altas taxas de inflação, de forma que as tarifas estão sujeitas a reajustes para compensar os efeitos da inflação. Tais reajustes, em geral, podem ser feitos periodicamente, em conformidade com a Lei nº 9.069/95 (Lei do Plano Real), por meio de reajustes contratuais anuais, baseados majoritariamente na taxa de inflação e revisões em decorrência do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo possui ineficiências que podem atrasar seus resultados e está relativamente sujeito à discricionariedade do Poder Concedente.

O Brasil encerrou o exercício social de 2025 com um IPCA acumulado de 4,26%, abaixo dos 4,83% registrados em 2024. Ainda assim, a adoção de medidas destinadas a conter a pressões inflacionárias pode resultar em impactos adversos sobre a atividade econômica. Entre essas medidas, destacam-se o aumento da taxa básica de juros, a adoção de políticas mais restritivas de crédito e a implementação de ajustes fiscais que elevam impostos ou reduzem gastos públicos.

Quando o Banco Central opta por elevar juros como forma de conter a inflação, o custo do crédito tende a aumentar para consumidores e empresas, o que pode resultar em desaceleração do consumo e redução da capacidade de investimento do setor produtivo. Tais efeitos também podem impactar diretamente a Companhia, na medida em que elevam o custo de captação de novos financiamentos e o custo do endividamento existente, resultando em maiores despesas financeiras. Esse acréscimo pode, ainda, afetar a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas, ao reduzir a disponibilidade de caixa. Além disso, as variações nas taxas de juros e nos índices de inflação podem impactar os resultados da Companhia devido à existência de ativos e passivos indexados às variações da Selic, CDI, IPC-A e IGP-M.

Políticas fiscais mais restritivas também podem afetar negativamente a Companhia. A redução de investimentos públicos em infraestrutura, a limitação de repasses governamentais ou a postergação de projetos podem gerar atrasos na expansão de contratos, e pressão adicional sobre o fluxo de caixa das operações existentes.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Dessa forma, as medidas de combate à inflação podem criar um cenário menos favorável para o crescimento do setor de concessões e representar riscos relevantes para os negócios da Companhia. Portanto, se a inflação for bastante elevada e a Companhia não for capaz de reajustar a tarifa ou de fazer uso de algum outro mecanismo apropriado, seus resultados operacionais, liquidez e fluxo de caixa podem ser afetados adversamente.

Contexto Político pode afetar adversamente a economia brasileira, a governança pública e, conseqüentemente, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente, e continuará influenciando, o desempenho da economia do país. Conflitos institucionais e federativo podem afetar a gestão governamental e o desempenho da economia. O setor de infraestrutura é impactado diretamente pela diminuição da atividade econômica.

Disputas políticas já polarizadas tendem a ser acentuadas nos períodos eleitorais, que ocorrem a cada dois anos. O resultado das urnas influencia diretamente a base de apoio dos governantes, com reflexos nos legislativos, podendo influenciar na definição de políticas públicas e em decisões que podem impactar os negócios da Companhia.

A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto de acontecimentos políticos e macroeconômicos, tanto globais quanto nacionais, em seus negócios. Qualquer instabilidade econômica recorrente ou incerteza políticas pode afetar adversamente os negócios, uma vez que a quebra de confiança de investidores e do público em geral pode resultar em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Nesse contexto, em 2026 ocorrerão eleições presidenciais, estaduais e legislativas no Brasil, contexto que historicamente acentua a volatilidade dos mercados financeiros, aumenta a incerteza quanto à condução das políticas econômicas e pode impactar negativamente a confiança de investidores, consumidores e agentes econômicos em geral. Mudanças no governo ou na orientação das políticas públicas podem afetar variáveis macroeconômicas relevantes, como taxa de câmbio, inflação, juros e crescimento econômico, além de influenciar decisões de investimento e consumo. Não é possível prever quais políticas serão adotadas pelo próximo governo, tampouco o impacto efetivo das eleições sobre a economia brasileira e, conseqüentemente, sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e valor de mercado das ações da Companhia.

A volatilidade do Real em relação ao Dólar pode gerar variações nos resultados da Companhia, em razão de determinadas obrigações denominadas em moeda estrangeira, incluindo contratos de fornecimento em Dólar.

A Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá efeito adverso sobre seus negócios, situação financeira ou resultados operacionais.

Em 2023, o Dólar apresentou queda de aproximadamente 8% contra o Real, encerrando o ano cotado a R\$ 4,85. Em 2024, o Dólar registrou valorização de aproximadamente 27% frente ao Real, encerrando o ano cotado a R\$ 6,18. Em 2025, o Dólar encerrou o ano com queda de aproximadamente 11% frente ao Real, cotado em cerca de R\$ 5,48.

Historicamente, o Real tem apresentado volatilidade relevante em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras, em decorrência de fatores internos e externos, incluindo pressões inflacionárias, condições macroeconômicas globais, expectativas quanto à política monetária internacional, percepção de risco fiscal doméstico e fluxos de capitais para mercados emergentes. Em 2025, o comportamento da taxa de câmbio refletiu, ao longo do ano, a influência de diferentes fatores, como o diferencial de taxas de juros entre o Brasil e economias desenvolvidas e a

4.1 Descrição dos fatores de risco

dinâmica do Dólar no mercado internacional, de modo que o período foi marcado por oscilações relevantes no mercado cambial.

O Brasil atualmente adota regime de câmbio flutuante, no qual a taxa de câmbio é determinada predominantemente pelas condições de mercado. Não obstante, o Banco Central do Brasil pode atuar no mercado cambial, por meio de instrumentos como operações de swap cambial, leilões de moeda no mercado à vista ou a termo e outras medidas destinadas a prover liquidez ou mitigar movimentos desordenados. Não é possível prever se tais medidas serão adotadas no futuro ou qual poderá ser seu impacto sobre a taxa de câmbio.

A desvalorização do Real frente ao Dólar pode gerar pressões inflacionárias na economia brasileira, elevar as taxas de juros e restringir o acesso ao financiamento nos mercados financeiros e de capitais, inclusive internacionais. Por outro lado, a valorização do Real pode afetar negativamente as contas externas do país. Qualquer desses fatores pode afetar negativamente a economia brasileira e, conseqüentemente, os negócios, a situação financeira e os resultados da Companhia.

A Companhia está exposta aos riscos decorrentes de eventual desvalorização do Real em relação a moedas estrangeiras, o que pode elevar o valor de suas despesas relacionadas a contratos de fornecimento denominados em moeda estrangeira e impactar negativamente suas margens.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito (rating) do Brasil pode afetar adversamente o rating da Companhia.

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, os rendimentos necessários nas futuras emissões de dívida no mercado de capitais. Isso porque uma das condições essenciais para um mercado financeiro eficiente é a sua capacidade de formar preços adequados para seus ativos, com uma melhor capacidade de negociação e impacto direto na liquidez dos mercados.

As agências de classificação de crédito avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, considerando o efeito potencial e a disposição do Brasil honrar suas obrigações financeiras comerciais. A análise de crédito soberano, entre outros fatores menores, tem como fundamentos a avaliação institucional e econômica, bem como o perfil de flexibilidade e desempenho do país, considerando cenário externo ("liquidez externa do país" e posição), avaliações fiscal e monetária.

Em 2025, o Brasil permaneceu abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating dos Estados Unidos: Standard and Poor's, Moody's e Fitch. A Standard and Poor's reafirmou a classificação de dívida soberana do Brasil em "BB" com perspectiva estável em junho de 2025. Em novembro de 2025, a Moody's manteve o rating soberano do Brasil em Ba1 com perspectiva estável. A Fitch manteve a classificação de crédito soberano do Brasil em "BB", com perspectivas estável, em junho de 2025.

As avaliações das agências reforçam que o país continua enfrentando desafios fiscais relevantes, como alta rigidez de gastos, dívida crescente e custos elevados de financiamento, fatores que seguem limitando a probabilidade de um retorno ao grau de investimento no curto prazo.

Conseqüentemente, tais avaliações soberanas continuam afetando negativamente os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras, uma vez que aumentam o prêmio de risco exigido pelos investidores.

Atualmente, a Motiva mantém classificação AAA/estável pela Standard & Poor's e Fitch. A Companhia reforça qu, acionista da controladora da Companhia, e qualquer agravamento do cenário fiscal brasileiro ou um eventual rebaixamento adicional do rating soberano pode impactar negativamente sua classificação de crédito, afetando tanto os preços de seus valores mobiliários quanto suas condições de financiamento no mercado de capitais e no sistema bancário.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A economia brasileira é vulnerável a eventos externos que podem ter um efeito adverso material no crescimento econômico do Brasil, nos negócios e resultados operacionais da Companhia, inclusive à mudança de risco ou de percepção de risco quanto às economias emergentes

A economia brasileira permanece vulnerável a eventos externos, especialmente em um contexto de elevada instabilidade geopolítica, marcado por conflitos armados e tensões internacionais que afetam preços de commodities, cadeias globais de suprimentos, fluxos de capitais e o apetite de investidores por ativos de mercados emergentes. Esses fatores podem produzir efeitos adversos relevantes sobre o crescimento econômico nacional, bem como sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A crescente globalização dos mercados de capitais intensificou a exposição das economias a choques externos originados em outras regiões. O valor de mercado e a liquidez disponível no mercado de capitais internacional para títulos e valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado do Brasil e, em determinado grau, de outros países da América Latina e países emergentes. Nesse contexto, o Brasil continua suscetível aos impactos de crises políticas, financeiras e econômicas internacionais. Instabilidades em economias relevantes (como nos Estados Unidos, a desaceleração econômica na China, os desafios fiscais enfrentados na Europa, as tensões entre grandes potências e eventos políticos, econômicos e sociais de países de economia emergente, incluindo os da América Latina) podem reduzir o interesse de investidores estrangeiros por ativos brasileiros e ampliar a volatilidade dos mercados financeiros locais.

Nos últimos anos, diversos eventos globais têm exercido influência negativa sobre a economia brasileira, incluindo a crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19, o conflito militar entre Rússia e Ucrânia, a intensificação das tensões no Oriente Médio, conflitos envolvendo Israel e grupos armados, instabilidades políticas na América Latina em razão da captura do até então presidente da Venezuela Nicolás Maduro pelos Estados Unidos, bem como o acirramento das disputas entre China e Estados Unidos e as incertezas relacionadas a Taiwan. Mais recentemente, a escalada do conflito envolvendo Estados Unidos, Israel e Irã, iniciada em fevereiro de 2026, desencadeou uma onda de instabilidade no Oriente Médio e ampliou preocupações sobre rupturas em rotas marítimas e na oferta global de energia, elevando ainda mais a volatilidade nos preços do petróleo e outras commodities estratégicas

Nesse contexto, eventos geopolíticos envolvendo grandes produtores de petróleo, rotas marítimas estratégicas e infraestruturas críticas de energia têm demonstrado capacidade de provocar interrupções abruptas no abastecimento global. Episódios recentes envolvendo ataques a instalações petrolíferas e a navios petroleiros evidenciaram o potencial de choques severos na oferta mundial de petróleo, podendo resultar em instabilidade quanto à elevação significativa e volatilidade acentuada nos preços do barril, dos combustíveis e de insumos energéticos em geral.

O aumento dos preços da gasolina, do diesel, do querosene de aviação e de outros derivados do petróleo tendem a aumentar os custos transporte de pessoas e cargas, pressionam a inflação, reduzem a renda disponível das famílias e afetam decisões de consumo, deslocamento e logística. No setor de transportes, esses efeitos podem alterar padrões de mobilidade, incentivar ou desincentivar o uso de determinados modais e afetar o volume de tráfego. No contexto das atividades da Companhia, no setor de rodovias, o aumento do custo dos combustíveis pode reduzir o volume de viagens, alterar a frequência de deslocamentos e influenciar a escolha de rotas, afetando os níveis de tráfego, especialmente de veículos leves.

Esses eventos podem produzir impactos adversos relevantes sobre a economia global e brasileira, incluindo oscilações acentuadas nos mercados de capitais, elevação de prêmios de risco,

4.1 Descrição dos fatores de risco

indisponibilidade ou encarecimento do crédito, redução do consumo, desaceleração da atividade econômica, instabilidade cambial e pressões inflacionárias persistentes. Esse ambiente, agravado pelos desafios fiscais e macroeconômicos enfrentados por economias relevantes como Estados Unidos, Europa e China, tendo a aumentar a aversão ao risco e resultando em maior volatilidade nos mercados financeiros globais, o que pode afetar a capacidade da Companhia de captar recursos, restringir o acesso a financiamento ou elevar substancialmente seus custos. Como consequência, tais efeitos podem impactar diretamente a demanda pelos serviços prestados pela Companhia, bem como seus custos operacionais.

As operações da Companhia estão sujeitas às flutuações das condições econômicas e das políticas monetárias do Brasil e de outros países, as quais podem afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A economia brasileira sofre intervenções por parte do Governo Federal, que por vezes efetuou mudanças nas políticas monetárias, fiscal e cambial. A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las. Os negócios da Companhia, condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- Aumento nas taxas de inflação como IPC-A, relativa a emissões de Debêntures, custos e insumos; Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") ou TLP (para contratos firmados a partir de 01/01/2018), relativa a financiamentos na modalidade FINAME e empréstimos de longo prazo do BNDES; aumento do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), relativo a empréstimos locais em Reais e a emissão de Debêntures; e Secured Overnight Financing Rate ("SOFR"), taxa americana relativa a financiamentos no exterior;
- Políticas e variações cambiais;
- Efeitos de pandemias, como a ocorrida no surto de COVID-19 na economia Global;
- Ausência de crescimento econômico interno;
- Diminuição de liquidez dos mercados domésticos e internacionais de capital e de empréstimo;
- Política monetária;
- Instabilidade de preços, especialmente preço de combustíveis;
- Efeitos diretos e indiretos de guerras (exemplo: guerra entre Rússia e Ucrânia) entre países fornecedores de insumos relevantes para a economia brasileira, como fertilizantes, que podem impactar a safra e as operações de empresas que utilizam as estradas da Companhia para transportar produtos importados e escoar a produção, assim como outros itens importados necessários para consumo ou ainda itens exportados pelo Brasil a estes países, de maneira que a guerra pode provocar interrupção ou redução abrupta de fornecimento de materiais, o que pode reduzir o tráfego de caminhões em rodovias onde a Companhia atua;
- Política fiscal e alterações na legislação tributária; e
- Outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil e nos países onde possuímos atividades.

A incerteza quanto à implementação, pelo Governo Federal brasileiro, de mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para maior volatilidade nos mercados brasileiros de títulos e valores mobiliários e nos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo a Companhia. Dessa forma, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar de forma adversa os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como o seu fluxo de caixa disponível.

(h) regulação dos setores em que o emissor atue

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (como por exemplo em virtude de aumento de custo ou redução de tarifas), não gerem tempestivamente uma compensação do fluxo de caixa da Companhia.

O contrato de concessão prevê mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, para compensar incrementos de custos, investimentos, perdas de arrecadação, dentre outras circunstâncias previstas dentro da matriz de risco associada ao Contrato de Concessão.

Na ocorrência dos diversos eventos de desequilíbrios passíveis de serem reequilibrados conforme o Contrato de Concessão, existe a previsão de uma metodologia legal e contratualmente disposta, para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro. Essa metodologia permite que tanto a Concessionária quanto o Poder Concedente possam buscar ajustes para acomodar as alterações subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetaram os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem ser, conforme os termos de cada contrato e com base na regra legal geral, alteração do valor das tarifas, ajustes nos investimentos previstos, ajustes nos valores de outorgas variáveis, extensão do prazo da concessão, dentre outras possíveis formas, inclusive a combinação dos referidos mecanismos de compensação, sendo certo que a alternativa de reequilíbrio é prerrogativa do Poder Concedente.

Não obstante, o procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade dos respectivos Poderes Concedentes e em última instância ao juízo arbitral ou Poder Judiciário. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não seja verificado, por qualquer motivo, ou, não gere, tempestivamente, uma compensação do fluxo de caixa dos negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e os seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A principal atividade comercial da Companhia, que é composta pela operação, exploração, manutenção e melhoria de infraestrutura de rodovias, é serviço público delegado à iniciativa privada e, portanto, sujeito a um ambiente altamente regulado. Além disso, ao Poder Concedente é conferida ampla discricionariedade, com a qual pode determinar, inclusive, que as tarifas por cobradas pela Companhia sejam reduzidas ou os investimentos que a Companhia deve fazer sejam incrementados.

Adicionalmente, a Companhia pode ser impactada por decisões do governo estadual e municipal, bem como do poder legislativo estadual e municipal, com relação ao desenvolvimento do sistema brasileiro de infraestrutura, especialmente, no que concerne à outorga de renovação da Concessão, ou com relação à decisão de não prosseguir com o programa de concessão de rodovias, além de dispositivos legais que alteram ou possam alterar a previsibilidade econômica do país e dos negócios.

Políticas públicas para favorecimento de modelagens, compartilhamento de riscos, adoção de mecanismos de mitigação de riscos de demanda, reequilíbrio cautelar e soluções consensuais de conflitos evoluem de forma lenta na esfera estadual, quando comparada à evolução em nível federal.

A adoção de medidas governamentais que imponham ônus excessivos aos concessionários, a alteração de normas que gerem insegurança jurídica ou o estabelecimento de normas que aloquem riscos desproporcionais aos concessionários poderão afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Poder Concedente pode ser influenciado pela visão do Governo do momento e podem querer adotar postura no sentido de modificar termos e condições aplicáveis às concessões da Companhia. Assim, é possível que a Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos nos custos ou decréscimos não previstos nas receitas, sem que seja assegurada a recomposição de forma tempestiva do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A receita da Companhia provém, em grande parte, da cobrança de tarifa de pedágio de acordo com o Contrato de Concessão. O Contrato de Concessão é regido pelas leis e regulamentações vigentes brasileiras, por ser a jurisdição em que a Companhia exerce suas atividades. No entanto, a Companhia reconhece que o Poder Concedente pode ser influenciado pela política adotada pelo Governo vigente e pode adotar postura no sentido de modificar unilateralmente a legislação e os normativos aplicáveis de modo que gere impactos e afete significativamente os custos, as receitas ou crie obrigações, como por exemplo, de investimentos não previstos originalmente. Caso isso corra, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser impactados adversamente, e será necessário requisitar o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro observando a matriz de risco estabelecida em cada contrato, ou ainda buscar dirimir eventuais conflitos no âmbito arbitral, consensual e/ou judicial.

A rescisão unilateral antecipada do Contrato de Concessão da Companhia pelo Poder Concedente poderá impedir a amortização do valor integral de determinados ativos e causar a perda de lucros futuros sem uma indenização adequada.

A Concessão da Companhia está sujeita à rescisão unilateral antecipada em determinadas circunstâncias estabelecidas pela legislação e pelo Contrato de Concessão. Ocorrendo a extinção da Concessão, os ativos serão revertidos ao Poder Concedente. Em caso de extinção antecipada, o valor referente à indenização do valor desses ativos que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados de acordo com os termos do Contrato de Concessão, poderá não ser suficiente para compensar a indenização devida. Se o Poder Concedente extinguir o Contrato de Concessão em caso de inadimplemento, o valor pode teoricamente ser reduzido até zero, pela imposição de multas ou outras penalidades. Para mais informações sobre o Contrato de Concessão, ver item 1.2 deste Formulário de Referência.

O aumento da concorrência pode reduzir as receitas da Companhia.

No segmento de Rodovias, a principal fonte de concorrência está associada à existência de rotas alternativas em rodovias, estradas e avenidas que conectam origens e destinos similares aos atendidos pelos ativos da Companhia. Essas rotas alternativas podem ser administradas por concessionárias privadas ou diretamente pelos governos federal, estaduais ou municipais, com ou sem cobrança de pedágio. A opção do usuário por esses caminhos alternativos, motivada por fatores como menor distância, maior fluidez do tráfego ou melhor percepção de custo total da viagem, pode reduzir o volume de tráfego nas rodovias operadas pela Companhia e, conseqüentemente, suas receitas.

Além da concorrência entre rotas rodoviárias, o transporte de cargas e de passageiros também está sujeito à concorrência intermodal. No caso de veículos comerciais, a expansão de capacidade ou investimentos em novas estruturas, especialmente em ferrovias, hidrovias e a cabotagem, podem deslocar parte da demanda do transporte rodoviário. Para veículos de passeio, melhorias na oferta de transporte público intermunicipal, em particular sistemas ferroviários de passageiros, podem ampliar a competição pelo usuário e influenciar negativamente o volume de tráfego nas rodovias operadas pela Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O surto ou potencial surto de doenças em escala global (pandemia) pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira. A ocorrência de uma pandemia no Brasil e em outros países onde a Companhia atua pode acarretar severas perdas financeiras na arrecadação tarifária das Concessionárias e, por consequência, dificultar o cumprimento de suas obrigações contratuais, com ênfase para a prestações de serviços operacionais.

O anúncio de uma pandemia ou epidemia de doenças pela Organização Mundial da Saúde (OMS), por um novo patógeno ou por agentes, tais como o COVID-19, o Zika, o Ebola, a Mpox, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína (pelo vírus H1N1 – influenza A), a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), pode levar à adoção de medidas restritivas pelos Governos, com o objetivo (i) de suprimir e controlar a contaminação de pessoas por doenças graves, evitando maiores impactos ao sistema de saúde e taxas de mortalidade da população, bem como (ii) de mitigar crise econômica decorrente deste cenário com impacto local, regional ou global.

A pandemia de COVID-19, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) em 11 de março de 2020 desencadeou severas medidas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, na tentativa de controlar o surto da doença, resultando em ações relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, assim como fechamento prolongado de locais de trabalho. Consequentemente, isso provocou menores níveis de tráfego veicular nas rodovias operadas pela Companhia, resultando em perda de receita no período.

Qualquer novo surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas específicas de contenção pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia.

A título de exemplo, pode citar-se as medidas governamentais de contenção da contaminação epidemiológica que foram adotadas:

- Isolamento Social: por meio das recomendações e/ou imposições de isolamento social, que reduzem o deslocamento e fluxo de pessoas entre as cidades e dentro dos centros urbanos. Para os negócios da Companhia, tal situação significa redução do fluxo de usuários nas rodovias (veículos comuns e veículos comerciais).
- A adoção de quarentena mandatória e restrições em regiões com grande número de infectados (ex.: bloqueio de fronteiras e proibição de entrada em países): restringe o deslocamento integral das pessoas que pode acarretar redução do fluxo de usuários nas rodovias (veículos leves e comerciais).

Além dos impactos operacionais e financeiros diretos, eventuais pandemias ou epidemias podem afetar significativamente a força de trabalho da Companhia e de seus prestadores de serviços, gerando aumento do absenteísmo, afastamentos prolongados por motivos de saúde, maior utilização dos planos de saúde corporativos e redução da produtividade das equipes. Esses fatores podem comprometer a continuidade operacional e elevar custos assistenciais e operacionais.

Os planos de contingenciamento e protocolos de doenças infecciosas podem não ser suficientes em caso de surgimento de uma pandemia, epidemia ou surto de uma doença infecciosa, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras.

Ainda, os reflexos desses impactos, além de afetar os resultados operacionais da Companhia, consequentemente, podem afetar sua capacidade em atingir índices financeiros determinados no contrato de dívida. Qualquer inadimplemento dos termos de tal contrato, que não seja sanado ou renunciado pelo credor, nos termos do contrato, podem resultar na decisão desse credor em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor da dívida.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A combinação de fundamentos macroeconômicos enfraquecidos, a desaceleração econômica e a contração do mercado, como visto na pandemia do COVID-19, teve um impacto negativo sobre o desempenho da Companhia. Cenários futuros semelhantes, agravados pela volatilidade dos mercados de capitais brasileiro e internacional ou pela incidência de novas pandemia, podem provocar efeitos adversos relevantes sobre a situação financeira, liquidez e resultados das operações da Companhia.

Incertezas em decorrência de futuras alterações nas políticas fiscais e leis tributárias ou em sua interpretação pelas autoridades administrativas ou pelo Poder Judiciário pode afetar as operações da Companhia.

O governo federal brasileiro tem promovido alterações relevantes em sua política fiscal e no sistema tributário, e continua implementando mudanças estruturais, inclusive revisões de alíquotas, contribuições, encargos e regras de creditamento. No contrato de concessão celebrado pela Companhia, de forma geral, as variações, para mais ou menos, nos tributos sobre custos ou receitas da Companhia são riscos assumidos pelo Poder Concedente, à exceção dos tributos sobre a renda. Todavia, tais recomposições de equilíbrio econômico-financeiros podem vir a não ser implementadas de forma concomitante à implementação das referidas alterações fiscais e seus impactos nos resultados, e a Companhia não controla a forma como esses reequilíbrios são conduzidos. Os aumentos de tributos, inclusive resultantes da reforma tributária, também podem impactar material e adversamente a rentabilidade do setor e os preços dos serviços da Companhia, restringir sua capacidade de realizar negócios em seus atuais e futuros mercados e impactar negativamente seus resultados financeiros, além de afetar o custo de financiamento e de realização de seus investimentos. Tais fatores poderão provocar mudanças na cadeia de suprimentos, nos custos de contratação de bens e serviços, com efeitos que não podem ser integralmente mensurados neste momento.

No que se refere à legislação brasileira, o Congresso Nacional aprovou a reforma tributária por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 (“[EC 132/2023](#)”). Em 16 de janeiro de 2025, o atual presidente do Brasil sancionou o primeiro projeto de regulamentação do novo sistema de tributação do consumo, através da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 (“[LC 214/2025](#)”) que alterou a tributação para um sistema de tributação sobre o Valor Agregado (“[IVA Dual](#)”), composto por uma contribuição federal sobre bens e serviços (“[CBS](#)”), um imposto sobre bens e serviços (“[IBS](#)”), além de um novo imposto especial de consumo (“[IS](#)”) a ser aplicado sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas e cigarros. No âmbito da reforma tributária, o CBS substituirá as atuais contribuições sociais federais, o Programa de Integração Social (“[PIS](#)”) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“[COFINS](#)”), enquanto o IBS substituirá tanto o imposto estadual sobre bens e serviços (“[ICMS](#)”) quanto o imposto municipal sobre serviços (“[ISS](#)”). Em suma, os tributos que compõe IVA Dual possuirão uma base ampla e integral, serão não cumulativos (permitindo a apropriação de créditos sobre quase todos os valores anteriormente pagos – com apenas algumas exceções previstas na legislação), incidirão sobre quaisquer operações com bens e serviços, serão cobrados no destino e terão apenas algumas exceções. Estimativas publicadas pelo Ministério da Fazenda indicam que a alíquota combinada do IVA Dual poderá situar-se em torno de 28%, podendo variar conforme a regulamentação final. Durante a fase de transição, que terá duração variada a depender do tributo, haverá uma coexistência dos tributos recém instituídos e dos tributos anteriormente vigentes. A partir de 2027 as contribuições ao PIS/COFINS deixarão de existir e serão substituídas definitivamente pela CBS, que terá sua alíquota padrão definida pelo Senado Federal. Na mesma data, o IPI será zerado, exceto para os produtos que também tiverem sido industrializados na Zona Franca de Manaus no ano de 2024. De 2029 a 2032, as alíquotas do IBS serão aumentadas proporcionalmente ano a ano, enquanto as alíquotas do ICMS e do ISS serão reduzidas gradativamente, assim como os benefícios fiscais concedidos durante esse período. Em 2033, o IBS será implementado integralmente, enquanto o ICMS e o ISS serão extintos. Até a presente data, o Congresso Nacional analisa outros projetos de lei complementar — incluindo o PLP nº 108/2024 — destinados a complementar a

4.1 Descrição dos fatores de risco

regulamentação do CBS e do IBS, especialmente no tocante a regimes específicos, alíquotas, hipóteses de crédito, local da operação e tratamento setorial.

Já em 26 de novembro de 2025, foi aprovada a Lei nº 15.270/2025 que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para instituir a redução do IR devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

A Lei nº 15.270/2025 amplia a faixa de isenção do IRPF para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), institui a tributação mínima da alta renda pelo IRPFM e a tributação na fonte do pagamento de lucros e dividendos a acionistas pessoas físicas residentes no Brasil e acionistas residentes ou domiciliados no exterior.

Além disso, o Governo Federal publicou a LC nº 224/2025, que, dentre outras medidas, aumentou o IRRF sobre JCP distribuídos pela Companhia aos acionistas, a título de remuneração do capital, de 15% para 17,5%.

Mudanças na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, ou a expiração ou revogação de incentivos fiscais podem ocorrer com relativa frequência, gerando efeito adverso na posição financeira ou resultados operacionais da Companhia.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não consegue prever com precisão o impacto da reforma tributária ou de outras reformas tributárias em trâmite no Congresso Nacional em sua operação e o efeito dessas reformas em todos os setores da economia permanece incerto e difícil de avaliar. No entanto, se tais mudanças aumentarem a carga tributária (direta ou indiretamente) da Companhia, suas respectivas margens brutas poderiam diminuir, o que pode afetar materialmente e adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia não consegue garantir que não haverá mais reformas tributárias ou mudanças na legislação e regulamentações aplicáveis que alterem o regime tributário atual ao qual estão sujeitas, ou que seus incentivos fiscais existentes serão efetivamente mantidos nas condições atuais até o fim de seus termos efetivos, ou que serão capazes de renovar as isenções fiscais em termos favoráveis após o término de seus termos atuais.

Além disso, a Companhia pode enfrentar situações semelhantes nas quais as interpretações que fazem de uma legislação tributária podem diferir daquela feita pelas autoridades fiscais, ou as autoridades fiscais podem contestar a interpretação feita pela Companhia que pode assumir provisões e cobranças imprevistas. Além disso, um eventual acordo em uma disputa tributária pode ter um impacto mais amplo em outras disputas tributárias. Qualquer uma dessas ocorrências pode ter um efeito adverso relevante na condição econômico e financeira e nos resultados da Companhia.

(i) países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia não possui fatores de risco relacionados a este assunto, pois sua atuação é restrita ao Brasil.

(j) questões sociais

Movimentos sociais, greves e paralisações podem impactar a geração de caixa, com a diminuição da receita e aumento dos custos.

O Brasil passou por movimentos sociais de grande impacto, como a greve dos caminhoneiros ocorrida em 2018, bem como greves relacionadas a disputas políticas ocorridas em 2022, que, em

4.1 Descrição dos fatores de risco

caso de recorrência, podem representar ameaças à rotina operacional das rodovias, assim como à segurança de funcionários, usuários e comunidades vizinhas da Companhia. A Companhia não pode assegurar que seus ativos não estarão sujeitos a bloqueios, invasões ou ocupações por esses grupos.

Além disso, a Companhia pode ser afetada pela ocorrência de greves internas envolvendo colaboradores ou terceiros. Os trabalhadores desempenham um papel fundamental na prestação de serviços aos usuários, desde o atendimento ao cliente até a manutenção das instalações e equipamentos. A recusa dos trabalhadores em realizar suas atividades pode resultar em interrupções significativas na operação, atrasos nos cronogramas de manutenção, além de prejudicar a imagem da empresa perante seus usuários.

A possibilidade de greves internas é um fator de risco relevante em setores onde as condições de trabalho são difíceis ou onde os trabalhadores possuem uma grande capacidade de organização e mobilização, como é o caso do setor de transporte. Além disso, as greves internas também podem ser influenciadas por fatores externos, como mudanças na legislação trabalhista, situações políticas e econômicas do país, dificuldades nas relações com sindicatos e/ou entidades representativas dos trabalhadores, entre outros.

A ocorrência de assaltos, sequestros, roubos, vandalismo e/o terrorismo podem acarretar efeito relevante e adverso, além de danos à imagem da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos de assaltos e sequestros, que podem afetar diretamente a segurança dos colaboradores e clientes, além de causar perdas materiais significativas. Também há exposição ao risco de vandalismo, roubo de equipamentos, furto de cabos e perfis metálicos que podem danificar aos ativos, estruturas e propriedades, gerando custos elevados de reparação, impactos operacionais e indisponibilidade ou degradação dos serviços prestados. Além disso, a Companhia está sujeita ao risco de terrorismo e ciberterrorismo, que podem representar ameaça à vida, danos à imagem da empresa e aumento do sentimento de insegurança nos clientes, colaboradores e terceiros.

O risco de assaltos, sequestros, roubo de equipamentos, furto de cabos e perfis metálicos, vandalismo e terrorismo e ciberterrorismo está diretamente relacionado ao contexto político, ideológico, religioso e social das regiões ou países onde a Companhia atua. A instabilidade política e social pode afetar direta e/ou indiretamente a segurança e a economia do país, o que pode levar ao aumento da criminalidade e dos atos terroristas.

Em regiões com elevados níveis de instabilidade política e social, os riscos de assaltos, sequestros, furtos, roubos e atos terroristas tendem a ser maiores. Da mesma forma, o terrorismo pode se intensificar em locais afetados por conflitos internos ou instabilidade política, criando um ambiente propício para a radicalização de grupos extremistas.

(k) questões ambientais

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

A Companhia está sujeita a um conjunto abrangente de leis e regulamentos ambientais em âmbito federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, que podem ser ainda mais severas se em razão do descumprimento de eventuais Termos de Ajustamento de Conduta ("TAC") celebrados, embargos, a revogação de

4.1 Descrição dos fatores de risco

licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas pela Companhia. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderão ter efeito adverso relevante sobre sua condição financeira e sobre seus resultados.

Além das sanções administrativas, a inobservância da legislação ambiental e socioambiental pode implicar responsabilização civil e criminal, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito criminal podem incluir, entre outras, penas pessoais aos responsáveis (todos envolvidos, principalmente os administradores), bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, exclusão de carteiras na bolsa e desvalorização do valor de suas ações, assim como a proibição de contratar com o Poder Público, podendo ter impacto negativo nas receitas da Companhia ou, ainda, dificultar a captação de recursos junto ao mercado financeiro, comprometendo a imagem e reputação empresarial.

Adicionalmente, considerando que a Companhia terceiriza determinadas atividades e que terceiros operam em seus ativos, a Companhia poderá ser responsabilizada por infrações ambientais e socioambientais cometidas por terceiros, fornecedores ou prestadores de serviços, especialmente quando vinculadas à execução de obras ou operações com potencial impacto significativo.

A obtenção e renovação de licenças ambientais dependem de análises técnicas pelos órgãos ambientais competentes licenciadores, podendo estar sujeitas a complementações e atrasos, indeferimentos ou imposição de condicionantes de difícil atendimento. A eventual impossibilidade de cumprir tais exigências pode prejudicar, limitar ou até impedir a implantação e a operação dos empreendimentos da Companhia. De igual modo, o descumprimento de obrigações legais, contratuais, bem como aquelas decorrentes, condicionantes de licenças, autorizações, termos de compromisso, TACs ou acordos judiciais pode gerar impactos adversos relevantes sobre a imagem, as receitas e os resultados operacionais

Operações localizadas em regiões sujeitas a acidentes geológicos

Existem trechos da Concessão operada pela Companhia que estão inseridos em regiões de maior complexidade geológica, em alguns casos devido ao relevo montanhoso, existência de regiões de várzea com subsolo de má qualidade, ocorrência de chuvas mais intensas, taludes com geometrias desfavoráveis (altura e inclinação), proximidade de regiões urbanizadas, dentre outros fatores, o que pode aumentar os riscos da ocorrência de fenômenos como: escorregamentos, , deslizamentos, erosão etc., com possibilidade de causar danos à vida, ambientais, materiais, acarretar a interdição da via e perda de receita. A ocorrência de tais fatos poderá resultar em aumento de custos para a Companhia e diminuição de sua receita, o que pode afetar adversamente os seus resultados operacionais.

(I) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Eventos climáticos mais intensos e frequentes podem ocasionar danos aos negócios da Motiva, incluindo as operações conduzidas por suas concessionárias controladas, como a Companhia, resultando em custos adicionais e redução das receitas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Motiva avalia os impactos das mudanças climáticas sobre seus negócios, incluindo aqueles conduzidos por suas concessionárias controladas, como a Companhia, considerando referenciais internacionais de divulgação e gestão de riscos climáticos, em preparação para o atendimento às normas International Sustainability Standards Board IFRS S1 e IFRS S2. Nesse contexto, são consideradas as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures, que orientam a divulgação aos investidores dos riscos e oportunidades associados às mudanças climáticas, bem como das estratégias adotadas para sua gestão.

Para a identificação e avaliação dos riscos físicos agudos e crônicos aos quais os negócios da Motiva podem estar expostos, incluindo aqueles conduzidos por suas concessionárias controladas, como a Companhia, foram considerados os cenários climáticos do Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC). Foram selecionados cenários climáticos intermediários e mais severos, projetados para os horizontes de 2030 e 2050. A ocorrência de eventos climáticos extremos nas regiões em que a Motiva possui operações (como exemplo ondas de calor, tempestades, seca meteorológica, incêndios florestais, ventos fortes, inundações e deslizamentos) pode gerar diferentes impactos operacionais e financeiros.

Com base nessa análise, foi realizada uma estimativa prospectiva dos potenciais impactos financeiros associados aos riscos climáticos físicos identificados. Considerando os cenários avaliados, tais impactos podem representar até 2,5% da receita líquida projetada no segmento de rodovias.

A ocorrência de riscos físicos agudos pode demandar investimentos adicionais aos já planejados nos negócios da Motiva, interferir no cronograma de execução dos projetos e impactar a alocação de recursos. Adicionalmente, tais eventos podem provocar prejuízos aos ativos operados no âmbito dos negócios da Motiva, resultando em aumento de gastos com projetos de engenharia voltados à segurança dos usuários e à garantia de viabilidade dos ativos. A ausência de adoção ou acompanhamento de tecnologias voltadas à adaptação climática pode ampliar os custos decorrentes de incidentes associados a eventos climáticos extremos, além de gerar impactos reputacionais decorrentes da insatisfação dos usuários e de eventuais falhas operacionais.

Os riscos físicos crônicos das mudanças climáticas podem resultar, no futuro, em condições climáticas diferentes das existentes quando do início das respectivas concessões, podendo causar redução na vida útil dos ativos e dificuldades na manutenção do nível de qualidade, segurança e conforto da infraestrutura operada nos negócios da Motiva, o que poderá afetar adversamente o resultado operacional e a condição financeira da Motiva e de suas concessionárias controladas, incluindo a Companhia.

Especificamente no segmento de rodovias, a ocorrência dos eventos citados acima pode causar impactos socioambientais como deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras, provocando a interdição de trechos operados no âmbito das operações da Motiva, com possibilidade de causar acidentes com colaboradores, fornecedores, prestadores de serviço, terceiros e usuários, além de danos à infraestrutura que podem resultar em aumento de custos e redução de receitas.

A transição para uma economia de baixa emissão de carbono pode produzir aumento de custos e redução de receitas nos negócios da Motiva, incluindo aqueles conduzidos por suas concessionárias controladas, como a Companhia, em razão da necessidade de investimentos adicionais em tecnologias para atender a novas regulamentações, eventual taxação do carbono e mudanças no comportamento de clientes.

Os riscos da transição climática considerados pela Motiva também se baseiam nas recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD, 2017) e estão relacionados a riscos de mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico. Com base nas análises conduzidas pela Motiva sobre riscos e oportunidades associados à transição para uma economia de baixo carbono, os negócios da Motiva, incluindo aqueles conduzidos por suas concessionárias controladas, como a Companhia, podem estar expostos aos seguintes fatores de risco.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O aumento na demanda por modais de transporte de baixo carbono para o transporte de pessoas (elevação na participação dos veículos elétricos e a maior demanda por conexão entre modais de baixa emissão - ônibus/metrô/bicicleta) pode reduzir a receita de empresas que não priorizem produtos e serviços mais sustentáveis em seu negócio. Em relação ao transporte de cargas, a ampliação das ferrovias pode acarretar redução da participação das rodovias no volume de carga transportada no Brasil.

Uma maior demanda por matérias primas e insumos menos intensivos em carbono podem resultar em dificuldade de acesso ou escassez de determinados insumos, acarretando interrupções da cadeia de abastecimento. Por exemplo, pode haver indisponibilidade de gás natural e combustíveis renováveis (e.g. etanol), devido ao aumento da demanda por estes produtos em diversos setores, como uma alternativa de curto prazo a fontes de maior emissão utilizadas atualmente.

Novas leis e regulamentações para restrição a emissões ou imposição de imposto sobre o carbono podem ocasionar a elevação do preço de combustíveis fósseis, aumento dos custos operacionais e eventual redução de margens. Ainda, o descumprimento destas leis pode gerar custos administrativos não planejados, como multas, avaliações e sanções administrativas por órgãos reguladores.

O aumento do consumo de eletricidade e a necessidade de descarbonização da matriz energética podem levar a um desequilíbrio entre oferta e demanda por fontes de energia renovável, aumentando o preço da energia elétrica. No Brasil, a redução do volume de água disponível nas hidroelétricas, devido à redução dos volumes de precipitação, pode acarretar acionamento de termoeletricas para geração de energia elétrica, encarecendo o custo da eletricidade gerada.

Alguns dos seguros das concessões da Motiva são obrigações contratuais, portanto, qualquer alteração das exigências precisa ser absorvida pela empresa. A incorporação da variável climática em processos de subscrição de seguros pode levar a maiores exigências para ativos com risco climático alto (Ex: aumento do prêmio do seguro, ativos não serem cobertos por determinados eventos etc.).

A incorporação da avaliação de risco climático pelas instituições financeiras pode acarretar reavaliações das condições de crédito para determinados ativos, com aumento das taxas de juros ou alterações nas condições de financiamento para as controladas ou ativos classificados como risco climático alto, ou seja, que estejam mais expostos aos efeitos das alterações climáticas ou que sejam grandes emissores de carbono de origem fóssil.

Com o consumidor aumentando a demanda por produtos e/ou serviços mais sustentáveis, a Motiva pode passar a priorizar a incorporação de tecnologias menos intensivas em carbono aos produtos/infraestrutura. Tais tecnologias exigem investimentos em P&D e uma adequação nos serviços ofertados, resultando em aumento de custos devido a alteração no preço dos insumos adquiridos de fornecedores, tais como biocombustíveis, energia renovável, concreto e aço com menores emissões de GEE e requisitos de produção (tratamento de efluentes e resíduos).

Atualmente, alguns contratos de concessão de São Paulo e Rio de Janeiro, onde a Motiva opera, solicitam o relatório de emissões de gases de efeito estufa, o que pode se materializar também para órgãos ambientais de outros estados. O descumprimento dessas obrigações pode resultar na geração de multas, avaliações e sanções administrativas pelos órgãos ambientais e gerar custos administrativos não planejados.

A Motiva possui emissões de escopo 3 significativas. Caso as concessionárias controladas pela Motiva, incluindo a Companhia, falhem em engajar e incentivar a cadeia de valor a reduzir suas emissões, poderão não responder à crescente preocupação dos stakeholders com a gestão de emissões indiretas e seus impactos financeiros relacionados ao clima.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 2022, a Motiva submeteu suas metas baseadas em ciência para redução de emissões de gases de efeito estufa à *Science Based Targets initiative* (SBTi) e, em 2023, recebeu a aprovação por essa iniciativa. O não cumprimento dessas metas pode impactar negativamente a imagem da Motiva e de suas concessionárias controladas, incluindo a Companhia, perante seus stakeholders.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e de passageiros que podem afetar de forma adversa seus negócios, condição financeira e seus resultados operacionais

A demanda pelos serviços prestados pela Companhia nas rodovias está diretamente relacionada ao nível de atividade econômica das regiões em que seus ativos operam. O desempenho macroeconômico influencia renda, emprego, produção industrial, turismo, movimentação logística e padrões de deslocamento, impactando os volumes de tráfego e de passageiros e, conseqüentemente, as receitas tarifárias auferidas pela Companhia. Do ponto de vista macroeconômico, uma desaceleração pode afetar simultaneamente diversos segmentos, como produção agrícola, atividade industrial, comércio e serviços, reduzindo o transporte de cargas e a circulação de veículos comerciais, ao mesmo tempo em que diminui a renda disponível das famílias e, portanto, a propensão de viagens não essenciais. Assim, a contração econômica se traduz em menor movimentação tanto de veículos pesados quanto de veículos leves, impactando de forma direta as receitas da Companhia.

Além do ambiente macroeconômico, fatores exógenos e alheios ao controle da Companhia, como a atuação de modos de transporte concorrentes, a existência de rotas alternativas e decisões regulatórias ou operacionais adotadas pelo Poder Concedente, podem alterar condições de mercado, os padrões de mobilidade e as regras operacionais aplicáveis à prestação dos serviços, ampliando a incerteza quanto a evolução da demanda.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aproximadamente 97,7% (R\$ 442.958 mil) das receitas da Companhia tiveram origem na cobrança de tarifas, sendo que os volumes de tráfego observados demonstraram sensibilidade a fatores que vão além do contexto econômico geral. Mudanças nos hábitos de deslocamento da população, como a expansão de atividades online (como compras, estudo e serviços digitais) e o avanço de modelos de trabalho remoto e híbrido, reduzem a necessidade de deslocamentos presenciais recorrentes, diminuindo o tráfego cotidiano. Esses fatores, somados ao impacto de preços mais altos de combustíveis ou a mudanças culturais associadas à sustentabilidade e ao menor uso do automóvel, podem reduzir de maneira persistente o volume de tráfego na rodovia administrada pela Companhia. No caso dos veículos de passeio, a demanda variou, principalmente, em função da atratividade de trajetos alternativos, dos níveis de congestionamento, dos preços dos combustíveis, da concorrência com outros meios de transporte, das condições climáticas e de mudanças nos padrões de comportamento dos usuários. Já o tráfego de veículos pesados, responsável por 80,3% dos eixos equivalentes registrados em 2025, apresentou forte dependência da dinâmica econômica, da produção agrícola e das condições da infraestrutura logística disponível.

Diante dessas múltiplas interdependências entre demanda, economia e fatores exógenos, a Companhia não pode assegurar que conseguirá ajustar suas operações de forma imediata diante

4.1 Descrição dos fatores de risco

de mudanças abruptas no comportamento dos usuários, o que pode afetar adversamente seus resultados e sua condição financeira.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1) Valores de Capital Expenditure ("CAPEX") acima do planejado, podem afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

[2] A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e de passageiros que podem afetar de forma adversa seus negócios, condição financeira e seus resultados operacionais~~A Companhia está exposta a riscos relacionados ao volume de tráfego e de passageiros que podem afetar de forma adversa suas receitas.~~

2)[3] A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao aumento das taxas de juros, uma vez que financia parte de suas operações.

[4] Os ~~negócios~~negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (como por exemplo em virtude de aumento de custo ou redução de tarifas), não gerem tempestivamente uma compensação do fluxo de caixa da Companhia.

3) Eventos climáticos mais intensos e frequentes podem ocasionar danos aos negócios da Companhia, resultando em custos adicionais e redução das receitas.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco de mercado descritos a seguir. Os seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetá-la adversamente:

- a) Risco de crédito.
- b) Riscos de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

a) Riscos de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto ao Poder Concedente, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

Informações adicionais a esse respeito podem ser obtidas nas Notas Explicativas nºs 6, 7, 9, 13 e 19 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (i) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos; (ii) CDI relativos aos empréstimos em reais; e (iii) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI.

Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas Notas Explicativas nºs 6, 9, 13 e 19 das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, as tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	100.844	96.909	93.086	89.221	636.331
Fornecedores e outras obrigações	83.351	9.327	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	71.871	1.860	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	1.469	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e obrigações parceladas (auto de infração com o Poder Concedente), com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP	(668.288)	(75.877)	(91.469)	(107.066)
Efeito sobre os financiamentos		(75.877)	(91.469)	(107.066)
CDI	212.042	18.315	22.766	27.172
Efeito sobre as aplicações financeiras		18.315	22.766	27.172
Total do efeito de perda		(57.562)	(68.703)	(79.894)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:				
	TJLP ⁽²⁾	9,1900%	11,4875%	13,7850%
	CDI ⁽³⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela BNDES;
- (3) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e TJLP).

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

O critério de relevância adotado pela Companhia para avaliação da descrição dos processos no item 4.4 deste Formulário de Referência considera, principalmente, o objeto das ações, sobretudo o potencial impacto face ao Contrato de Concessão, e a capacidade que o processo pode ter de influenciar a decisão de investimento na Companhia, e não necessariamente o prognóstico de perda provável ou possível. Nesse sentido, a Companhia esclarece que, na data deste Formulário de Referência, não é parte em quaisquer processos judiciais e administrativos que, de forma individual, sejam relevantes para seus negócios.

Não obstante, conforme informado nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia era parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e contratual. Na data de referência, o total das contingências prováveis com provisão constituída nas demonstrações financeiras relativas a questões trabalhistas, cíveis e contratuais somavam R\$ 4.778 mil, dos quais: (i) R\$ 3.699 mil de contingências cíveis e administrativas; e (ii) R\$ 1.079 mil de contingências trabalhistas e previdenciárias.

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no total de R\$ 7.002 mil, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização. Do montante informado, (i) R\$ 3.408 mil correspondem a contingências cíveis e administrativas; (ii) R\$ 2.985 mil a contingências trabalhistas e previdenciárias; e (iii) R\$ 609 mil de contingências tributárias.

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item

Não aplicável, uma vez que não há processos informados no item 4.4.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não aplicável, uma vez que a Companhia não figura como parte em processos sigilosos.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
 - i. os riscos para os quais se busca proteção
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes avaliaram os controles internos relevantes para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, e emitiram carta de recomendação sobre os controles internos, apontando suas considerações ("Relatório Circunstanciado").

A Companhia esclarece que não foram identificadas, no Relatório Circunstanciado, deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia discute anualmente, em conjunto com as aprovações das demonstrações financeiras, o Relatório Circunstanciado e as recomendações dos auditores independentes para buscar o aprimoramento constante dos seus controles internos, relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nesse sentido, a Companhia esclarece que não foram apresentadas deficiências no relatório de controles internos sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Apesar de não haver deficiência significativa apontada pelo auditor independente no Relatório Circunstanciado, a administração da Companhia busca o aprimoramento constante dos seus controles internos guiando-se também pelas recomendações do seu auditor independente quanto

5.2 Descrição dos controles internos

às demais deficiências de controles. Tais deficiências foram avaliadas quanto à sua relevância e à necessidade de divulgação, tendo-se concluído que não demandavam menção específica neste Formulário de Referência. Ainda assim, a administração da Companhia definiu planos de ação para a implementação das recomendações que julgou pertinentes, cuja implementação é acompanhada pela área de Controles Internos. De acordo com a avaliação da administração, nenhuma das melhorias reportadas pelos auditores apresentam probabilidade ou magnitude com relação as distorções materiais que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**
- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**
- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Pantanal é uma das controladas do Grupo Motiva, que administra o programa de Compliance do Grupo Motiva.

A Motiva e suas controladas são signatárias do Pacto Global da ONU, em especial das iniciativas propostas pelo Grupo Temático Anticorrupção. O Grupo Motiva tem como princípio o respeito às leis e regulamentos aplicáveis aos seus negócios, bem como o compromisso com a ética e a integridade em todas as suas relações, sejam elas internas, externas, privadas ou públicas. Tais princípios fazem parte dos valores do Grupo Motiva - Cultura dos 3 "Is", Integridade, Integração e Impacto - descritos em seu Código de Conduta Ética. Adicionalmente, a Companhia conta com a Política de Empresa Limpa e Combate ao Suborno, que objetiva prevenir e combater o suborno e a corrupção em todas as suas operações, tanto no relacionamento com a Administração Pública, quanto na esfera dos relacionamentos privados.

5.3 Programa de integridade

As diretrizes do Código de Conduta Ética e da Política da Empresa Limpa e Combate ao Suborno são aplicadas aos administradores, colaboradores e terceiros, que anualmente devem declarar expressamente o aceite aos seus termos. Tais documentos são revisados periodicamente, sempre que houver necessidade de atualizações nos processos e controles previstos. O Código de Conduta Ética foi revisado pela Diretoria Executiva e aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2025, já a Política da Empresa Limpa e Combate ao Suborno, que possui a mesma governança, foi revisada e aprovada em 29 de outubro de 2025. Tais documentos e as principais políticas do Grupo Motiva podem ser acessados pelo *website* da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br>) e pelo Site de Relação com Investidores do Grupo Motiva (<https://ri.motiva.com.br/>), clicando em "ESG", na seção "Governança", no ícone "Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos" (<https://www.motiva.com.br/esg/governanca/#af9ab938ccf502c18e214034075ea3bc>).

Com o comprometimento e apoio da Administração, o Grupo Motiva reforça e aprimora continuamente o seu Programa de Integridade, criado em 2015, seguindo as diretrizes da Lei Anticorrupção e suas regulamentações ("Programa de Integridade") e o transformou em um dos pilares centrais da sua estratégia de negócios, estruturando um sistema de prevenção, detecção e remediação de não conformidades com o objetivo orientar a todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação aplicável aos negócios da Companhia. O Programa de Integridade do Grupo Motiva é composto pelos seguintes pilares: comprometimento da administração, autonomia e estrutura da Diretoria de Compliance, avaliação de riscos de terceiros e parceiros de negócios, políticas e procedimentos, comunicação e treinamento, controles internos e gestão de riscos, monitoramento contínuo, Canal Confidencial e medidas disciplinares.

Neste sentido, o Programa de Integridade contempla diversas políticas e normas que tratam da avaliação de riscos de terceiros, doações e patrocínios, brindes e presentes, interação com agentes públicos e conflitos de interesses. Constantemente são realizados treinamentos e campanhas de comunicação com o objetivo de engajar a todos na cultura de Integridade, que faz parte da estratégia do Grupo.

A Motiva e seu Conselho de Administração estão comprometidos com o aprimoramento contínuo de sua governança corporativa, que contempla iniciativas relacionadas a atualização e melhorias nos mecanismos de controle e da estrutura de governança da Companhia como um todo.

Com isso, em 2025, o Programa de Integridade da Motiva foi avaliado e a companhia reconhecida, pela primeira vez, como uma das World's Most Ethical Companies, premiação concedida pela Ethisphere, organização global dedicada à definição e ao avanço dos padrões de práticas empresariais éticas. Nesta avaliação, 138 empresas foram contempladas, de 17 países e 40 setores econômicos, e apenas duas brasileiras integram a lista, entre elas a Motiva. A conquista reforça a liderança da Companhia na agenda de integridade e reconhece a evolução e amadurecimento do seu Programa de Integridade nos últimos anos.

A busca da Motiva e suas controladas práticas de mercado, o que inclui a Companhia, é constante, tendo conquistado, para todos os seus negócios, as Certificações Internacionais ISO 37001 - Norma Global do Sistema de Gestão Antissuborno e a ISO 37301 - Norma Global do Sistema de Gestão de Compliance, com foco em ESG, incluindo o processo de asseguarção de reporte das emissões de gases de efeito estufa, a observância dos direitos humanos prioritários para a Motiva conforme Declaração de Direitos Humanos aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de maio de 2025, considerando os potenciais riscos já mapeados, bem como a adoção das melhores práticas de mercado para o combate à corrupção e ao suborno. O processo de manutenção das certificações é

5.3 Programa de integridade

anual, e inclui auditorias que avaliam os riscos relacionados aos Sistemas de Gestão Antissuborno e de Compliance e a efetividade dos processos e controles mitigatórios, as obrigações relacionadas, melhorias contínuas e o acompanhamento realizado pelas estruturas de governança.

O Grupo Motiva atende, na elaboração, implementação e monitoramento deste Programa de Integridade, as mais rígidas regras de normas internacionais e previsões legais antissuborno e anticorrupção vigentes no Brasil e no mundo, em especial:

- Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"): Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
- Decreto nº 11.129/2022: Regulamenta a Lei Anticorrupção.
- Decreto nº 12.304/2024: Regulamenta a Lei de Licitações, no tocante à avaliação de Programas de Integridade.
- FCPA (EUA): *Foreign Corrupt Practices Act*.
- ABNT ISO 37001:2025: Sistema de Gestão Antissuborno.
- ABNT ISO 37301:2021: Sistema de Gestão de Compliance

Mais detalhes a respeito do Programa de Integridade do Grupo Motiva podem ser acessados *website* da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br>) e pelo Site de Relação com Investidores da Companhia (<https://ri.motiva.com.br/>), clicando em "ESG", na seção "Governança" e no ícone "Códigos, Políticas e Acordo de Acionistas" (<https://www.motiva.com.br/esg/governanca/>).

COMPROMETIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria de Compliance é responsável pela implementação, gestão e aprimoramento contínuo do Programa de Integridade. A Diretoria de Compliance faz parte da Vice-Presidência Jurídica, de Governança, Compliance e Relações Governamentais, que tem reporte direto ao Conselho de Administração, para reforçar sua autonomia e independência. O Programa de Integridade é pauta fixa das reuniões do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos Corporativos, no qual 100% dos membros são independentes, que assessora o Conselho de Administração e acompanha os detalhes da sua atualização, iniciativas e implementação, em todos os negócios. Temas relacionados ao Programa de Integridade e aos negócios do Grupo Motiva também são frequentemente apresentados nas reuniões da Diretoria Executiva, para avaliação e tratativas pertinentes.

CÓDIGO DE CONDUTA DE TERCEIROS E CLÁUSULA ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO

Em relação aos fornecedores e parceiros, a Motiva estabeleceu diretrizes específicas no Código de Conduta de Terceiros e nas Cláusulas de Compliance, aplicável também à Companhia, para todos os contratos, que podem incluir desde obrigações relacionadas ao combate à corrupção e suborno, até condições específicas, como determinação para que o fornecedor realize treinamentos, implemente seu próprio programa de integridade, faça auditorias independentes, obtenha certificações ou faça a adesão ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-privada/pacto-brasil>).

PROJETO "HANDS ON INTEGRIDADE & ESG"

5.3 Programa de integridade

Preocupada com o desenvolvimento e alinhamento da cadeia de fornecedores a suas diretrizes de integridade e sustentabilidade, o Grupo Motiva desenvolveu uma qualificação específica para os parceiros estratégicos, chamada Hands on Integridade & ESG, em parceria com a Fundação Dom Cabral. 100% patrocinada pela Motiva, o programa tem o objetivo de qualificar executivos dos fornecedores em governança, riscos, compliance e sustentabilidade, para quem implementem processos, controles e melhores práticas em suas próprias empresas, reduzindo assim riscos reputacionais, financeiros e jurídicos para o próprio Grupo Motiva. Em 2025, esta iniciativa conquistou o primeiro lugar no 5º prêmio INAC, na categoria Boas Práticas de Governança, concedido pelo Instituto Não Aceito Corrupção.

MOVIMENTO TRANSPARÊNCIA 100% DO PACTO GLOBAL DA ONU – REDE BRASIL

Em 2025, a Motiva aderiu ao Movimento Transparência 100%, iniciativa do Pacto Global da ONU – Rede Brasil voltada ao fortalecimento da integridade, da transparência corporativa e do combate à corrupção no setor privado. Ao final do ano passado, a Companhia já cumpria com a divulgação de três das cinco metas assumidas. São elas: 1) 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade; 2) 100% de transparência da estrutura de compliance e governança, e 3) 100% de transparência sobre os canais de denúncia.

CANAL CONFIDENCIAL

O Canal Confidencial da Motiva é a principal ferramenta do Programa de Integridade para detectar e tratar situações de risco e infrações ao Código de Conduta Ética. Instituído desde 2015, o Canal Confidencial é aberto a qualquer pessoa, quer seja, colaboradores e administradores, terceiros, clientes e qualquer pessoa que se relacione com os negócios do grupo. O Canal é divulgado fisicamente nas Unidades, bem como em todas as políticas e procedimentos, site e intranet do Grupo Motiva.

A Motiva trabalha para que o funcionamento dessa ferramenta esteja alinhado às melhores práticas do mercado, garantindo o tratamento das situações relatadas de forma independente e com tolerância zero a atos de retaliação. Ressalta-se, portanto, os princípios do Canal Confidencial da Motiva:

- **Independência:** a gestão da plataforma é feita por uma empresa terceira, responsável por resguardar o anonimato e a confidencialidade dos relatos recebidos. A operação funciona 7 dias na semana, 24 horas por dia. A Diretoria Executiva e a Área de Compliance não possuem acesso ao nome dos relatores que optarem pelo anonimato.
- **Confidencialidade:** a apuração dos relatos é tratada de forma sigilosa, sendo os detalhes e medidas aplicadas restritos a Diretoria de Compliance e órgãos de aplicação de medidas. Os entrevistados são orientados a manter segredo sobre os temas abordados e a violação a essa confidencialidade está sujeita a medidas disciplinares.
- **Anonimato:** o relator pode escolher se identificar ou não. Caso opte por não se identificar, o anonimato é garantido antes, durante e após a apuração do relato.
- **Não retaliação:** aqueles que procurarem esse Canal com boa-fé, serão bem-vindos e não poderão ser punidos de forma alguma por ninguém, independentemente do cargo. A não retaliação é garantida mesmo nos casos finalizados como improcedentes ou inconclusivos.

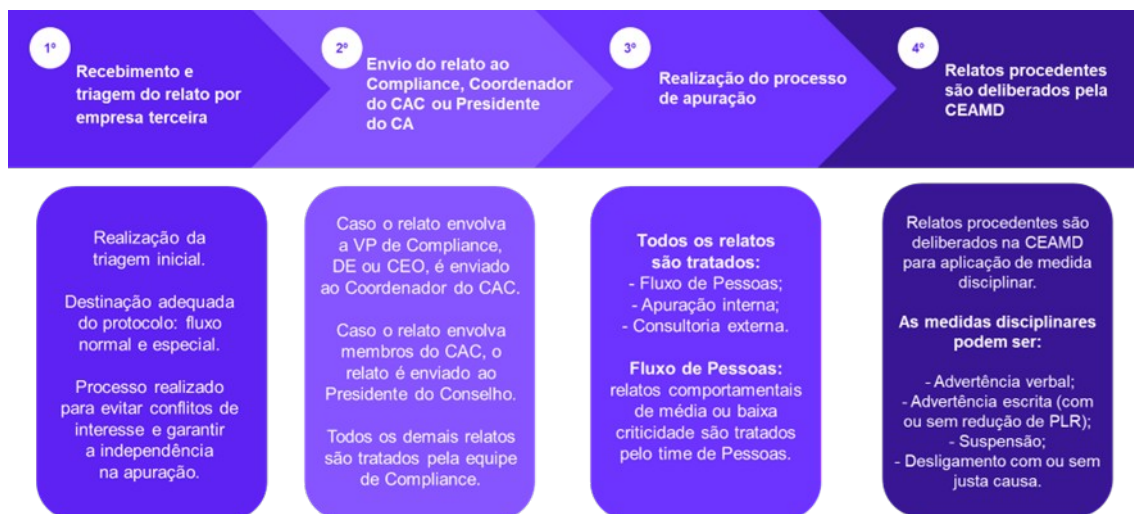
5.3 Programa de integridade

A Motiva possui Norma específica sobre a Gestão dos Relatos no Canal Confidencial, que aborda fluxos, responsabilidades e protocolos para apuração. Ainda, a Companhia possui Política sobre a aplicação de medidas disciplinares e proibição de retaliação aos relatores de boa-fé, qual seja, a Política de Gestão de Consequências e Não Retaliação, aplicável também às suas controladas, o que inclui a Companhia, que pode ser acessada pelo Site de Relação com Investidores da Motiva (<https://ri.motiva.com.br/>), clicando em “ESG”, na seção “Governança”, no ícone “Códigos, Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos”.

O Canal Confidencial do Grupo Motiva pode ser acessado pelos contatos abaixo, com atendimento em português, inglês e espanhol:

Website	https://canalconfidencial.com.br/canalconfidencialmotiva/
Telefone	Telefone: 0800 721 0759

A empresa terceirizada recebe o relato e realiza triagem inicial, classificando o nível de impacto, tipologia e definindo o fluxo para tratamento, a depender dos envolvidos e do conteúdo das alegações, podendo ser o fluxo normal ou especial. Abaixo, segue fluxograma de tratativas dos relatos de forma simplificada:



A Diretoria de Compliance do Grupo Motiva é responsável por tratar e investigar todos os relatos não direcionados ao fluxo especial, bem como enviar os casos procedentes para deliberação e ratificação da CEAMD – Comissão de Estudos e Aplicação de Medidas Disciplinares. Os relatos do fluxo especial são aqueles registrados em face da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e Compliance, do Conselho de Administração e dos Colaboradores Diretos do Vice-Presidente Jurídico, de Governança, Compliance e Relações Governamentais.

Os colaboradores são encorajados a registrar fatos, atos ou omissões que tenha transgredido ou esteja na iminência de transgredir alguma das normas e/ou políticas do Grupo Motiva, bem como leis do país, devendo agir sempre de boa-fé.

CEAMD – COMISSÃO DE ESTUDOS E APLICAÇÃO DE MEDIDAS DISCIPLINARES

5.3 Programa de integridade

A Comissão de Estudos e Aplicação de Medidas Disciplinares ("CEAMD") da Motiva rege-se por Regimento Interno próprio e pela legislação aplicável, e tem por finalidade analisar e estudar o conteúdo dos Relatos registrados no Canal Confidencial da Motiva, além de eventuais violações aos normativos da Motiva, em especial à Política da Empresa Limpa e Combate ao Suborno, às diretrizes do Sistema de Gestão Antissuborno (ABNT NBR ISO 37001:2025) e ao Sistema de Gestão de Compliance (ABNT ISO 37301:2021), deliberando, caso a caso, pela aplicação ou não de Medidas Disciplinares aos envolvidos em relatos apurados pela Área de Compliance.

O objetivo da CEAMD é promover uma cultura de Compliance e cumprimento do Código de Conduta Ética e demais instrumentos normativos da Motiva, mitigando riscos e prevenindo atos de desvios de conduta, assédio, corrupção, fraude, lavagem de dinheiro, suborno, conflitos de interesses e quaisquer outras condutas antiéticas e/ou ilícitas.

A CEAMD será composta por 3 (três) membros efetivos, com poder de voto, da Motiva, conforme abaixo e periodicidade:

- i. Vice-Presidente responsável pela Diretoria de Compliance – posição fixa.
- ii. Vice-Presidente responsável pela Diretoria de Pessoas – posição fixa.
- iii. Vice-Presidente das Plataformas ou de outras práticas da Motiva – posição rotativa (a cada 2 anos).

Medidas disciplinares serão aplicadas caso os investigados descumpram normas do Grupo Motiva, seja por violação dos padrões éticos da Companhia ou por descumprimento de leis ou regulamentos. A aplicação de Medidas Disciplinares observa, além do disposto nos normativos internos aplicáveis, os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia e individualização da conduta, considerando a gravidade dos fatos, eventual reincidência, os danos causados à Motiva, a conduta do agente e as provas produzidas no âmbito da apuração.

Essas medidas poderão ser advertência verbal ou escrita, treinamentos, redução na remuneração variável a receber, suspensão, desligamento sem ou com justa causa, rescisão de contratos, conforme disposto em Política de Gestão de Consequências e Não Retaliação. A CEAMD também delibera medidas de remediação, como melhorias em processos e controles, com a finalidade de mitigar o risco de recorrências.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não há casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.						
02.846.056/0001-97	Brasil	Não	Sim	18/06/2025		
Não						
1.456.422.328	100,000	0	0,000	1.456.422.328	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.456.422.328	100,000	0	0,000	1.456.422.328	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.				02.846.056/0001-97		
BLACKROCK, INC.						
00.000.000/0000-00	Estados Unidos	Não	Não	19/11/2025		
Sim	J.P. Morgan S.A.		Juridica		33.851.205/0001-30	
101.176.755	5,009	0	0,000	101.176.755	4,540	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
DOIS VALES LTDA.						
46.969.273/0001-40	Brasil	Sim	Sim	02/09/2025		
Não						
39.558.190	1,958	0	0,000	39.558.190	1,775	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Itaúsa S.A.						
61.532.644/0001-15	Brasil	Sim	Sim	12/09/2022		
Não						
208.669.918	10,330	0	0,000	208.669.918	9,363	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.				02.846.056/0001-97	
OPPER INVESTIMENTOS S.A. (ANTIGA SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.)					
10.291.050/0001-29	Brasil	Sim	Sim	11/09/2010	
Não					
210.663.128	10,429	0	0,000	210.663.128	9,452
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SINCRO Participações S.A. (anteriormente denominada CC Investimentos e Participações S.A.)					
00.095.147/0001-02	Brasil	Sim	Sim	11/09/2010	
Não					
31.067.520	1,538	0	0,000	31.067.520	1,394
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
SOU INVESTIMENTOS LTDA.					
46.974.228/0001-83	Brasil	Sim	Sim	02/09/2025	
Não					
40.146.243	1,987	0	0,000	40.146.243	1,801
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.				02.846.056/0001-97		
SUCEA PARTICIPAÇÕES S.A. (ANTERIORMENTE CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.)						
02.372.232/0001-04	Brasil	Sim	Sim	11/09/2010		
Não						
269.082.312	13,321	0	0,000	269.082.312	12,074	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Votorantim S.A						
03.407.049/0001-51	Brasil	Sim	Sim	12/09/2022		
Não						
208.669.918	10,330	208.669.918	100,000	417.339.836	18,726	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
9.512.335	0,471	0	0,000	9.512.335	0,427	
OUTROS						
901.453.681	44,626	0	0,000	901.453.681	40,448	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.				02.846.056/0001-97		
2.020.000.000	100,000	208.669.918	100,000	2.228.669.918	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DOIS VALES LTDA.				46.969.273/0001-40		
EDUARDA PENIDO DALLA VECCHIA						
212.454.978-20	Brasil	Não	Não	31/12/2024		
Não						
162.450.360	100,000	0	0,000	162.450.360	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
162.450.360	100,000	0	0,000	162.450.360	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO					
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
492.999.776	12,793	289.078.174	3,928	782.077.950	6,974
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL					
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
2.774	0,000	281	0,000	3.055	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ALFREDO EGYDIO SETUBAL					
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
138.136.722	3,585	55.231.252	0,750	193.367.974	1,724
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA					
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
492.999.739	12,793	269.681.709	3,664	762.681.448	6,801
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL					
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
8.963.864	0,233	399.182	0,005	9.363.046	0,083
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
BlackRock Inc.					
05.838.687/0001-52	Estados Unidos	Não	Não	23/12/2025	
Sim	Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.		Juridica	33.868.597/0001-40	
0	0,000	368.270.970	5,004	368.270.970	3,284
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
BRUNO RIZZO SETUBAL					
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
41.778.726	1,084	99.421	0,001	41.878.147	0,373
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR					
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
41.778.727	1,084	102.355	0,001	41.881.082	0,373
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL					
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
52.449.960	1,361	18.008.601	0,245	70.458.561	0,628
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
COMPANHIA ESA (*)					
52.117.397/0001-08	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
35.050.756	0,910	298.719	0,004	35.349.475	0,315
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA					
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
28.524.188	0,740	14.070.164	0,191	42.594.352	0,380
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência					
60.480.480/0001-67	Brasil	Sim	Não	23/12/2025	
Não					
593.462.239	15,400	149.396.255	2,030	742.858.494	6,625
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
Fundação Itaú para a Educação e Cultura					
59.573.030/0001-30	Brasil	Não	Não	23/12/2025	
Não					
438.596.084	11,381	53.867.825	0,732	492.463.909	4,392
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL					
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
8.963.864	0,233	399.182	0,005	9.363.046	0,083
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA					
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
28.524.330	0,740	13.074.976	0,178	41.599.306	0,371
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL					
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
111.187.793	2,885	53.002.891	0,720	164.190.684	1,464
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY					
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
52.449.960	1,361	18.008.601	0,245	70.458.561	0,628
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA					
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
41.778.732	1,084	111.384	0,002	41.890.116	0,374
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
2.816	0,000	389.358	0,005	392.174	0,003
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIANA LUCAS SETUBAL					
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
32.854.161	0,853	12.271.181	0,167	45.125.342	0,402
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARINA NUGENT SETUBAL					
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
2.774	0,000	281	0,000	3.055	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL					
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
8.963.864	0,233	399.182	0,005	9.363.046	0,083
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR					
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
13.984.686	0,363	56.366.740	0,766	70.351.426	0,627
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PATRÍCIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
2.816	0,000	389.358	0,005	392.174	0,003
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
PAULA LUCAS SETUBAL					
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
32.854.161	0,853	12.271.181	0,167	45.125.342	0,402
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO EGYDIO SETUBAL					
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
52.449.960	1,361	18.008.601	0,245	70.458.561	0,628
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO SETUBAL NETO					
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
42.120	0,001	528.343	0,007	570.463	0,005
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
RICARDO EGYDIO SETUBAL					
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
138.073.457	3,583	55.736.969	0,757	193.810.426	1,728
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RICARDO VILLELA MARINO					
252.398.288-90	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
246.779.550	6,404	191.366.662	2,600	438.146.212	3,907
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO EGYDIO SETUBAL					
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
73.070.312	1,896	27.816.498	0,378	100.886.810	0,900
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
RODOLFO VILLELA MARINO					
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
246.852.799	6,406	191.486.562	2,602	438.339.361	3,909
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
2.816	0,000	362.739	0,005	365.555	0,003
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA.					
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
3.219.187	0,084	2.551.497	0,035	5.770.684	0,051
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Itaúsa S.A.				61.532.644/0001-15	
TIDE SETUBAL S. E SILVA NOGUEIRA					
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	23/12/2025	
Não					
28.524.774	0,740	14.833.716	0,202	43.358.490	0,387
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	2.340.311	0,032	2.340.311	0,021
OUTROS					
368.305.525	9,557	5.469.831.712	74,318	5.838.137.237	52,063
TOTAL					
3.853.634.012	100,000	7.360.052.833	100,000	11.213.686.845	100,000

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OPPER INVESTIMENTOS S.A. (ANTIGA SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.)				10.291.050/0001-29		
ANNA MARIA MARCONDES PENIDO SANT'ANNA						
021.984.728-21	Brasil	Não	Sim	30/04/2012		
Não						
251.521.545	93,721	0	0,000	251.521.545	93,721	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TIMO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. (ANTIGA SOARES PENIDO REALIZAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.)						
09.318.242/0001-00	Brasil	Não	Não	31/12/2025		
Não						
16.851.912	6,279	0	0,000	16.851.912	6,279	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
OPPER INVESTIMENTOS S.A. (ANTIGA SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.)				10.291.050/0001-29		
268.373.457	100,000	0	0,000	268.373.457	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SINCRO Participações S.A. (anteriormente denominada CC Investimentos e Participações S.A.)				00.095.147/0001-02		
SUCEA PARTICIPAÇÕES S.A. (ANTERIORMENTE CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.)						
02.372.232/0001-04	Brasil	Não	Não	20/01/2021		
Não						
1.179.604	100,000	47.018	100,000	1.226.622	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.179.604	100,000	47.018	100,000	1.226.622	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SOU INVESTIMENTOS LTDA.				46.974.228/0001-83		
CAIO PENIDO DALLA VECCHIA						
152.971.408-70	Brasil	Não	Não	31/12/2024		
Não						
137.261.824	100,000	0	0,000	137.261.824	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
137.261.824	100,000	0	0,000	137.261.824	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SUCEA PARTICIPAÇÕES S.A. (ANTERIORMENTE CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.)				02.372.232/0001-04		
MOVER Participações S.A.						
01.098.905/0001-09	Brasil	Sim	Sim	25/02/2019		
Não						
784.022.780	100,000	0	0,000	784.022.780	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
784.022.780	100,000	0	0,000	784.022.780	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Votorantim S.A				03.407.049/0001-51		
Hejoassu Administração S.A.						
61.194.148/0001-07	Brasil	Não	Sim	01/01/2016		
Não						
18.278.788.894	100,000	0	0,000	18.278.788.894	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
18.278.788.894	100,000	0	0,000	18.278.788.894	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08		
ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO						
066.530.838-88	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
483.333.114	20,387	0	0,000	483.333.114	20,387	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO NUGENT SETUBAL						
407.919.708-09	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
2.720	0,000	0	0,000	2.720	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ALFREDO EGYDIO SETUBAL						
014.414.218-07	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
135.428.159	5,712	0	0,000	135.428.159	5,712	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08		
ANA LÚCIA DE MATTOS BARRETTO VILLELA						
066.530.828-06	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
483.333.078	20,387	0	0,000	483.333.078	20,387	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BEATRIZ DE MATTOS SETUBAL						
316.394.318-70	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
8.788.102	0,371	0	0,000	8.788.102	0,371	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
BRUNO RIZZO SETUBAL						
299.133.368-56	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
40.959.536	1,728	0	0,000	40.959.536	1,728	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08	
CAMILA SETUBAL LENZ CESAR					
350.572.098-41	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
40.959.537	1,728	0	0,000	40.959.537	1,728
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CAROLINA MARINHO LUTZ SETUBAL					
077.540.228-18	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
51.421.530	2,169	0	0,000	51.421.530	2,169
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
FERNANDO SETUBAL SOUZA E SILVA					
311.798.878-59	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
27.964.891	1,180	0	0,000	27.964.891	1,180
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08		
GABRIEL DE MATTOS SETUBAL						
348.338.808-73	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
8.788.102	0,371	0	0,000	8.788.102	0,371	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GUILHERME SETUBAL SOUZA E SILVA						
269.253.728-92	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
27.965.030	1,180	0	0,000	27.965.030	1,180	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JOSÉ LUIZ EGYDIO SETUBAL						
011.785.508-18	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
109.007.641	4,598	0	0,000	109.007.641	4,598	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08	
JULIA GUIDON SETUBAL WINANDY					
336.694.358-08	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
51.421.530	2,169	0	0,000	51.421.530	2,169
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUIZA RIZZO SETUBAL KAIRALLA					
323.461.948-40	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
40.959.542	1,728	0	0,000	40.959.542	1,728
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARCELO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.378-21	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
2.761	0,000	0	0,000	2.761	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08	
MARIANA LUCAS SETUBAL					
227.809.998-10	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
32.209.962	1,359	0	0,000	32.209.962	1,359
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARINA NUGENT SETUBAL					
384.422.518-80	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
2.720	0,000	0	0,000	2.720	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
OLAVO EGYDIO MUTARELLI SETUBAL					
394.635.348-73	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
8.788.102	0,371	0	0,000	8.788.102	0,371
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08	
OLAVO EGYDIO SETUBAL JÚNIOR					
006.447.048-29	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
13.710.477	0,578	0	0,000	13.710.477	0,578
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PATRÍCIA RIBEIRO DO VALLE SETUBAL					
230.936.328-62	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
2.761	0,000	0	0,000	2.761	0,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULA LUCAS SETUBAL					
295.243.528-69	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
32.209.962	1,359	0	0,000	32.209.962	1,359
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08	
PAULO EGYDIO SETUBAL					
336.694.318-10	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
51.421.530	2,169	0	0,000	51.421.530	2,169
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
PAULO SETUBAL NETO					
638.097.888-72	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
41.295	0,002	0	0,000	41.295	0,002
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RICARDO EGYDIO SETUBAL					
033.033.518-99	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
135.366.135	5,710	0	0,000	135.366.135	5,710
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08	
RICARDO VILLELA MARINO					
252.398.288-90	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
241.940.736	10,205	0	0,000	241.940.736	10,205
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROBERTO EGYDIO SETUBAL					
007.738.228-52	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
71.637.561	3,022	0	0,000	71.637.561	3,022
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RODOLFO VILLELA MARINO					
271.943.018-81	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025	
Não					
242.012.549	10,208	0	0,000	242.012.549	10,208
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08		
RODRIGO RIBEIRO DO VALLE SETUBAL						
230.936.298-02	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
2.761	0,000	0	0,000	2.761	0,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA.						
67.569.061/0001-45	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
3.156.066	0,133	0	0,000	3.156.066	0,133	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
TIDE SETUBAL S. E SILVA NOGUEIRA						
296.682.978-81	Brasil	Sim	Sim	30/06/2025		
Não						
27.965.465	1,180	0	0,000	27.965.465	1,180	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
COMPANHIA ESA (*)				52.117.397/0001-08		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.370.803.355	100,000	0	0,000	2.370.803.355	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Hejoassu Administração S.A.				61.194.148/0001-07	
AEM Participações S.A.					
05.062.403/0001-89	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ERMAN Participações S.A.					
05.062.376/0001-44	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JEMF Participações S.A.					
05.062.394/0001-26	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013	
Não					
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Hejoassu Administração S.A.				61.194.148/0001-07		
MRC Participações S.A.						
05.062.355/0001-29	Brasil	Sim	Sim	30/04/2013		
Não						
400.000	25,000	0	0,000	400.000	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.600.000	100,000	0	0,000	1.600.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MOVER Participações S.A.				01.098.905/0001-09		
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.						
03.987.192/0001-60	Brasil	Não	Não	23/10/2017		
Não						
48.945	99,998	93.100	100,000	142.045	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,002	0	0,000	1	0,001	
TOTAL						
48.946	100,000	93.100	100,000	142.046	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA.				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA.				67.569.061/0001-45		
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SUCEA PARTICIPAÇÕES S.A. (ANTERIORMENTE CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A.)				02.372.232/0001-04		
MOVER Participações S.A.						
01.098.905/0001-09	Brasil	Não	Sim	25/02/2019		
Não						
784.022.780	100,000	0	0,000	784.022.780	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
784.022.780	100,000	0	0,000	784.022.780	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89		
ANTONIO ERMÍRIO DE MORAES FILHO						
033.973.968-16	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014		
Não						
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
EUGÊNIO ERMÍRIO DE MORAES						
353.047.918-78	Brasil	Sim	Sim	19/05/2015		
Não						
34.657.522	5,061	0	0,000	34.657.522	5,061	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FABIANA DE MORAES M. BIANCO						
355.162.308-29	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015		
Não						
19.289.594	2,817	0	0,000	19.289.594	2,817	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89	
JÚLIA R. DE MORAES HADDAD					
353.047.898-90	Brasil	Sim	Sim	19/05/2015	
Não					
34.657.522	5,061	0	0,000	34.657.522	5,061
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
LUÍS ERMÍRIO DE MORAES					
051.558.168-23	Brasil	Sim	Sim	23/06/2015	
Não					
76.081.012	11,111	0	0,000	76.081.012	11,111
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MÁRCIA REGINA R. DE MORAES					
037.674.038-89	Brasil	Sim	Sim	19/05/2015	
Não					
6.765.967	0,988	0	0,000	6.765.967	0,988
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89	
MARIA LUCIA C. DE MORAES					
260.315.798-12	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA REGINA COSTA ERMIRIO DE MORAES					
262.505.588-02	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014	
Não					
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIO ERMÍRIO DE MORAES Fº					
355.162.298-12	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015	
Não					
19.289.594	2,817	0	0,000	19.289.594	2,817
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89		
NATÁLIA F. COSTA DE MORAES						
355.162.288-40	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015		
Não						
19.289.594	2,817	0	0,000	19.289.594	2,817	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NÍDIA MARIA F. CLARO MORAES						
037.436.888-08	Brasil	Sim	Sim	18/06/2015		
Não						
18.212.229	2,660	0	0,000	18.212.229	2,660	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ROSA HELENA COSTA DE MORAES						
285.180.278-02	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014		
Não						
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89		
RUBENS ERMÍRIO DE MORAES						
154.303.818-29	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014		
Não						
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
VERA REGINA COSTA DE MORAES						
146.618.158-31	Brasil	Sim	Sim	25/08/2014		
Não						
76.081.011	11,111	0	0,000	76.081.011	11,111	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	900	100,000	900	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
AEM Participações S.A.				05.062.403/0001-89		
684.729.100	100,000	900	100,000	684.730.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.				05.062.376/0001-44		
ANA HELENA DE MORAES VICINTIN						
317.265.148-70	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019		
Não						
97.818.442	14,286	0	0,000	97.818.442	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
ANA PAULA DE MORAES RIZKALLAH						
256.179.308-77	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019		
Não						
97.818.442	14,286	0	0,000	97.818.442	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
CLAUDIO ERMIRIO DE MORAES						
116.005.728-12	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019		
Não						
97.818.442	14,286	0	0,000	97.818.442	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.				05.062.376/0001-44		
FABIO ERMIRIO DE MORAES						
083.358.948-25	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019		
Não						
97.818.442	14,286	0	0,000	97.818.442	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
GABRIELA MORAES DE ULHÔA RODRIGUES						
427.762.478-26	Brasil	Sim	Sim	30/04/2025		
Não						
4.890.922	0,714	0	0,000	4.890.922	0,714	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LUCIANA MORAES DE ULHÔA RODRIGUES						
264.477.438-19	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019		
Não						
88.036.598	12,857	0	0,000	88.036.598	12,857	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.				05.062.376/0001-44		
MARCOS ERMIRIO DE MORAES						
772.326.826-20	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019		
Não						
97.818.442	14,286	0	0,000	97.818.442	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
PEDRO MORAES DE ULHÔA RODRIGUES						
427.762.568-17	Brasil	Sim	Sim	30/04/2025		
Não						
4.890.922	0,714	0	0,000	4.890.922	0,714	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RICARDO ERMIRIO DE MORAES						
042.879.868-30	Brasil	Sim	Sim	09/04/2019		
Não						
97.818.442	14,286	0	0,000	97.818.442	14,286	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ERMAN Participações S.A.				05.062.376/0001-44		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
6	0,000	900	100,000	906	0,000	
TOTAL						
684.729.100	100,000	900	100,000	684.730.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JEMF Participações S.A.				05.062.394/0001-26	
JOSÉ ERMÍRIO DE MOARES NETO					
817.568.288-49	Brasil	Sim	Sim	29/10/2002	
Não					
228.243.033	33,333	0	0,000	228.243.033	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
JOSÉ ROBERTO ERMÍRIO DE MORAES					
029.080.178-81	Brasil	Sim	Sim	29/10/2002	
Não					
228.243.033	33,333	0	0,000	228.243.033	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
NEIDE HELENA DE MORAES					
041.978.048-30	Brasil	Sim	Sim	29/10/2002	
Não					
228.243.034	33,333	0	0,000	228.243.034	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JEMF Participações S.A.				05.062.394/0001-26		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	900	100,000	900	0,000	
TOTAL						
684.729.100	100,000	900	100,000	684.730.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MOVER Participações S.A.				01.098.905/0001-09		
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.						
03.987.192/0001-60	Brasil	Não	Sim	23/10/2017		
Não						
48.945	99,998	93.100	100,000	142.045	99,999	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	0,002	0	0,000	1	0,001	
TOTAL						
48.946	100,000	93.100	100,000	142.046	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
MRC Participações S.A.				05.062.355/0001-29	
CARLOS EDUARDO MORAES SCRIPILLITI					
104.056.958-70	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018	
Não					
171.182.275	25,000	0	0,000	171.182.275	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
CLOVIS ERMIRIO DE MORAES SCRIPILLITI					
023.290.828-19	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018	
Não					
171.182.275	25,000	0	0,000	171.182.275	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
MARIA HELENA DE MORAES SCRIPILLITI NOSCHESI					
105.047.788-03	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018	
Não					
171.182.275	25,000	0	0,000	171.182.275	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MRC Participações S.A.				05.062.355/0001-29		
REGINA HELENA SCRIPILLITI VELLOSO						
174.502.798-00	Brasil	Sim	Sim	14/11/2018		
Não						
171.182.275	25,000	0	0,000	171.182.275	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	900	100,000	900	0,000	
TOTAL						
684.729.100	100,000	900	100,000	684.730.000	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.				03.987.192/0001-60	
RCABON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.448/0001-55	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
584.622	33,333	0	0,000	584.622	11,108
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCABPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.459/0001-35	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
0	0,000	1.167.748	33,279	1.167.748	22,188
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCNON EMPREEDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.570/0001-21	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
584.622	33,333	0	0,000	584.622	11,108
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.				03.987.192/0001-60	
RCNPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.480/0001-30	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
0	0,000	1.167.748	33,279	1.167.748	22,188
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.541/0001-60	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
584.622	33,333	0	0,000	584.622	11,108
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCPODPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.468/0001-26	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
0	0,000	1.167.748	33,279	1.167.748	22,188
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.				03.987.192/0001-60		
RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.						
09.608.284/0001-78	Brasil	Não	Não	20/10/2016		
Não						
0	0,000	5.760	0,164	5.760	0,109	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.753.866	100,000	3.509.004	100,000	5.262.870	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA.				67.569.061/0001-45		
RICARDO VILLELA MARINO						
252.398.288-90	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
RODOLFO VILLELA MARINO						
271.943.018-81	Brasil	Não	Sim	20/01/2021		
Não						
37.507.724	50,000	0	0,000	37.507.724	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RUDRIC ITH PARTICIPAÇÕES LTDA.				67.569.061/0001-45		
75.015.448	100,000	0	0,000	75.015.448	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.				03.987.192/0001-60	
RCABON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.448/0001-55	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
584.622	33,333	0	0,000	584.622	11,108
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCABPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.459/0001-35	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
0	0,000	1.167.748	33,279	1.167.748	22,188
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCNON EMPREEDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.570/0001-21	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
584.622	33,333	0	0,000	584.622	11,108
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.				03.987.192/0001-60	
RCNPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.480/0001-30	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
0	0,000	1.167.748	33,279	1.167.748	22,188
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.541/0001-60	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
584.622	33,333	0	0,000	584.622	11,108
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RCPODPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.					
09.594.468/0001-26	Brasil	Não	Não	20/10/2016	
Não					
0	0,000	1.167.748	33,279	1.167.748	22,188
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
PARTICIPAÇÕES MORRO VERMELHO S.A.				03.987.192/0001-60		
RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.						
09.608.284/0001-78	Brasil	Não	Não	20/10/2016		
Não						
0	0,000	5.760	0,164	5.760	0,109	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.753.866	100,000	3.509.004	100,000	5.262.870	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.448/0001-55		
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO						
535.804.358-68	Brasil	Não	Sim	20/10/2016		
Não						
584.473	100,000	90	60,000	584.563	99,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	60	40,000	60	0,010	
TOTAL						
584.473	100,000	150	100,000	584.623	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.459/0001-35		
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO						
535.804.358-68	Brasil	Sim	Sim	20/10/2016		
Não						
1.169.184	99,995	0	0,000	1.169.184	99,995	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60	0,005	0	0,000	60	0,005	
TOTAL						
1.169.244	100,000	0	0,000	1.169.244	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCNON EMPREEDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.570/0001-21		
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.						
26.680.184/0001-71	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
584.473	100,000	90	60,000	584.563	99,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	60	40,000	60	0,010	
TOTAL						
584.473	100,000	150	100,000	584.623	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCNPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.480/0001-30		
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.						
26.680.184/0001-71	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
1.169.184	99,995	0	0,000	1.169.184	99,995	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60	0,005	0	0,000	60	0,005	
TOTAL						
1.169.244	100,000	0	0,000	1.169.244	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.541/0001-60		
CPIRES PARTICIPAÇÕES LTDA.						
21.205.563/0001-96	Brasil	Não	Sim	18/10/2023		
Não						
150	0,026	150	100,000	300	0,051	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIGHTHOUSE FOUNDATION						
52.371.493/0001-70	Brasil	Não	Não	18/10/2023		
Não						
584.473	99,974	0	0,000	584.473	99,949	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.541/0001-60		
584.623	100,000	150	100,000	584.773	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.468/0001-26		
LIGHTHOUSE FOUNDATION						
52.371.493/0001-70	Brasil	Não	Não	18/10/2023		
Não						
1.169.094	99,987	0	0,000	1.169.094	99,987	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
150	0,013	0	0,000	150	0,013	
TOTAL						
1.169.244	100,000	0	0,000	1.169.244	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.608.284/0001-78	
REGINA DE CAMARGO PIRES OLIVEIRA DIAS					
153.204.398-81	Brasil	Não	Sim	01/10/2008	
Não					
1.980	33,333	0	0,000	1.980	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO					
535.804.608-97	Brasil	Não	Sim	01/10/2008	
Não					
1.980	33,333	0	0,000	1.980	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO					
535.804.358-68	Brasil	Não	Sim	01/10/2008	
Não					
1.980	33,333	0	0,000	1.980	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.608.284/0001-78		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
5.940	100,000	0	0,000	5.940	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CPIRES PARTICIPAÇÕES LTDA.				21.205.563/0001-96		
CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS						
578.464.058-53	Brasil	Não	Sim	18/10/2023		
Não						
150	60,000	0	0,000	150	60,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
100	40,000	0	0,000	100	40,000	
TOTAL						
250	100,000	0	0,000	250	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.				26.680.184/0001-71		
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO						
535.804.608-97	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.				26.680.184/0001-71		
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO						
535.804.608-97	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.448/0001-55		
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO						
535.804.358-68	Brasil	Não	Sim	20/10/2016		
Não						
584.473	100,000	90	60,000	584.563	99,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	60	40,000	60	0,010	
TOTAL						
584.473	100,000	150	100,000	584.623	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCABPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.459/0001-35		
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO						
535.804.358-68	Brasil	Sim	Sim	20/10/2016		
Não						
1.169.184	99,995	0	0,000	1.169.184	99,995	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60	0,005	0	0,000	60	0,005	
TOTAL						
1.169.244	100,000	0	0,000	1.169.244	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCNON EMPREEDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.570/0001-21		
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.						
26.680.184/0001-71	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
584.473	100,000	90	60,000	584.563	99,990	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	60	40,000	60	0,010	
TOTAL						
584.473	100,000	150	100,000	584.623	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCNPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.480/0001-30		
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.						
26.680.184/0001-71	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
1.169.184	99,995	0	0,000	1.169.184	99,995	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
60	0,005	0	0,000	60	0,005	
TOTAL						
1.169.244	100,000	0	0,000	1.169.244	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.541/0001-60		
CPIRES PARTICIPAÇÕES LTDA.						
21.205.563/0001-96	Brasil	Não	Sim	18/10/2023		
Não						
150	0,026	150	100,000	300	0,051	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
LIGHTHOUSE FOUNDATION						
52.371.493/0001-70	Brasil	Não	Não	18/10/2023		
Não						
584.473	99,974	0	0,000	584.473	99,949	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODON EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.541/0001-60		
584.623	100,000	150	100,000	584.773	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RCPODPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.594.468/0001-26		
LIGHTHOUSE FOUNDATION						
52.371.493/0001-70	Brasil	Não	Não	18/10/2023		
Não						
1.169.094	99,987	0	0,000	1.169.094	99,987	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
150	0,013	0	0,000	150	0,013	
TOTAL						
1.169.244	100,000	0	0,000	1.169.244	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.608.284/0001-78	
REGINA DE CAMARGO PIRES OLIVEIRA DIAS					
153.204.398-81	Brasil	Não	Sim	01/10/2008	
Não					
1.980	33,333	0	0,000	1.980	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO					
535.804.608-97	Brasil	Não	Sim	01/10/2008	
Não					
1.980	33,333	0	0,000	1.980	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
ROSANA CAMARGO DE ARRUDA BOTELHO					
535.804.358-68	Brasil	Não	Sim	01/10/2008	
Não					
1.980	33,333	0	0,000	1.980	33,333
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA					

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
RRRPN EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.				09.608.284/0001-78		
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
5.940	100,000	0	0,000	5.940	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CPIRES PARTICIPAÇÕES LTDA.				21.205.563/0001-96		
CARLOS PIRES OLIVEIRA DIAS						
578.464.058-53	Brasil	Não	Sim	18/10/2023		
Não						
150	60,000	0	0,000	150	60,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
100	40,000	0	0,000	100	40,000	
TOTAL						
250	100,000	0	0,000	250	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.				26.680.184/0001-71		
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO						
535.804.608-97	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
MONTE BALDO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A.				26.680.184/0001-71		
RENATA DE CAMARGO NASCIMENTO						
535.804.608-97	Brasil	Não	Sim	27/04/2017		
Não						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
1.746.684.809	100,000	0	0,000	1.746.684.809	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	07/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

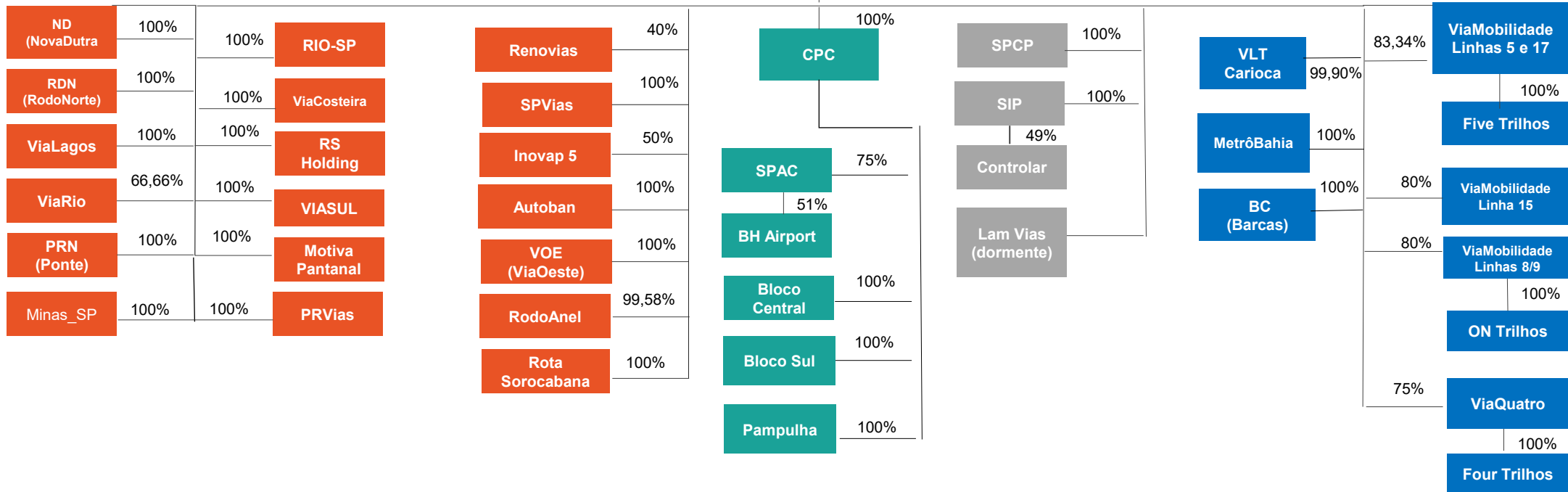
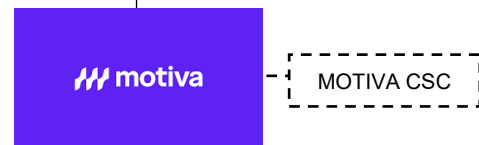
6.4 Participação em sociedades

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

ESTRUTURA SOCIETÁRIA MOTIVA

Filial MOTIVA



*As Acionistas Opper Investimentos S.A. (anteriormente denominada Soares Penido Concessões S.A.); Dois Vales Ltda. e Sou Investimentos Ltda., são consideradas, em conjunto, "Grupo Soares Penido".

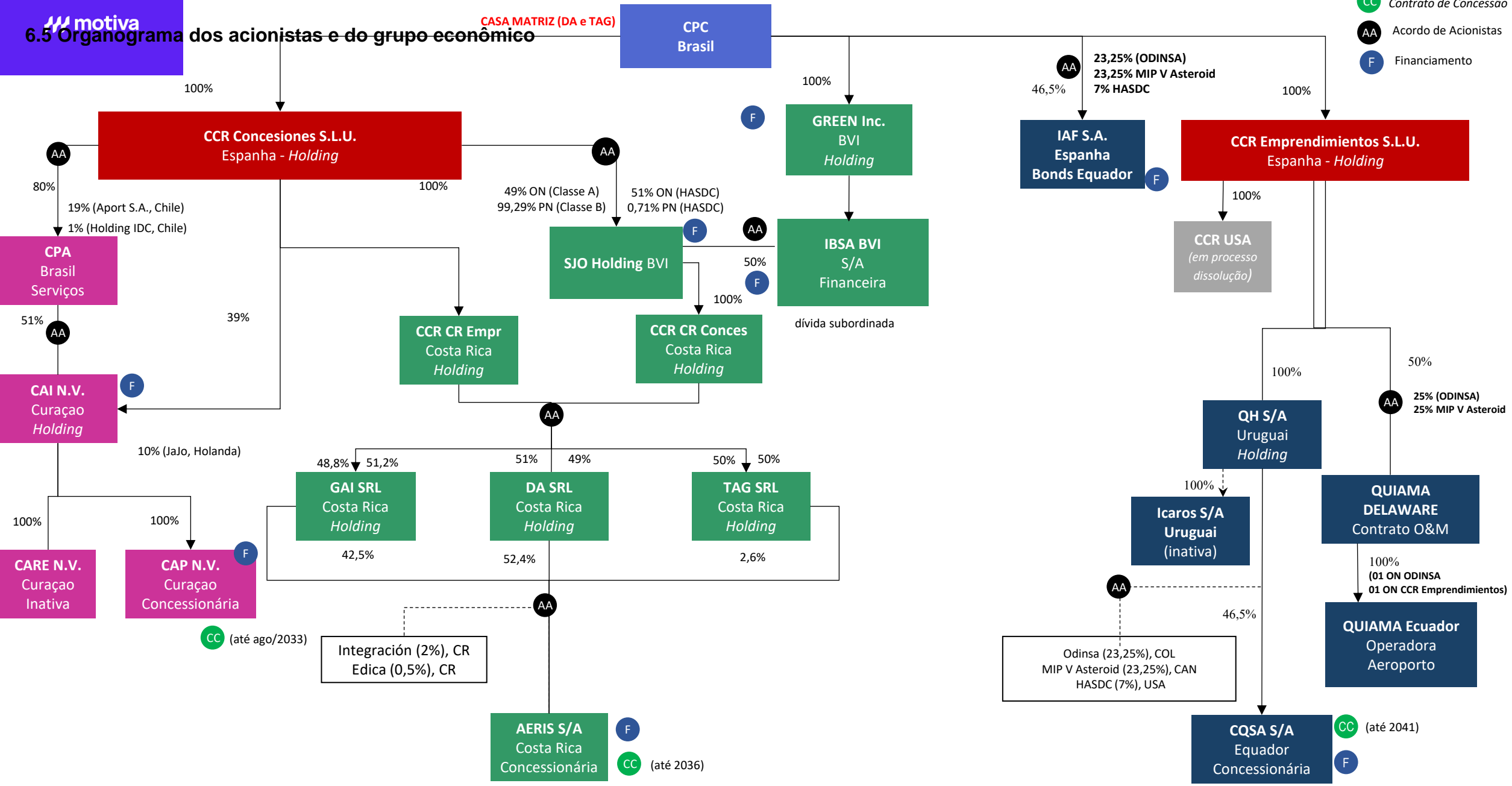
ESTRUTURA SOCIETÁRIA INTERNACIONAL AEROPORTOS

Formulário de Referência - 2026 - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA SUL-MATOGROSSENSE S.A.

Data-base Jan/26
Versão : 1
● CC Contrato de Concessão
● AA Acordo de Acionistas
● F Financiamento



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Glossário

Brasil

MOTIVA - Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

AUTOBAN - Concessionária do Sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A.

BC (antiga Barcas) - BC Concessões e Participações Ltda.

BH AIRPORT - Concessionaria do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

BLOCO CENTRAL - Concessionária do Bloco Central S.A.

BLOCO SUL - Concessionária do Bloco Sul S.A.

RIO-SP - Concessionária do Sistema Rodoviário Rio - São Paulo S.A.

CONTROLAR - Controlar S.A. - Em Liquidação

CPA - Companhia de Participações Aeroportuárias

CPC - Companhia de Participações em Concessões

FIVE TRILHOS - Five Trilhos Administração e Participações S.A.

FOUR TRILHOS - Four Trilhos Administração e Participações S.A.

ICCR - Instituto CCR

INOVAP - INOVAP 5 Administração e Participações S.A.

LAM VIAS - Lam Vias Participações e Concessões S.A.

METRÔ BAHIA - Companhia do Metrô da Bahia

Motiva Pantanal - Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

ND (antiga NovaDutra) - ND Concessões e Participações Ltda.

ON TRILHOS - ON Trilhos Administração e Participações S.A.

PAMPULHA - Concessionária do Aeroporto da Pampulha S.A.

PRN (antiga Ponte) - PRN Concessões e Participações Ltda.

Minas_SP - Autopista FERNÃO DIAS S.A.

PRVIAS - Concessionária de Rodovias PRVias S.A.

RDN (antiga RodoNorte) - RDN Concessões e Participações Ltda.

RENOVIAS - Renovias Concessionária S.A.

RODOANEL - Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

ROTA SOROCABANA - Concessionária Rota Sorocabana S.A.

RS HOLDING - RS Holding e Participações S.A.

SIP (antiga CIP) - Sociedade de Investimentos e Participações Ltda.

SPAC - Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A.

SPCP - Sociedade de Participações em Concessões Públicas Ltda.

SPVIAS - Rodovias Integradas do Oeste S.A.

VIACOSTEIRA - Concessionária Catarinense de Rodovias S.A.

VIALAGOS - Concessionária da Rodovia dos Lagos S.A.

ViaMobilidade L 05/17 - Concessionária das Linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A.

ViaMobilidade L 15 - Concessionária da Linha 15 do Metrô de São Paulo S.A.

ViaMobilidade L8/9 - Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.

VOE (antiga ViaOeste) - VOE Concessões e Participações Ltda.

VIAQUATRO - Concessionária da Linha 4 do Metrô de São Paulo S.A.

VIARIO - Concessionária Viario S.A.

VIASUL - Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.

VLT CARIOCA - Concessionária do VLT Carioca S.A.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Glossário Internacional

AERIS: Aeris Holding Costa Rica S/A (Costa Rica), antiga Alterra Partners Costa Rica S/A – **Concessionária de Aeroporto na Costa Rica**

CAI: Curaçao Airport Investment N.V. (Curaçao)

CAP: Curaçao Airport Partners N.V. (Curaçao) – **Concessionária de Aeroporto de Curaçao**

CARE: Curaçao Airport Real Estate Enterprises N.V. (Curaçao)

CCR Concesiones: CCR España Concesiones y Participaciones S.L.U. (Espanha/Madrid)

CCR CR Empr: CCR Costa Rica Emprendimientos S.A. (Costa Rica), antiga AGC Holding

CCR CR Conces: CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones S.A. (Costa Rica)

CCR Emprendimientos: CCR España Emprendimientos S.L.U. (Espanha/Madrid), antiga AG Concesiones y Participaciones S.L.

CQSA: Corporación Quiport S.A. (Equador) – **Concessionária de Aeroporto do Equador**

DA: Desarrollos de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Costa Rica)

GAI: Grupo de Aeropuertos Internacional AAH SRL (Costa Rica)

GREEN: Green Airports Inc. (BVI), antiga AGC Airports

IAF S.A: International Airport Finance S.A. (Espanha)

IBSA BVI: Inversiones Bancnat S.A. (BVI)

ICAROS: Icaros Development Corporation S.A. (Uruguai)

QH: Quiport Holdings S.A. (Uruguai)

QUIAMA Delaware: : Quito Airport Management (QUIAMA) LLC – **Contratada para prestar serviços de operação do Aeroporto de Quito**

QUIAMA ECUADOR: Quito Airport Management Ecuador QUIAMAECUADOR S.A. – **Operadora do Aeroporto de Quito**

SJO HOLDING: SJO Holding Ltd. (BVI)

TAG: Terminal Aerea General AAH SRL (Costa Rica)

CCR USA: CCR USA LLC.

6.6 Outras informações relevantes

6.6. Outras Informações Relevantes - Controle e Grupo Econômico

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrição das Principais Características dos Órgãos de Administração e do Conselho Fiscal, indicando:

(a) principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Não aplicável, uma vez que, de acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

(b) mecanismos de avaliação de desempenho:

Não aplicável, uma vez que, de acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

(c) regras de identificação e administração de conflito de interesses

Não aplicável, uma vez que, de acordo com o Anexo C da Resolução CVM nº 80, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

(d) por órgão:

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Órgãos da administração	Feminino	Masculino	Não binário*	Outros**	Prefere não responder***	Não se aplica
Diretoria	0	2	0	0	0	-
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0	-
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-	X
Conselho Fiscal - Efetivos	-	-	-	-	-	X
Conselho Fiscal - Suplentes	-	-	-	-	-	X
TOTAL=5	1	4	0	0	0	-

*Não-binário: Indivíduos que não se identificam do escopo binário de gênero (feminino ou masculino).

**Outros: Indivíduos que não se identificam com nenhuma das três opções de autodeclaração de gênero apresentadas (feminino, masculino e não binário).

***Prefere não responder: Total de membros do órgão da administração que optaram por não ter suas informações declaradas neste indicador.

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Órgãos da administração	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros*	Prefere não responder*	Não se aplica
Diretoria	0	1	0	0	0	0	1	-
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0	-
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-	-	-	X
Conselho Fiscal - Efetivos	-	-	-	-	-	-	-	X
Conselho Fiscal - Suplentes	-	-	-	-	-	-	-	X
TOTAL=5	0	4	0	0	0	0	1	-

*Outros: indivíduos que não se identificam com nenhuma das cinco opções de autodeclaração de raça/cor/etnia definidas pelo IBGE.

**Prefere não responder: Total de membros do órgão da administração que optaram por não ter suas informações declaradas neste indicador.

(iii) número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

Órgãos da administração	Pessoa com deficiência	Pessoa sem deficiência	Prefere não responder*	Não se aplica
Diretoria	0	2	0	-
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	-
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	X
Conselho Fiscal - Efetivos	-	-	-	X
Conselho Fiscal - Suplentes	-	-	-	X
TOTAL=5	0	5	0	-

*Prefere não responder: Total de membros do órgão da administração que optaram por não ter suas informações declaradas neste indicador.

(iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade e o emissor entenda relevantes

A Companhia entende que todos os atributos de diversidade relevantes foram divulgados nos itens acima.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(e) se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

As indicações para os órgãos da administração devem considerar, a diversidade de uma forma geral, como a de gênero, idade, formação acadêmica e experiência profissional, bem como a complementariedade de competências e disponibilidade de tempo para o exercício da função. A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado, portanto, este item é não aplicável.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Motiva, a qual a Motiva Pantanal faz parte, em sua busca pela liderança no setor de mobilidade, definiu a sustentabilidade como um dos pilares fundamentais de sua estratégia, com foco na criação de valor de longo prazo.

No que se refere aos temas materiais ESG, compete ao Conselho de Administração da Motiva ("CA-Motiva"), por exemplo, aprovar o Relatório de Sustentabilidade, monitorar e antecipar tendências em temas globais de ESG, identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem da Motiva e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Mudanças Climáticas é um destes temas materiais para a Companhia.

Cabe ao Comitê de Pessoas e ESG ("CP&ESG") avaliar e recomendar ao CA-Motiva a proposta da Motiva para a Estratégia de Sustentabilidade, que contempla as ações da Motiva voltadas para as questões ambientais (que engloba a agenda climática), sociais e de governança pertinentes aos seus negócios, bem como monitorar o seu cumprimento, apresentando ao CA-Motiva eventuais recomendações de alterações ou medidas adicionais necessárias.

Os riscos de Mudanças Climáticas mapeados seguem o mesmo método de gerenciamento de riscos aplicado para todos os riscos corporativos da Motiva, podendo gerar diferentes impactos de curto, médio e longo prazo, e sua evolução é acompanhada por meio de relatórios e avaliações do Comitê de Auditoria, Riscos e Compliance ("CAC"), que atua orientado pela Política de Gerenciamento de Riscos.

Em 2024, o risco de mudanças climáticas, combinado com a ocorrência do fenômeno El Niño, influenciou a intensidade das chuvas no estado do Rio Grande do Sul e impactou adversamente as operações da Motiva. A integração da gestão de riscos corporativos com a análise de riscos climáticos em diferentes horizontes temporais permite uma resposta proativa a eventos extremos, fortalecendo a resiliência da empresa diante de adversidades climáticas.

Os compromissos climáticos da Motiva são monitorados e reportados ao mercado anualmente, através do Relatório de Sustentabilidade, e impactam diretamente a remuneração variável dos executivos da Motiva.

No início de 2026, a área de Sustentabilidade da Motiva passou a fazer parte da estrutura da Vice-Presidente de Pessoas, Desenvolvimento Organizacional e Sustentabilidade, com reportes periódicos ao CP&ESG e CA-Motiva, reforçando a relevância da agenda para a tomada de decisões estratégicas, tendo as mudanças climáticas entre seus principais temas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	2	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	1	4	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	1	0	0	0	0	1
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	0	4	0	0	0	0	1

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	3	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 5	0	5	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (a) *órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração***
- (b) *de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***
- (c) *se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração***

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome ANGELO LUIZ LODI **CPF:** 666.536.066-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/03/1964

Experiência Profissional: Sr. Lodi, é Diretor de Engenharia e Implantação da CCR Rodovias e ainda Diretor das Concessionárias CCR Rodoanel, CCR RioSP, AutoBAn, MSVia, ViaSul, ViaCosteira, RDN,SPVias e Diretor de Engenharia na CCR SPVias e na RDN. Atua no grupo CCR desde 2020, com início de suas atividades no desenvolvimento de novos negócios no modal aeroportuário. Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG e Administração de Empresas pela universidade FUMEC. Possui pós-graduação na área de Gestão de Projetos pela USP e FGV e formação no programa internacional AMP pela IESE Business School de Barcelona.

Eu, Angelo Luiz Lodi, eleito para o cargo de Diretor, declaro, para todos os fins de direito que (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	15/04/2024	1ª RCA após AGO 2025	Outros Diretores	Diretor da Companhia	15/04/2024		15/04/2024
Diretoria	14/03/2025	1ª RCA após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor da Companhia	14/03/2025		15/04/2024

Nome EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO **CPF:** 148.195.698-13 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 25/07/1974

Experiência Profissional: O Sr. Eduardo é Diretor e Presidente do Conselho de Administração da Companhia e, ainda, é Diretor Vice-Presidente de Negócios da CCR S.A. desde 02/08/2019, Diretor Presidente da CCR Rodovias. Trabalha no Grupo CCR desde 2000, com início das suas atividades na área Financeira do Centro Corporativo com atuação como Tesoureiro e na área de Relações com Investidores. Posteriormente, atuou na área de Novos Negócios, onde trabalhou no desenvolvimento do mercado de concessões dos Estados Unidos estando por dois anos à frente do escritório da CCR em Miami. Entre 2009 e 2017 exerceu funções de Relações Institucionais, Diretor e Diretor Presidente na CCR ViaOeste e CCR RodoAnel Oeste. Em julho/2017 assumiu a posição de Diretor para América Latina e Caribe da Divisão de Aeroportos da CCR e a partir de setembro/2018 assumiu a Presidência da referida Divisão. De agosto/2019 assumiu a presidência da Divisão CCR LAM Vias até junho/2022 quando houve a consolidação das duas divisões de Rodovias na CCR Rodovias. Formou-se em Engenharia de Produção pela FEI, com pós-graduação em Finanças pelo IBMEC.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	15/04/2024	RCA após AGO 2026	Presidente do Conselho de Administração		15/04/2024	Sim	21/11/2019

Nome JOSIANE CARVALHO DE ALMEIDA **CPF:** 083.040.867-35 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 07/09/1978

Experiência Profissional: Sra. Josiane, é economista, formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Membro Efetivo do Conselho de Administração das empresas do Grupo CCR, as quais: MSVia, AutoBAn, RodoAnel Oeste, SPVias, ViaOeste, ViaLagos, RS Holding, ViaSul, ViaCosteira, Rio-SP, ViaRio e Renovias, e ainda Diretora das empresas CCR ViaOeste, ND Concessões e PRN Concessões. Atua no Grupo CCR desde 2012, com início de suas atividades como Superintendente de Novos Negócios.

Eu, Josiane Carvalho de Almeida, eleita para o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração, declaro, para todos os fins de direito que (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeita aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM Nº 50, de 31 de agosto de 2021 ("Resolução CVM Nº 50").

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	15/04/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		15/04/2024	Sim	15/04/2024

Nome NELSON SOARES NETO **CPF:** 269.307.788-50 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 26/10/1977

Experiência Profissional: O Sr. Neto, é Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia. É formado em Engenharia Civil pela PUC-Campinas e tem MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Possui 22 anos de experiência profissional no ramo de concessões rodoviárias, tendo atuado em diversas áreas da engenharia, conservação e gestão. Na Motiva, já trabalhou na Renovias, AutoBAN, RodoAnel e ocupava a cadeira de Gerente Executivo de Pavimento da plataforma Rodovias, com abrangência a todas as unidades do grupo Motiva.

Eu, Nelson Soares Neto, declaro, para todos os fins de direito que (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/08/2025	1ª RCA após AGO 2027	Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores		12/08/2025		12/08/2025

Nome ROBERTO PENNA CHAVES NETO **CPF:** 070.803.997-93 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 19/02/1972

Experiência Profissional: Roberto Penna Chaves Neto - 070.803.997-93

Nascido em 19 de fevereiro de 1972, o Sr. Roberto Penna é Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais e integra a Diretoria da Companhia desde 01/07/2019, após ter ocupado o cargo de Superintendente Jurídico da Companhia desde 2015. Trabalha no Grupo CCR desde 2011, onde iniciou sua trajetória como Gestor Jurídico da CCR Actua. Anteriormente, trabalhou nos escritórios Fialdini Penna Tilkian Advogados, como sócio fundador de 2005/2011 e como advogado no Wald e Associados Advogados de 1993/2005. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1996, com pós-graduação em Direito da Economia e da Empresa pela Fundação Getúlio Vargas em 2001. Também é membro efetivo do Conselho de administração das seguintes empresas do Grupo CCR: ViaOeste, MSVia, ViaLagos, ViaSul, ViaCosteira, ViaRio e Renovias.

Eu, Roberto Penna Chaves Neto, declaro, para todos os fins de direito que (i) nos últimos 5 anos, não estive sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhum processo administrativo ou pena aplicada perante a CVM, Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privativos, nenhuma condenação transitada em julgado, seja na esfera judicial ou administrativa, a qual tenha me impossibilitado ou impedido de exercer atividade profissional ou comercial; e (ii) não sou considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	15/04/2024	AGO 2026	Conselho de Administração (Efetivo)		15/04/2024	Sim	05/04/2021

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois a Companhia não possui comitês.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 80/22”), conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 80/22”), conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

7.7 Acordos/seguros de administradores

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 Outras informações relevantes

Relação das Assembleias da Companhia realizadas nos últimos 3 anos e no exercício social corrente, até a data de apresentação do presente Formulário de Referência:

Data	12/04/2023
Tipo de Assembleia	Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,0%
Data	15/04/2024
Tipo de Assembleia	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,0%
Data	12/03/2025
Tipo de Assembleia	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,0%
Data	18/06/2025
Tipo de Assembleia	Assembleia Geral Extraordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,0%
Data	07/04/2026
Tipo de Assembleia	Assembleia Geral Ordinária
Instalação em segunda convocação	Não
Quórum de instalação	100,0%

8.1 Política ou prática de remuneração

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
Esclarecimento	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.		O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	738.504,22	0,00	738.504,22
Benefícios direto e indireto	0,00	255.972,96	0,00	255.972,96
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	545.845,44	0,00	545.845,44
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	46.015,06	0,00	46.015,06
Descrição de outras remunerações variáveis		O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	125.480,70	0,00	125.480,70
Observação	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.		
Total da remuneração	0,00	1.711.818,38	0,00	1.711.818,38

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,90	0,00	0,90
Esclarecimento	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.		O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	248.468,39	0,00	248.468,39
Benefícios direto e indireto	0,00	22.102,92	0,00	22.102,92
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	
Total da remuneração	0,00	270.571,31	0,00	270.571,31

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.?	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	0	0		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	0	0	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.?	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.	
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			0	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros deste órgão foi apurado da forma especificada no Ofício Circular CVM/SEP.			
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

8.3 Remuneração variável

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.7 Opções em aberto

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.10 Outorga de ações

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.11 Ações entregues

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.12 Precificação das ações/opções

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.13 Participações detidas por órgão

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.14 Planos de previdência

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

De acordo com o Anexo C da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM nº 80/22”), conforme alterada, este campo é facultativo para a Companhia, tendo em vista a mesma ser registrada na categoria B.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto, em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Exercício a ser encerrado em 31/12/2026	0%	17,75%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2025	0%	4,25%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2024	0%	0%	0%
Exercício encerrado em 31/12/2023	0%	0%	0%

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)**31/12/2026****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	9.646.106,85	9.646.106,85
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2025**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	6.367.828,34	6.367.828,34
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2024**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	9.234.825,36	9.234.825,36
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

31/12/2023**Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	9.464.648,84	9.464.648,84
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Conselho fiscal	Diretoria Estatutária	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Outras Informações Relevantes

Com relação ao item 8.2 deste Formulário de Referência, esclarecemos que, em linha com o entendimento proferido pelo Colegiado no âmbito do Processo nº 19957.007457/2018-10, o qual foi refletido em orientação prevista no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, divulgado anualmente, o valor total da remuneração dos administradores dos exercícios sociais de 2025, 2024 e 2023 e a previsão para o exercício social em 2026, que será suportada pela controladora da Companhia, conforme indicado no item 8.19 deste Formulário de Referência, não leva em consideração os encargos sociais de ônus da Companhia, na qualidade de empregadora.

Nos termos do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP, a Companhia apresenta abaixo, para os três últimos exercícios sociais, as memórias de cálculo do número de membros de cada órgão da sua administração apresentados ao longo do item 8.2 deste Formulário de Referência, correspondente à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Conselho de Administração		Diretoria	
Mês	Número de Membros	Mês	Número de Membros
Janeiro	3,00	Janeiro	3,00
Fevereiro	3,00	Fevereiro	3,00
Março	3,00	Março	3,00
Abril	3,00	Abril	3,00
Maio	3,00	Maio	3,00
Junho	3,00	Junho	3,00
Julho	3,00	Julho	3,00
Agosto	3,00	Agosto	3,00
Setembro	3,00	Setembro	3,00
Outubro	3,00	Outubro	3,00
Novembro	3,00	Novembro	3,00
Dezembro	3,00	Dezembro	3,00
Média	3,00	Média	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Conselho de Administração

Diretoria

8.20 Outras informações relevantes

Mês	Número de Membros	Mês	Número de Membros
Janeiro	3,00	Janeiro	3,00
Fevereiro	3,00	Fevereiro	3,00
Março	3,00	Março	3,00
Abril	3,00	Abril	3,00
Maio	3,00	Maio	3,00
Junho	3,00	Junho	3,00
Julho	3,00	Julho	3,00
Agosto	3,00	Agosto	3,00
Setembro	3,00	Setembro	3,00
Outubro	3,00	Outubro	3,00
Novembro	3,00	Novembro	3,00
Dezembro	3,00	Dezembro	3,00
Média	3,00	Média	3,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Conselho de Administração		Diretoria	
Mês	Número de Membros	Mês	Número de Membros
Janeiro	3,00	Janeiro	3,00
Fevereiro	3,00	Fevereiro	3,00
Março	3,00	Março	3,00
Abril	3,00	Abril	3,00
Maio	3,00	Maio	3,00
Junho	3,00	Junho	3,00
Julho	3,00	Julho	3,00
Agosto	3,00	Agosto	3,00
Setembro	3,00	Setembro	3,00
Outubro	3,00	Outubro	3,00
Novembro	3,00	Novembro	3,00
Dezembro	3,00	Dezembro	3,00
Média	3,00	Média	3,00

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
07/06/2022	01/01/2022		
Descrição dos serviços prestados			
<p>A contratação dos serviços dos Auditores Independentes foi aprovada pelo Conselho de Administração da CCR, em 07/04/2022, para a prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2022 a 2026, sendo que a contratação dos serviços formalizada em 07/06/2022 e o início das atividades ocorreu em 29/03/2022.</p> <p>Os Auditores Independentes prestaram serviços de auditoria independente, relacionados a emissão das demonstrações financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, com a finalidade de emissão de um parecer contemplando o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira. Adicionalmente, os auditores independentes foram contratados para as revisões das informações trimestrais individuais de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2023.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
No último exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2023, os auditores independentes receberam da Companhia honorários que totalizaram o valor de R\$ 513.527,07 referentes a serviços de auditoria descritos acima.			
Justificativa da substituição			
Firma de auditoria substituída por Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. a partir das informações trimestrais referentes ao segundo trimestre do exercício social de 2024 para rotatividade dos auditores, prevista no artigo 31 da Resolução CVM 23/21.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável.			

Código CVM do Auditor	011274		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
Grant Thornton Auditores Independentes Ltda	Juridica	10.830.108/0001-65	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
13/06/2024	01/04/2024		
Descrição dos serviços prestados			
<p>A contratação dos serviços dos Auditores Independentes foi aprovada pelo Conselho de Administração da Motiva, em 28/06/2024, para a prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2024 a 2026, sendo a contratação dos serviços formalizada em 13/06/2024 e o início das atividades ocorreu em 01/04/2024. Os Auditores Independentes prestaram serviços de auditoria independente, relacionados a emissão das demonstrações financeiras individuais do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de emissão de um parecer contemplando o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e a sua adequação com as posições patrimonial e financeira. Adicionalmente, os auditores independentes foram contratados para as revisões das informações trimestrais individuais de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025.</p>			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			

No último exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2025, os auditores independentes receberam da Companhia honorários que totalizaram o valor de R\$ 209.056,72 referentes a serviços de auditoria descritos acima.
Justificativa da substituição
Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa
Não aplicável.

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.

A fim de evitar a existência de conflito de interesses ou a perda de independência e objetividade dos auditores independentes na contratação, pela Companhia ou pessoas de seu grupo econômico, de serviços além da auditoria, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho de Administração e Respectivos Comitês de Assessoramento da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva"), controladora da Companhia, compete ao Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos Estatutário ("CAC") da Motiva, opinar sobre a contratação e destituição do auditor externo para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, bem como supervisionar as atividades dos auditores internos e externos, a fim de avaliar sua independência, a qualidade e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia, devendo para tanto: (a) revisar os princípios contábeis utilizados e suas eventuais alterações; (b) monitorar exposição a respeito de riscos identificados ou potenciais, cujo acompanhamento ou supervisão seja, direta ou indiretamente (por meio da auditoria interna ou externa), de competência do CAC da Motiva e possam gerar exposição a riscos significativos para a Motiva e a Companhia; e (c) reunir-se, ao menos, trimestralmente com auditores internos e externos.

Adicionalmente, a análise da independência dos auditores independentes é verificada no momento de sua contratação ou avaliação de sua destituição, pelo Conselho de Administração, pela Diretoria e pela área de Controladoria da Motiva.

Por fim, a Companhia ressalta, ainda, que a contratação do auditor externo para a realização de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço, deverá observar o disposto na NOR 042 – Norma de Contratação de Auditoria Independente, a qual determina que a empresa de auditoria independente, no momento de sua contratação e durante toda a vigência do contrato, deverá manter completa independência em relação a Motiva e suas controladas. Nos termos da referida norma, entende-se por independência a não aquisição ou manutenção títulos ou valores mobiliários de emissão da Motiva, suas controladas, controladoras ou integrantes de um mesmo grupo econômico e/ou prestar serviços de consultoria que possam caracterizar perda da sua objetividade e independência.

9.4 Outras informações relevantes

9.4. Outras Informações Relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10. Recursos Humanos

10.1. Descrição dos Recursos Humanos

(a) número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem:

- i. identidade autodeclarada de gênero**
- ii. identidade autodeclarada de cor ou raça**
- iii. faixa etária**
- iv. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável**
- v. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes**

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80..

(b) número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

(c) índice de rotatividade

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

10.5 Outras informações relevantes

10.5. Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 10 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1. Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas Guariroba S.A.	01/12/2025	4.858,18	0	-4.858,18	N/A	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Fornecimento de água para postos de trabalho (base de apoio), e atualização da viabilidade de rede de água e esgoto da Sede Administrativa. Saldo atualizado em 31/03/2025 de montante envolvido: R\$ 1.216,80.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Abastecimento de água.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas Guariroba S.A.	10/12/2025	13.137,66	9.408,06	13.137,66	N/A	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Ocupação da faixa, água e esgoto.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Abastecimento de água.					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Auren Comercializadora de Ener	05/11/2025	1.107,40	0	-1.107,40	N/A	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Fornecimento de energia elétrica.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
AutoBan	21/03/2025	3.606,61	0	3.606,61	1 mês após a emissão	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Nota de Débito - Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores. Saldo atualizado em 31/03/2025 com montante envolvido de R\$ 3.606,61.					
Garantia e seguros	Não há previsão de garantias ou seguros.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itau Unibanco S.A.	23/01/2026	15.992.441,56	0	-15.992.441,56	N/A	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Comissão na emissão de debentures.					
Garantia e seguros	Não há previsão de garantia.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Despesas de prestação de garantias em emissão de dividas					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itau Unibanco S.A.	31/12/2025	933,01	0	933,01	Indeterminada	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Rendimento de aplicação financeira					
Garantia e seguros	"Não há previsão de garantia"					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itau Unibanco S.A.	31/12/2024	987.596,94	0	-987.596,94	N/A	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum.					
Objeto contrato	Despesas bancárias					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itau Unibanco S.A.	31/12/2025	23.835.924,40	23.835.924,40	23.835.924,40	Indeterminada	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	"Banco conta corrente - 0912 - 01482-6 8541-28446-2 8541-28447-0 8541-28448-8 Saldo atualizado em 31/03/2026: R\$ 10.691.270,47"					
Garantia e seguros	"Não há previsão de garantia"					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itaú Vida E Previdência S.A.	15/12/2025	133.649,84	33.780,66	-133.649,84	N/A	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Benefício da previdência privada de colaboradores ativos e desligados.					
Garantia e seguros	"Não há previsão de garantia"					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Motiva infraestrutura de Mobilidade S.A.	30/07/2025	1.015.746,22	0	-1.015.746,22	N/A	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Nota de débito - Ressarcimento referente a custos relacionado a remuneração da B3 - intermediação de leilão					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Motiva infraestrutura de Mobilidade S.A.	29/12/2025	4.929.913,96	4.929.913,96	-4.929.913,96	1 mês após a emissão	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Nota de Débito - Refere-se a ressarcimento de custos com consultorias.					
Garantia e seguros	Não há previsão de garantias ou seguros.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Motiva infraestrutura de Mobilidade S.A.	16/12/2025	40.505.402,25	49.889.570,12	-40.505.402,25	1 mês após a emissão	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Nota de Débito - Refere-se aos serviços prestados pelo CSC a empresa do Grupo e refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores. Saldo em 31/03/2026: R\$ 51.714.376,08. Montante envolvido em 31/03/2026: R\$ 15.374.318,72.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	"Nota de débito é um relacionamento interno entre as empresas do Grupo para efetuar pagamento/recebimento sem emitir uma nota fiscal. A emissão da nota de débito ocorre quando é feita prestação de serviço (contabilidade, fiscal, jurídico, financeiro e demais áreas prestadoras de serviços) efetuada um serviço as empresas do grupo."					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Motiva infraestrutura de Mobilidade S.A.	05/09/2025	3.626.319,64	18.871.741,94	-3.626.319,64	N/A	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Contrato de contragarantia prestada pela Motiva S.A. em favor da Contratante. A Contratante deverá à Motiva S.A. a remuneração correspondente a 0,8% a.a. pela fiança prestada. Saldo em 31/03/2026: R\$ 19.511.960,89. Montante envolvido em 31/03/2026: 640.218,95					
Garantia e seguros	Não há previsão de garantia.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Motiva infraestrutura de Mobilidade S.A.	17/12/2025	13.743,66	69.540,61	13.743,66	1 mês após a emissão	
Relação com o emissor	Controladora					
Objeto contrato	Nota de Débito - Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores.					
Garantia e seguros	Não há previsão de garantias ou seguros.					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
PORTO SEGURO C. DE S. GERAIS	12/03/2025	522.630,64	0	-522.630,64	N/A	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	Indenização Cível_Processos nº. 0836321-22.2022.8.12.0001 e 0822552-10.2023.8.12.0001					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Ticket Serviços S.A.	19/12/2025	5.817.780,93	5.848,13	-5.817.780,93	30/03/2026	
Relação com o emissor	Sociedade sob Controle Comum					
Objeto contrato	1.1 O presente contrato tem por objeto dispor sobre as condições gerais da prestação de serviço de implantação e gerenciamento pela Ticket à Empresa dos produtos Ticket, conforme contratado no formulário e firmado pelas partes.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	"3.1 A TICKET por força deste contrato obriga-se a: a) Fornecer à EMPRESA o CARTÃO RH®, na quantidade requisitada, juntamente com a respectiva SENHA e folheto de utilização do CARTÃO RH®, no prazo de até 7 (sete) dias úteis contados da data do recebimento da solicitação do pedido pela TICKET. b) Substituir, o CARTÃO RH®, caso este apresente defeito, ou por eventual dano involuntário, extravio, roubo ou furto, no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados da data da realização do pedido de emissão do novo CARTÃO RH® ELETRÔNICO;"					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 (N / O) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

n) Medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses.

Seguindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Motiva e de suas controladas, incluindo suas concessionárias ("Política"), sempre que for identificada uma transação com parte relacionada, e um potencial conflito de interesse, a pessoa envolvida (administrador, pessoa-chave da administração ou colaborador) deve avisar imediatamente sobre o impedimento e se afastar de quaisquer atos relacionados à negociação e aprovação da transação, para garantir que a análise e a decisão ocorram com independência e imparcialidade. Se o conflito não for declarado espontaneamente, qualquer pessoa que tenha conhecimento da situação deve informar a área de governança ou de compliance, para que as providências cabíveis sejam adotadas. Assim, quando aplicável, fica assegurado que participantes em situação de conflito se declarem impedidos e não participem das discussões e deliberações pertinentes. Compete ao Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos (comitê 100% independente) a avaliação da aderência de Transações Relevantes com as Partes Relacionadas dos acionistas do bloco de controle da Motiva, observadas as disposições da Política aplicáveis à Motiva e às suas controladas, incluindo suas concessionárias. Para fins de identificação prévia das relações de parte relacionada, os acionistas signatários de acordos de acionistas da Motiva ou de qualquer controlada, bem como o pessoal-chave da administração, preenchem, regularmente, em sistema específico conectado à central de cadastros, o formulário de partes relacionadas, indicando suas partes relacionadas.

A Política veda expressamente, em qualquer circunstância, a celebração de transações em condições diversas das de mercado, com a participação de pessoas em situação de conflito, decorrentes do uso de informações confidenciais, em prejuízo da Motiva ou de suas controladas, incluindo suas concessionárias, em desconformidade com os limites previstos nos documentos societários ou consistentes em empréstimos em favor do controlador e dos administradores.

o) Demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.

As transações entre partes relacionadas da Motiva e/ou de suas controladas, incluindo suas concessionárias, devem acontecer em condições estritamente comutativas, alinhadas às práticas de mercado, com transparência e sempre no melhor interesse da Motiva e de suas controladas. Para demonstrar que as condições pactuadas são comutativas, o responsável pela contratação deverá demonstrar (i) o interesse negocial da Motiva ou da respectiva controlada/concessionária na transação, (ii) que a transação observa os requisitos estabelecidos na política de compras aplicável, esclarecendo se houve processo competitivo para a referida contratação, com um resumo do processo concorrencial e proposta técnica e comercial da empresa vencedora, se aplicável; (iii) informações sobre as potenciais contrapartes na transação; e (iv) o montante da transação e o prazo previsto, submetendo-a às instâncias de aprovação competentes, conforme as alçadas e regras de governança aplicáveis, com análise independente de termos e condições. Por fim, toda a documentação de suporte é registrada e arquivada para garantir rastreabilidade, monitoramento e a possibilidade de reavaliação periódica.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

A Política veda transações com partes relacionadas em várias hipóteses, tais como, se realizadas em condições diferentes das de mercado (negociais ou financeiras) que prejudiquem os interesses da Motiva ou de suas controladas, incluindo suas concessionárias; quando houver participação de pessoa-chave ou colaboradores com interesses conflitantes com os interesses da Motiva ou de suas controladas; quando decorrerem do uso de informações confidenciais obtidas pela contraparte por qualquer meio; quando favorecerem qualquer de suas partes relacionadas em prejuízo da Motiva ou de suas controladas; e quando não observarem limites previstos nos normativos da Motiva ou de suas controladas.

A demonstração do caráter comutativo ou, conforme o caso, do pagamento compensatório adequado, é realizada por operação ou grupo de operações de mesma natureza, conforme detalhado na tabela abaixo, a qual indica, para cada grupo de transações, as bases concretas de comparação utilizadas e os mecanismos de governança aplicáveis:

Tipo de transação	Medidas
Reembolso de encargos trabalhistas (cessão de empregados)	Operações em que profissionais alocados em determinada sociedade do grupo prestam serviços em benefício de outra sociedade do grupo. O reembolso corresponde exclusivamente ao custo efetivamente incorrido pela cedente com salários, encargos sociais, benefícios e tributos diretamente atribuíveis ao período cedido, sem aplicação de qualquer margem ou remuneração adicional, observada folha de pagamento e respectiva memória de cálculo. A comutatividade decorre da equivalência exata entre o desembolso da cedente e o reembolso recebido, sem geração de resultado positivo ou negativo entre as partes.
Benefícios de previdência privada	Contribuições devidas por sociedades do grupo ao plano de previdência privada complementar patrocinado em benefício de administradores e colaboradores. As contribuições observam o regulamento do plano, as condições de paridade fixadas para todos os participantes do mesmo perfil e a regulamentação previdenciária aplicável. A comutatividade é assegurada pela aplicação uniforme das regras do plano a todos os participantes, sem condições preferenciais.
Contratação de bens e serviços	Aquisição de bens e contratação de serviços junto a partes relacionadas, submetida aos requisitos mínimos da Política de Compras. Quando há fornecedores compatíveis disponíveis, é realizado processo de concorrência para balizar as condições de mercado, e a contratação só ocorre se os termos negociados forem, no mínimo, equivalentes àqueles oferecidos por terceiros independentes. Na ausência de processo concorrencial, são apresentadas evidências objetivas de compatibilidade com o mercado, tais como cotações, contratos similares firmados anteriormente com terceiros não relacionados ou pareceres

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Tipo de transação	Medidas
	técnicos independentes. Todas as contratações são formalizadas em contrato escrito que contempla preço, prazo, garantias de execução, impostos, exclusividade, condições de subcontratação, direitos e responsabilidades.
Serviços públicos e tarifas reguladas	Operações relativas a serviços públicos prestados ou utilizados pela Companhia ou por suas controladas em que o preço é integralmente determinado por tarifa homologada pelo poder concedente ou por agência reguladora competente, sem espaço para negociação de preço. A comutatividade é objetivamente demonstrada pela aplicação da tarifa pública vigente, idêntica à praticada com qualquer outro usuário do mesmo perfil.
Operações societárias	Os Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital - AFACs realizados entre sociedades do grupo ou com seus acionistas observam as disposições do Estatuto Social, dos acordos de acionistas, da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM. As condições aplicáveis aos AFACs são estabelecidas nos respectivos instrumentos e refletem critérios comutativos e condições equitativas, levando em consideração as circunstâncias específicas de cada operação.
Serviços bancários	Serviços bancários ordinários (" <u>produtos de prateleira</u> ") contratados junto a instituições financeiras consideradas partes relacionadas, sob precificação padronizada disponível à generalidade dos clientes do mesmo perfil e nas margens de negociação habitualmente praticadas pela instituição com clientes não relacionados. A comutatividade é demonstrada pela equivalência das condições às praticadas pela instituição com sua clientela em geral. Tais operações enquadram-se na hipótese de isenção prevista em item específico da Política, sem prejuízo do monitoramento periódico pelo CAC.
Endividamento intragrupo (mútuos)	Operações de mútuo entre sociedades do grupo, contratadas em condições alinhadas à Política Financeira. A remuneração da tomadora é fixada em taxa, no mínimo, equivalente ao custo de captação da mutuante em operações de prazo e perfil de risco comparáveis, observados o perfil de risco da contraparte e os parâmetros de <i>duration</i> , indexador e garantia aplicáveis. Quando exigida garantia corporativa, é cobrada a Comissão de Fiança Corporativa nos termos da Política Financeira. A comutatividade é demonstrada pela comparação objetiva da taxa pactuada com taxas de captação praticadas no mercado em operações equivalentes.

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Tipo de transação	Medidas
Centro de Serviços Compartilhados (CSC)	Serviços corporativos e de <i>backoffice</i> prestados, de forma centralizada, por sociedade do grupo às demais sociedades (contabilidade, fiscal, recursos humanos, tecnologia da informação, jurídico, suprimentos, entre outros). Os custos são apurados periodicamente e rateados entre as sociedades beneficiárias com base em critérios objetivos de utilização (<i>drivers</i>), aprovados pela administração, sem aplicação de margem. A comutatividade decorre da apropriação proporcional do custo efetivo do serviço a cada beneficiária, em condições não onerosas para as partes.
Repasses operacionais (<i>pass-through</i>)	Repasse, entre sociedades do grupo, de receitas e despesas que, por sua natureza, devam ser alocadas a sociedade distinta daquela em que originalmente registradas (p. ex., tributos, taxas regulatórias, despesas operacionais compartilhadas). O repasse é realizado pelo valor exato do item repassado, mediante documentação suporte, sem geração de resultado entre as partes, o que assegura a estrita comutatividade.
Operações originalmente não relacionadas	Contratos firmados pela Companhia ou por suas controladas com contrapartes que, à época da contratação, não se qualificavam como partes relacionadas, e que passaram a ostentar tal qualificação em razão de evento societário superveniente. As condições originais permanecem inalteradas e refletem as efetivamente negociadas em ambiente de independência, observadas as condições de mercado vigentes à época. Aditamentos ou prorrogações posteriores ao enquadramento como parte relacionada passam a observar integralmente os procedimentos da Política.
Instituto Motiva	Contribuições e apoios financeiros destinados ao Instituto Motiva, entidade sem fins lucrativos vinculada à estratégia de investimento social privado do Grupo. As contribuições observam o orçamento aprovado pelos órgãos competentes, a política de investimento social privado e a regulamentação aplicável às doações e ao terceiro setor, sendo formalizadas em instrumento específico que delimita finalidade, prestação de contas e mecanismos de governança. Por sua natureza (doação a entidade sem fins lucrativos), a operação não envolve contraprestação econômica direta à Companhia; o pagamento compensatório adequado consiste no cumprimento integral, pelo Instituto, da finalidade social pactuada, monitorado pela área responsável.
Contratos técnicos específicos	Contratos celebrados com partes relacionadas que envolvem prestação de serviços técnicos especializados (p. ex., engenharia, projeto, operação e manutenção de ativos, consultoria técnica), nos quais, em razão da especificidade do objeto, a comparabilidade com terceiros independentes é limitada. Nesses casos, a

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Tipo de transação	Medidas
	comutatividade é demonstrada mediante (i) contratação fundamentada em proposta técnica e comercial detalhada; (ii) análise de cotações ou referências de mercado disponíveis para serviços comparáveis; (iii) avaliação por empresa especializada e independente, quando aplicável; e (iv) aprovação pelos órgãos competentes, com manifestação prévia do CAC quando a operação se enquadrar como Transação Relevante.

11.3 Outras informações relevantes

11.3. Outras informações relevantes

As informações que a Companhia julga relevantes sobre este tópico foram apresentadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/06/2025		1.456.422.328,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.456.422.328	0	1.456.422.328	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/06/2025		14.564.223,28	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.456.422.328	0	1.456.422.328	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
18/06/2025		1.456.422.328,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
1.456.422.328	0	1.456.422.328	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Direitos de cada classe e espécie de ação emitida por emissores estrangeiros e regras do país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures
Data de emissão	15/12/2025
Data de vencimento	15/12/2030
Quantidade	1.400.000
Valor nominal global R\$	1.400.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.400.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a" da Resolução CVM 160, as Debêntures apenas poderão ser destinadas para Investidores Profissionais, observado que as Debêntures poderão ser revendidas nos mercados regulamentados de valores mobiliários para (i) livremente entre Investidores Profissionais; (ii) Investidores Qualificados após decorridos 6 meses da data de encerramento da Oferta; e (iii) o público investidor em geral após decorrido 1 ano da data de encerramento da Oferta, conforme disposto no artigo 86, inciso II da Resolução CVM 160, condicionado, ainda, ao cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A hipótese e cálculo do valor de resgate, encontram-se descritas no quadro 12.9 deste Formulário de Referência.
Características dos valores mobiliários de dívida	As características dos valores mobiliários de dívida, encontram-se descritas no quadro 12.9 deste Formulário de Referência.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As condições para alteração dos direitos assegurados pelas debêntures encontram-se descritas no quadro 12.9 deste Formulário de Referência.
Outras características relevantes	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição. Outras características relevantes das debêntures, incluindo, sem limitação, acerca do cálculo da remuneração aplicável às debêntures, encontram-se descritas no quadro 12.9 deste Formulário de Referência.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	30	0	306

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As debêntures em circulação emitidas pela Companhia foram depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela B3 – Brasil, Bolsa e Balcão (“**B3**”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente e custodiadas eletronicamente na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que a Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 – Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Este item é de preenchimento facultativo para companhias registradas como emissoras de valores mobiliários na CVM na categoria "B", conforme Resolução CVM 80.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 - Outras informações relevantes

Abaixo seguem características das emissões e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia, em complementação ao item 12.3 deste Formulário de Referência. Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, que não sejam definidos de outra forma neste Formulário de Referência, terão o significado a eles atribuído nas respectivas Escrituras de Emissão das Debêntures.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>O resgate antecipado facultativo total das Debêntures somente poderá ocorrer após decorrido o prazo médio ponderado mínimo previsto na Lei nº 12.431/2011 e regulamentação aplicável, observadas as condições previstas na Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>Por ocasião do resgate antecipado facultativo total, o valor devido pela Companhia em relação a cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido (i) dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo resgate (exclusive); e (ii) dos Encargos Moratórios, se houver, e demais valores devidos e não pagos até a data do resgate antecipado, nos termos da Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado total ou parcial das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos eles igualdade de condições para aceitar o resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, nos termos da Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>As Debêntures também poderão ser objeto de resgate antecipado obrigatório nas hipóteses de indisponibilidade do IPCA, observadas as alternativas previstas na Escritura da 1ª Emissão, e nas demais hipóteses previstas na Lei nº 12.431/2011 e na regulamentação aplicável.</p>
Característica dos valores mobiliários	<p>i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado</p> <p>Observado o disposto no "<i>Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.</i>" ("Escritura da 1ª Emissão"), o prazo de vencimento das Debêntures é de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão (15 de dezembro de 2025), vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2030, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, em caso de adesão dos Debenturistas a uma Oferta de Resgate Antecipado e/ou de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Escritura da 1ª Emissão.</p>

12.9 Outras informações relevantes

	<p>O Agente Fiduciário poderá considerar, observado o disposto na Escritura da 1ª Emissão, antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura da 1ª Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados <i>pro rata temporis</i> a partir da primeira Data de Subscrição e Integralização ou da data do último pagamento de Juros Remuneratórios até a data do efetivo pagamento, acrescido de Encargos Moratórios, se houver, na ocorrência de quaisquer dos eventos de vencimento antecipado (automáticos e não automáticos) previstos na Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>ii. Juros</p> <p>Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 7,3161% (sete inteiros, três mil cento e sessenta e um décimos de milésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, incidentes desde a primeira Data de Subscrição e Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) ("Juros Remuneratórios"), apurados conforme procedimento de fixing realizado no âmbito da Oferta. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, nos termos da Escritura da 1ª Emissão ("Valor Nominal Unitário Atualizado") . O cálculo dos Juros Remuneratórios obedecerá à fórmula prevista na Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto</p> <p>Não aplicável, uma vez que as Debêntures são da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, <i>caput</i>, da Lei das Sociedades por Ações, contando, contudo, com garantia adicional fidejussória representada por fiança prestada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (atual denominação da CCR S.A.), na qualidade de Fiadora, nos termos da Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado</p> <p>As Debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória prestada pela Fiadora, nos termos do artigo 58, <i>caput</i>, da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>v. Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a:</p> <p>(a) Distribuição de dividendos: Vencimento antecipado não automático no caso de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso (i) a Companhia esteja inadimplente com as obrigações pecuniárias previstas na Escritura da 1ª Emissão; ou (ii) caso haja, desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento, dívidas vigentes, e a relação</p>
--	---

12.9 Outras informações relevantes

	<p>Dívida Financeira Líquida/EBITDA Ajustado seja superior a 4,5 vezes, conforme apurado semestralmente, nos termos da Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>(b) Alienação de determinados ativos: Não aplicável.</p> <p>(c) Contratação de novas dívidas: Não aplicável.</p> <p>(d) Emissão de novos valores mobiliários: Não aplicável.</p> <p>(e) Realização de operações societárias envolvendo a Companhia, suas controladoras ou controladas: Vencimento antecipado automático no caso de transformação da Companhia de sociedade por ações em qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, vencimento antecipado não automático na ocorrência de alteração na composição societária da Companhia que resulte na transferência, pela Motiva, do controle direto ou indireto da Companhia, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, observados os quóruns e condições previstos na Escritura da 1ª Emissão, ressalvadas as hipóteses de transferência de controle dentro do grupo econômico da Motiva. Para os fins deste item, entende-se como controle o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, vencimento antecipado não automático na ocorrência de redução do capital social da Companhia que represente cumulativamente mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio líquido (conforme última demonstração financeira auditada), sem que haja prévia anuência dos Debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim, nos termos da Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>vi. O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato</p> <p>O agente fiduciário da 1ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, com sede na cidade do Rio de Janeiro, e informações sobre sua remuneração, substituição e demais condições contratuais estão descritas na Escritura da 1ª Emissão.</p>
<p>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</p>	<p>As alterações dos direitos conferidos pelas Debêntures dependem de deliberação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, convocada e instalada nos termos da Cláusula 9 da Escritura da 1ª Emissão e dos artigos 71 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>As deliberações observarão os quóruns previstos na Escritura da 1ª Emissão, sendo que: (i) a renúncia (waiver), de forma preventiva ou para sanar descumprimentos, dependerá de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação; e (ii) as alterações relativas às características essenciais das Debêntures — incluindo, sem limitação, datas de pagamento, remuneração, prazos de vencimento, valor nominal unitário, espécie, eventos de vencimento antecipado e quóruns de deliberação — dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observadas as ressalvas e demais quóruns qualificados previstos na Escritura da 1ª Emissão.</p>

12.9 Outras informações relevantes

	<p>Os procedimentos de convocação, instalação e deliberação, bem como o tratamento dado às Debêntures em Circulação, estão integralmente disciplinados na Escritura da 1ª Emissão e na legislação e regulamentação aplicáveis.</p>
<p>Outras características relevantes</p>	<p>As Debêntures foram registradas para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, com esforços restritos, exclusivamente junto a Investidores Profissionais, nos termos da Resolução CVM 160, tendo a Companhia obtido o registro CVM/SRE/AUT/DEB/PRI/2026/014, em 14 de janeiro de 2026, perante a Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>As Debêntures foram emitidas em série única, em 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) Debêntures, com Valor Nominal Unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais) na Data de Emissão, fixada em 15 de dezembro de 2025, sendo a liquidação financeira da Oferta ocorrida em 15 de janeiro de 2026.</p> <p>As Debêntures foram emitidas nos termos da Lei nº 12.431/2011, do Decreto nº 11.964/2024 e da regulamentação aplicável, com os recursos líquidos obtidos pela Companhia destinados ao reembolso e/ou pagamento futuro de gastos, despesas e/ou dívidas relacionados ao projeto de infraestrutura de logística e transporte da concessão rodoviária objeto do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres — ANTT, observados o enquadramento como projeto prioritário e as obrigações de uso de recursos previstas na referida legislação.</p> <p>As Debêntures foram depositadas eletronicamente para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA — Módulo de Distribuição de Ativos; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 — Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela B3 S.A. — Brasil, Bolsa, Balcão (Segmento CETIP UTM), sendo a custódia eletrônica, a distribuição e a negociação realizadas conforme os procedimentos da B3. As Debêntures possuem código ISIN BRCOMADBS009.</p> <p>A Oferta foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e pelo Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de coordenadores da Oferta. Os Juros Remuneratórios foram apurados em procedimento de fixing realizado no âmbito da Oferta. O pagamento dos Juros Remuneratórios será semestral, nos dias 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de junho de 2026 e o último na Data de Vencimento, em 15 de dezembro de 2030, observados os procedimentos previstos na Escritura da 1ª Emissão. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures será amortizado em parcelas anuais e sucessivas, conforme o cronograma de amortização previsto na Escritura da 1ª Emissão.</p> <p>Nos termos do artigo 26, inciso V, alínea "a", e do artigo 86, inciso II, da Resolução CVM 160, as Debêntures somente poderão ser destinadas a Investidores Profissionais, observado que poderão ser revendidas nos mercados regulamentados de valores mobiliários: (i) livremente entre Investidores Profissionais; (ii) a Investidores Qualificados, decorridos 6 (seis) meses da data de encerramento da Oferta; e (iii) ao público investidor em geral, decorrido 1 (um) ano da data de encerramento da Oferta,</p>

12.9 Outras informações relevantes

	condicionado ainda ao cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 89 da Resolução CVM 160.
--	--

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Nelson Soares Neto	Diretor Presidente/Relações com Investidores

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

NELSON SOARES NETO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 32.095.599-0 – SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 269.307.788-50, com endereço comercial na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na Avenida Zilá Correa Machado, nº 5.600, Bairro Moreninha, CEP 79.065-660, na qualidade de **Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na Avenida Zilá Correa Machado, nº 5.600, Bairro Moreninha, CEP 79.065-660, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 19.642.306/0001-70 (“Companhia”), vem, nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 80”), declarar que:

- (i) reviu o Formulário de Referência da Companhia;
- (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM 80, em especial aos artigos 15 a 20; e
- (iii) as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by
Nelson Soares Neto
Assinado por: NELSON SOARES NETO 26930778850
CPF: 26930778850
Cargo: Diretor Presidente
Data/Hora da Assinatura: 27/05/2026 | 11:37:16 PDT
Q: 1G1-8rasi. OJ: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
CORFFABFEBAB429

NELSON SOARES NETO

Diretor Presidente e de Relações com Investidores



13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5B6F2E2B-564D-8A16-810A-462DBC21B94B

Status: Concluído

Assunto: Declaração Diretor de Relação com Investidores - Motiva Pantanal - Formulário de Referência 2026

Unidade proprietária do documento: Pantanal

Envelope fonte:

Documentar páginas: 1

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5

Rubrica: 0

KLEICYMARA CHAMORRO DE OLIVEIRA

Assinatura guiada: Ativado

R. Av. Zilá Corrêa Machado, 5600 - Moreninha

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Campo Grande, MS 79065-660

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

kleicymara.oliveira@motiva.com.br

Endereço IP: 158.95.110.62

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: KLEICYMARA CHAMORRO DE

Local: DocuSign

27/05/2026 11:30:48

OLIVEIRA

kleicymara.oliveira@motiva.com.br

Eventos do signatário

Assinatura

Registro de hora e data

Nelson Soares Neto

Assinado por:

Cargo do Signatário: Diretor Presidente

Enviado: 27/05/2026 11:34:49

nelson.neto@motiva.com.br

DD69FABFE8AB429...

Visualizado: 27/05/2026 11:36:44

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado: 27/05/2026 11:37:20

Detalhes do provedor de assinatura:

Usando endereço IP: 158.95.110.62

Tipo de assinatura: ICP-Brasil

Política de certificado:

Emissor: AC VALID RFB v5

[1]Certificate Policy:

Cargo do Signatário: Diretor Presidente

Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.36

Assunto: CN=NELSON SOARES

[1,1]Policy Qualifier Info:

NETO:26930778850

Policy Qualifier Id=CPS

Qualifier:

<http://icp-brasil.validcertificadora.com.br/a>

c-validrfb/dpc-ac-validrfbv5.pdf

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 27/05/2026 11:36:44

ID: 99ddb70-3b7c-478b-8b84-ff248bb32a96

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	27/05/2026 11:34:49

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores		
Entrega certificada	Segurança verificada	27/05/2026 11:36:44
Assinatura concluída	Segurança verificada	27/05/2026 11:37:20
Concluído	Segurança verificada	27/05/2026 11:37:22

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, MSVia (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact MSVia:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To advise MSVia of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at msvia@msvia.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from MSVia

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to msvia@msvia.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number.

To withdraw your consent with MSVia

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores

ii. send us an email to and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. . .

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify MSVia as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by MSVia during the course of your relationship with MSVia.

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.